Um Moinho entre o campo e a cidade págs. 36 e 37 · ***Trimards*** Entrevista a Claire Auzias págs. 43 e 44 · **Estraca** O puto dos subúrbios pág 47

mapa: Jornal de Informação Crítica

Assina o Jornal Mapa
assinaturas.jornalmapa.pt

NÚMERO 22
JANEIRO-MARÇO 2019
TRIMESTRAL / ANO VII
3000 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTOR: GUILHERME LUZ

BRUNO BORGES

Base de lançamento de satélites nos Açores
págs. 3 e 4

Novo aeroporto do Montijo
págs. 5 e 6

Dragagens no rio Sado
págs. 22 a 26

Crescimento económico: Para quem? Para onde?

O crescimento ecónomico tem sido a ideia base de novos projetos e obras de grande dimensão planeadas para os próximos anos em Portugal. O Jornal MAPA questiona o atual modelo de desenvolvimento num mundo pejado de desigualdades e a atingir os seus limites físicos.

Brasil: resistir ao desastre
págs. 11 a 19

O PT de Lula abriu o caminho à eleição do fascista Bolsonaro. Das favelas às comunidades indígenas, a resistência adquire, mais que nunca, um carácter de sobrevivência.

Faircoop
págs. 20 e 21

Revolução, cooperação, *hacking* e criptomoedas.

Um mar de repressão entre Marrocos e a Europa
págs. 29 a 31

A repressão sobre a população negra não marroquina é denunciada em dois relatórios do grupo GADEM.

A sopa fervente dos *Gilets Jaunes*
págs. 40 a 42

Reformados, precários, desempregados, trabalhadores, estudantes, guetizados de todas as cores políticas, juntos contra as elites.

Abriu o CSOA[1] O Aturuxo das Marías

Centro de Compostela volta a ter uma okupa

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Desde que, a 30 de Maio de 2017, o CSO Escárnio e Maldizer foi despejado, o centro de Compostela deixou de ter uma okupa. Mas, a 14 de Novembro passado, um comunicado anunciava uma nova ocupação no coração da cidade: «Somos um grupo de pessoas que vive em Compostela, que procura recuperar espaços comuns, tecer e fortalecer redes entre as pessoas dos bairros. Estamos numa cidade configurada pela especulação, pela precariedade económica e pelo turismo insustentável, em que o isolamento e a falta de apoio entre as pessoas estão na ordem do dia. Inúmeros imóveis estão abandonados e alheados das necessidades das pessoas. Perante este cenário, consideramos legítimo recuperar espaços mortos e vazios para enchê-los de vida. É por isso que queremos construir um centro social okupado e autogerido, onde todas as pessoas decidam e proponham. Um espaço de confiança e segurança que não é exclusivo da juventude, mas onde todas as experiências têm espaço. Sem mais, apresentamos com muito entusiasmo o CSOA O Aturuxo das Marías».

No número 1 da Rua Campo do Cruceiro do Gaio, pode, agora, ver-se um velho edifício a ganhar nova vida(...) numa Galiza onde os recentes despejos do CSO Escárnio e Maldizer e do CSO Insumisa demonstraram que a repressão é forte e violenta e que as penas podem, afinal, ser pesadas.

No número 1 da Rua Campo do Cruceiro do Gaio, pode, agora, ver-se um velho edifício a ganhar nova vida, trazida por gente de coragem, numa Galiza onde os recentes despejos do CSO Escárnio e Maldizer e do CSO Insumisa demonstraram que a repressão é forte e violenta e que as penas podem, afinal, ser pesadas. Aliás, apesar de sublinharem que não podem levar a cabo qualquer tipo de acção até que o proprietário apresente queixa e haja uma decisão judicial, fontes da Polícia Nacional afirmaram ao diário El Correo Gallego que estão a trabalhar no sentido de identificar todos os ocupantes e vigiar o uso que fazem do imóvel.

Colocar em prática o velho mote «um despejo, outra ocupação», transformando um local morto num laboratório de autogestão apesar de todos os perigos e riscos e apresentando-se como contraponto à política da nova esquerda cidadanista galega, é necessariamente algo digno de referência e apoio.

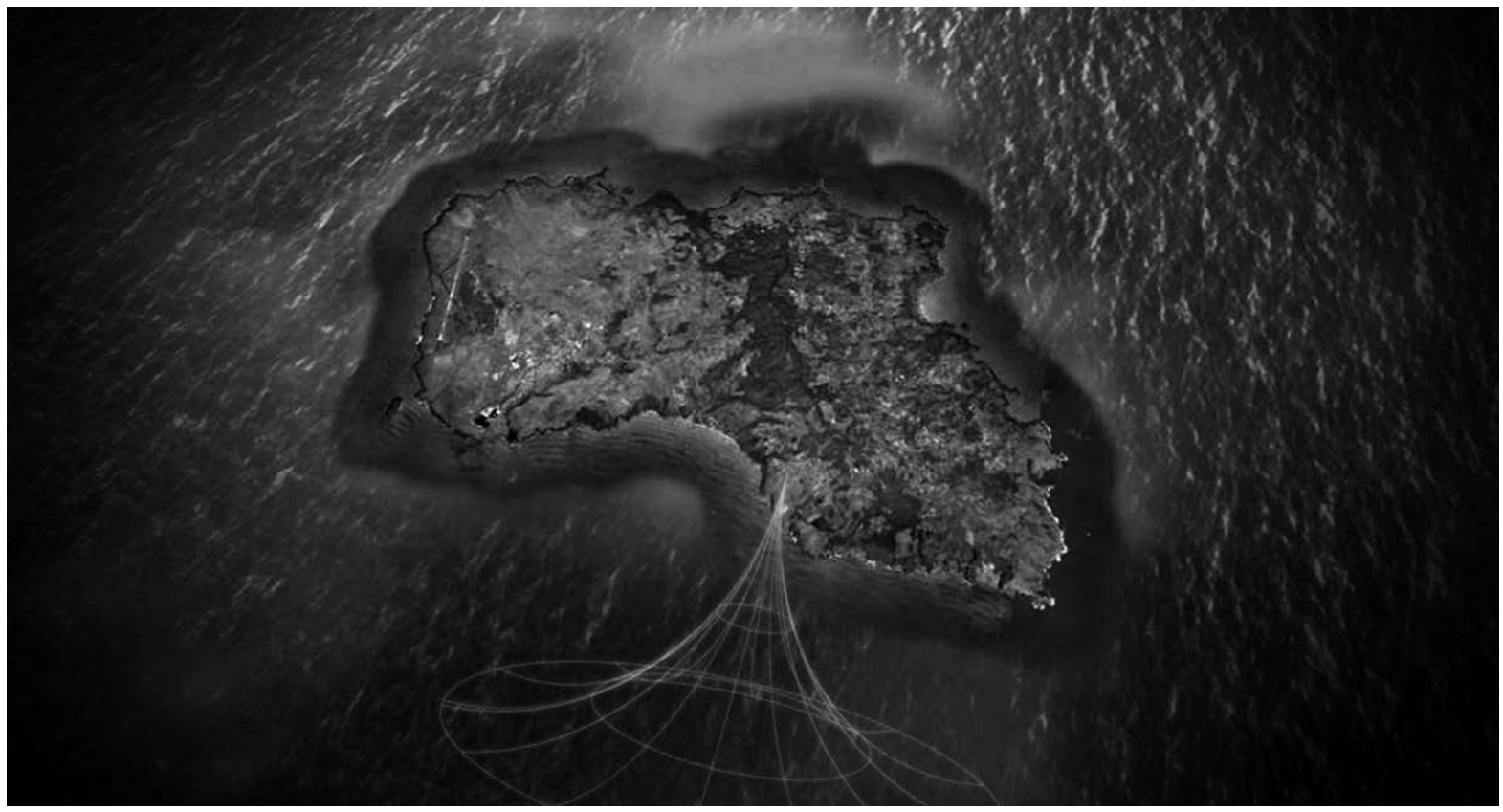
NOTAS
1 Centro Social Okupado e Autogerido

COLAPSO
CAPITALISMO TERMINAL,
TRANSIÇÃO ECOSSOCIAL,
ECOFASCISMO.
CARLOS TAIBO
LETRA LIVRE
mapa
Ainda que o discurso político e mediático atual vire as costas a qualquer debate relativo a um eventual colapso do sistema em que vivemos, essa possibilidade existe.
BREVEMENTE NAS BANCAS!

Malbusca: a corrida ao Espaço

A população da ilha de Santa Maria, nos Açores, vive tempos tempestuosos. Dura há mais de um ano a discussão sobre a instalação de um Porto Espacial para o lançamento de pequenos satélites no lugar de Malbusca.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT



O questionar dessa promessa celeste, inquirindo sobre os benefícios que esta trará e os danos que cobrará[1], dividiu os marienses. Na verdade, a grande maioria destes não terá uma posição tomada, nem oportunidade para a expressar. O governo regional já garantiu que não irá referendar essa escolha. A essa proposta de consulta, a resposta foi a de que mandam os eleitos, decidem os especialistas. Instala-se um mal-estar social entre apoiantes e críticos ao projeto, por entre um evidente receio de uma movimentação cívica similar à que soube questionar e travar o «furo» de petróleo que ameaçava a costa sul portuguesa, ou à luta contra a incineradora de lixo na ilha de São Miguel.

Negociações silenciosas

O governo da república e o governo regional defendem a toda a hora a oportunidade de disputar um porto espacial europeu (Escócia, Suécia e Noruega estão na corrida) e puseram em marcha o programa *Atlantic ISL* (*International Satellite Launch Programme*). Afirmam querer encerrar o processo até maio de 2019, mas sempre argumentaram não dispôr dos dados completos para informar a população de forma transparente e atempada dos riscos, da segurança e das implicações ambientais e sociais em jogo.

Nessa corrida ao emergente mercado do Novo Espaço, que tem como meta lançar constelações de pequenos satélites na primavera de 2021, foi recolhido o interesse de 14 consórcios durante o mês de Outubro, anunciados ao público a 14 de novembro. No início de dezembro foram anunciados os cinco consórcios que passam à segunda fase do concurso: o Consórcio Azul encabeçado pela *Elecnor Deimos*, a empresa espanhola que mais activamente tem vindo a vender o porto espacial de Malbusca; a italiana *Avio*; as alemãs *Isar Aerospace Technologies GmbH* e *Rocket Factory Augsburg* e a espanhola *PLD Space*. Sem ter havido lugar a qualquer discussão dos impactes ambientais, serão essas empresas que detalharão esses aspetos nas suas propostas, até fevereiro de 2019. Até maio decorrerá o processo de avaliação, incluíndo uma apresentação pública. E, conforme propagandeado, no mês seguinte entra a negociação final para fechar o contrato e avançar a obra.

> Afirmam querer encerrar o processo até maio de 2019, mas sempre argumentaram não dispor dos dados completos para informar a população de forma transparente e atempada dos riscos, da segurança e das implicações ambientais e sociais.

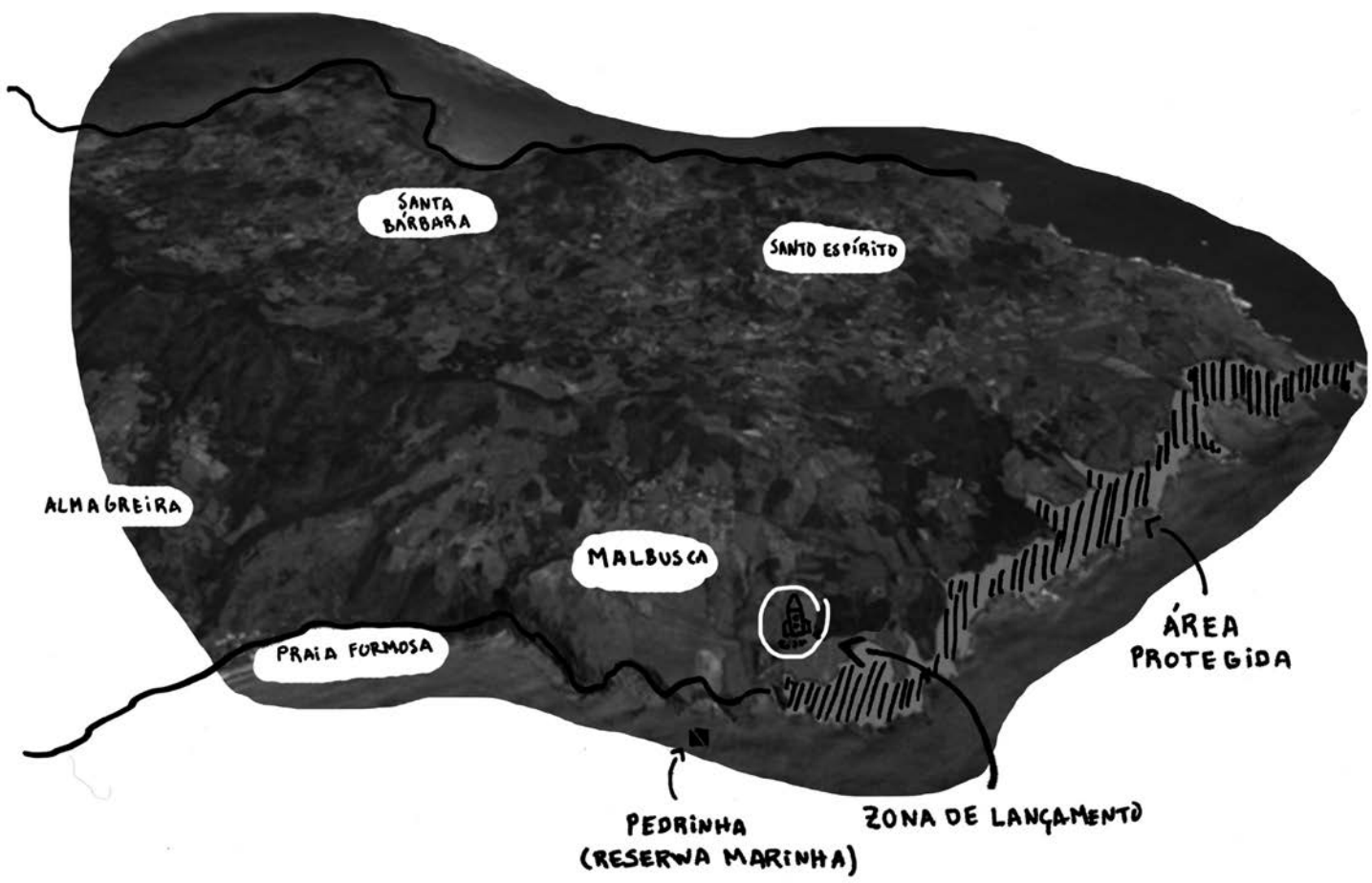
O projeto do Porto Espacial na Malbusca gera receios fundamentados dos impactes ambientais e da alteração profunda na vida deste lugar atlântico, rural e recôndito da europa. A ausência de respostas por parte dos responsáveis da Estrutura de Missão para o Espaço dos Açores resulta no adiar dessa «avaliação» para as vésperas do contrato. Avaliação que decorre da Comissão Internacional de Alto Nível, já em funcionamento e composta por 9 peritos nacionais e estrangeiros, numa equipa coordenada por Jean Jacques Dordain, antigo diretor-geral da Agência Espacial Europeia (ESA) e atual *charmain* da *Orbex Space* (empresa integrante do Consórcio Azul), integrando nomes ligados à ESA, NASA, à Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, à Universidade do Texas (que em Janeiro apresentara favoravelmente um estudo encomendado sobre Malbusca) e à Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores. Firmará a avaliação final a Direção Regional do Ambiente dos Açores, com base nos estudos de impacto ambiental efetuados pelas empresas interessadas. Adivinha-se que de forma célere, face ao calendário anunciado.

Esta programada ausência de respostas – e participação pública decisória – contrasta com a campanha entusiasta, liderada pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, que colocou os Açores e a Santa Maria no epicentro da Estratégia Nacional do Espaço (Portugal Espaço 2030). Aí se vende o lugar de Malbusca ao novo e emergente mercado internacional de pequenos satélites, promovendo a obra já para 2019 e foguetões para 2021, acompanhado da promessa de apoio público de milhões de euros à sua concretização.

Descer à terra no Porto Espacial da Malbusca

O projeto incide no lançamento de pequenos satélites (menos do que 500 quilos), aproveitando o posicionamento geográfico vantajoso para lançamento de satélites polares de baixa órbita (entre 400 e 600 quilómetros) que circundam a Terra de norte a sul. Num mundo em que o quotidiano está preso ao gesto individual num *smartphone*, à gestão remota, administrativa, económica e militar dos territórios, é grande a corrida ao acesso ao espaço para colocar satélites de menor dimensão em larga escala e formar constelações de satélites em órbita baixa, para fornecer serviços de comunicações, observação da terra e cobertura global de internet. São na ordem de milhares os previstos anualmente num aumento exponencial do número de satélites e de detritos em órbita, cuja monitorização está, aliás, na base do projeto europeu *Space Surveillance and Tracking*, do qual os governos de Portugal, Açores e Madeira fazem parte, e que visa tomar as rédeas do espaço para a economia e a segurança europeias, dada a dependência crítica dos sistemas e serviços de e para o espaço na Europa.

O Porto Espacial da Malbusca é orientado para lançamentos verticais em terra. O perímetro de segurança – que segundo informações preliminares da *Deimos* seria de 700m – motiva os maiores alarmes numa ilha de 97km², com as casas de Malbusca situadas a 1km dos lançadores. Na Escócia fala-se de perímetros de 4km e, na Nova Zelândia, o recente Porto Espacial opera a 19km da povoação mais próxima. A escassa densidade populacional é aqui um critério chave. Nuno Ávila Martins, diretor da *Deimos* em Portugal, não escondera que a preferência por Santa Maria passou mesmo, para além das infraestruturas aero-espaciais já instaladas, pela sua escassa densidade populacional, sem esconder que «um projeto como este altera o tecido socioeconómico da ilha. Cria oportunidades de emprego e desenvolvimento, mas também tem um impacto no modo de vida e no ambiente. Temos de acautelar um equilíbrio» (Público, 20.03.2017). A *Elecnor Deimos*, em consórcio com a britânica *Orbex*, publicara em julho



O projeto do Porto Espacial na Malbusca gera receios fundamentados aos impactes ambientais e à alteração profunda na vida deste lugar atlântico.

passado um relatório sobre a viabilidade técnica do lançamento vertical de foguetes com menos de 20 metros em Malbusca, que dispõe das «condições de segurança necessárias para operações críticas» como estas.

Este problema «crítico» depreende-se nas próprias indicações enumeradas pela Estrutura de Missão para o Espaço dos Açores, em finais de setembro, no documento de convite aos investidores. Desde logo, referindo que o lançamento não possa ocorrer sobre «áreas povoadas até que as consequências de uma falha se tornem insignificantes»; que pese a área marítima nesta localização, se impõem áreas tampão em terra para os lançamentos, que devem atender a «outras variáveis de segurança, incluindo ruído, poluição e ambiente radio-elétrico», assim como «o impacte na vida selvagem e nas populações humanas», elencando os parâmetros a seguir e normalmente atendidos num estudo de impacte ambiental. Estes, como já referido, foram remetidos para fevereiro, com a apresentação das «análises detalhadas mais aprofundadas (…) necessárias para garantir a segurança adequada, um impacte ambiental reduzido, condições de estabilidade geológica e o uso sustentável de energia elétrica e da água», conforme referia o guião convite aos investidores.

Na crispação dos marienses, a balança pesa por um lado entre a cega aceitação do projeto, confiante da habitual argumentação, pouco ou nada demonstrada, de empregos e retorno económico local, e por outro lado pelo questionamento fundado na evidência de que uma infraestrutura de lançamento de foguetões alterará profundamente o dia-a-dia de Malbusca. Para além de se desconhecerem as implicações diretas e concretas sobre os que vivem no «perímetro de segurança», condenará os valores naturais e rurais que vêm sendo promovidos na sua dinamização turística e acarreta perigos ainda não sistematizados ao ambiente e à saúde pública. Impossível é ignorar a paisagem e natureza, pretensamente protegida, na Ponta da Malbusca e Encosta Sudeste, na Reserva Marinha da Pedrinha, na Área Protegida para a gestão de habitats ou espécies da Ponta do Castelo, no geosítio da Ribeira do Maloás ou no Paleoparque de Santa Maria, o único paleoparque do mundo situado numa ilha, com 5 jazidas fósseis na zona de Malbusca.

O cenário de uma eventual solução, sem pôr em causa o objetivo de um porto espacial ao serviço de um mundo teleguiado (ver caixa) – algo que nunca esteve presente por entre os opositores ao Porto Espacial – passaria pelos lançamentos horizontais a partir dos meios aéreos a operar desde o aeroporto de Santa Maria. A opção é, no entanto, pouco ou nada acarinhada pela Estrutura de Missão para o Espaço dos Açores, apostada num Novo Espaço mais *low cost* para atrair a iniciativa privada.

O Novo Espaço

Se nada foi acautelado para a condução de um processo informado, esclarecido e atempado dos impactes da instalação do Porto Espacial, caminho inverso foi seguido quanto à produção de legislação enquadrante centrada inteiramente na regulação e nos dividendos económicos que advêm do Novo Espaço, assim designado este emergente setor aeroespacial.

O destino de Malbusca vem sendo trabalhado afincadamente e consta da chamada Lei do Espaço, aguardando-se ainda a saída da Lei do Espaço Regional. O projeto de Lei 251/2017, aprovado em Conselho de Ministros, a 15 de fevereiro de 2018, determina o contexto legal das atividades de lançamento de satélites em Portugal – respondendo à Estratégia Nacional do Espaço (RCM n.º 30/2018), que colocara como um dos seus 3 eixos a promoção de mercados relacionados com o espaço, em estreita colaboração com a ESA, a Comissão Europeia e outros parceiros internacionais relevantes. Fomenta-se a fileira do «*New Space*, com ênfase em mini, micro e nanosatélites, mas também abrindo novas áreas de intervenção em Portugal para serviços de lançadores e alargando as atuais atividades de monitorização e rastreio de satélites e observação da Terra».

O projeto de Malbusca é por sua vez inserido no projeto mais vasto do *AIR Center – Azores International Reaserch Center*, uma plataforma de múltiplas atividades de investigação nas áreas do clima, terra e espaço. Mas, em certo contraciclo com as declarações dos governantes portugueses, o diretor-geral da ESA, Johann-Dietrich Wörner, por ocasião do lançamento do *AIR Center* em julho passado, na Ilha da Terceira, observa ambos os projetos de modo separado: de um lado, o projeto colaborativo e de investigação internacional para o tratamento e recolha de dados em terra e no espaço a partir dos Açores, de outro lado, um porto espacial promovido e dependente das empresas privadas ligadas ao espaço e aos lançamentos de pequenos satélites.

É nesse apelo aos investidores que surgem as contrapartidas de cerca de 6 milhões de euros em infraestruturas para Santa Maria, a promessa de 10 milhões em investimento anual à investigação na área de pequenos lançadores (foguetões), pequenos satélites e aplicações associadas, além do compromisso governamental de ser cliente âncora de quem vier a se instalar.

Por decreto, o lugar de Malbusca subiria aos céus porque a oportunidade e a emergência de um mercado assim o exige, muito à semelhança, aliás, da exploração mineira em mar profundo nos Açores (abordado em edições anteriores do Jornal MAPA). Que perspetiva de bem comum pode haver em tamanho sobredimensionamento deste Porto Espacial com o lugar, escolhido somente em função de azimutes e na ilusão celeste do infinito crescimento, permanecendo literalmente de costas voltadas para a terra e para os marienses?

O céu acabará por nos cair em cima da cabeça?

Esse era, afinal, o único pavor da aldeia de Asterix povoada por irredutíveis gauleses… O seu grande receio está aí: o céu vigia-nos ao milímetro, *googlamos* no planeta abrindo as portas das nossas aldeias, casas e vidas. Dados, informação. Recolher dados é ser *smart*. Agora, a agricultura não é feita do saber da terra, mas dirigida do satélite – não há agricultores, há investidores; a aldeia e o nosso bairro ficaram no ecrã, entre *likes* e *emojis* –, não há vizinhos e, no café, não há olhares, mas ecrãs. Eternamente ligados, conectados às graças do céu (agora *hi tech*) e não da terra, o quotidiano – e suas *apps* – depende da constelação de satélites a voar nas nossas cabeças. Acabará o céu por nos cair em cima da cabeça?

NOTAS
1 https://santaespacomaria.com/

Para que serve um aeroporto?

JORGE LEANDRO ROSA
JORGELEANDROROSA@GMAIL.COM
ILUSTRAÇÃO **JOÃO MASSANO**

A expansão da circulação aérea, dos aeroportos e de toda a infraestrutura associada mostra hoje, com um enorme grau de evidência, o quanto a ultrapassagem de um certo limiar de mobilização de recursos e de intensificação energética leva a que uma cascata de efeitos sistémicos suplante largamente os benefícios esperados. Enunciarei apenas alguns desses efeitos, guardando para último aquele que se apresenta como simplesmente «suicidário».

Num país que perdeu a noção da ligação das cidades ao mundo físico que as circunda, que dissolveu muitas das suas redes humanas e biofísicas, das suas relações de vizinhança próxima ou regional, de quase todas aquelas formas de troca e entreajuda quotidiana de que as instituições desconfiam, ocorre agora um tipo de movimento humano que tem vindo a expandir-se a partir dos aeroportos e que necessariamente traz consigo um outro modelo de espacialidade, preenchendo os espaços devolutos, entrando nos bairros, nas casas, percorrendo os passeios e as estradas, para rapidamente voltar a embarcar nos mesmos aeroportos. Decorre como se nada se tivesse passado, sem ouvir ou ver a eventual vida que aí permaneça. É um movimento que se tornou contínuo, conduzido por uma curiosidade difusa que retira densidade à realidade visitada. E, contudo, é um movimento concreto que tem, sob a sua banalidade, efeitos profundos nas sociedades e nos mundos onde desagua.

«Aumento do tráfego aéreo NÃO! Economia pós-carbónica SIM!» , uma forma de tornar pública uma oposição baseada em críticas mais abrangentes ao complexo aéreo.

Embora aqueles que aterram e descolam nos aeroportos sejam pessoas como nós, trata-se, na sua dinâmica real, de um movimento de capitais, uma nuvem financeira permanente que se concentra em várias áreas do planeta, como é o caso da Europa ocidental. Debaixo da nuvem, a realidade transforma-se: surgem novos aeroportos, novas auto-estradas, novos hotéis, as ruas são modificadas por já não se destinarem a pessoas que pouco viajam, as casas são reconvertidas, uma vez esvaziadas de moradores. É uma sobre-impressão *google maps*, uma ideia aérea de lugar, como se todos fôssemos *drones* de carne e osso. Já em 1997, e a propósito de Paris, Augé falava de uma tripla substituição em três etapas interligadas, que então começava a acelerar-se: «os espaços de habitação são substituídos por espaços de trabalho; os espaços de deambulação substituídos por espaços de circulação e os lugares de vida substituídos por cenários»[1]. À semelhança do que acontecera com a industrialização do país, entrámos na terceira fase – a do cenário –, tendo as anteriores sido apenas parcialmente realizadas. Por essa razão, mais radical se apresenta aqui a substituição dos espaços urbanos complexos e diversos (onde coexistem vida, trabalho e habitação) por espaços cénicos, desprovidos de profundidade vivida.

A Rede para o Decrescimento[2], um colectivo muito recente formado em torno das propostas políticas e sócio-económicas do decrescimento, ao tomar conhecimento dos projectos de alargamento do aeroporto da Portela e de construção de um novo aeroporto no local da Base Aérea do Montijo, não pôde deixar de se lançar no combate contra estes projectos, nessas ou noutras eventuais localizações, que estão ao serviço dos interesses instalados, como os da operadora aeroportuária Vinci, mas também de um modelo de «desenvolvimento» predatório. Associações como a Zero ou a Plataforma Cívica BA6-Não já se manifestaram preocupadas com os impactos ambientais para as áreas circundantes e as populações locais. Embora inteiramente solidário com esses alertas, parece-me essencial manter presente o laço entre as lutas locais e a dimensão global desta ameaça. É preciso sublinhar a necessidade de reduzir substancialmente a circulação aérea, sobretudo em áreas onde essa circulação começa a atingir valores de densidade elevados. A Rede lançou uma petição intitulada «Aumento do tráfego aéreo NÃO! Economia pós-carbónica SIM!»[3], uma forma de tornar pública uma oposição baseada em críticas mais abrangentes ao complexo aéreo. Creio que este é apenas o primeiro gesto de uma resistência que se anuncia vital, quer pelas ameaças concretas em questão, quer pela dimensão simbólica que aí se torna compreensível para todos.

Por mais que o transporte aéreo pareça «democratizar-se», aqueles que têm acesso aos elevados valores de energia aí consumidos serão sempre minoritários.

Um país pequeno, que já tinha vários aeroportos internacionais que sustentaram quase uma década de explosão turística em *low cost*, com consequências ainda mal avaliadas, acredita agora que pode projectar essa expansão nas próximas décadas. Daí as propostas de expansão do Aeroporto Humberto Delgado e da criação de um segundo aeroporto na região de Lisboa. As taxas internacionais de incremento da actividade turística e dos voos que lhe estão associados ainda estão longe dos valores esperados até 2050. A *International Energy Agency* espera que as viagens aéreas possam triplicar entre 2005 e 2050, com taxas de crescimento de 4%, ou mais, ao ano[4]. Estas projecções reflectem, obviamente, o estado da indústria, não o das sociedades nem do planeta.

Mas falar de aeroportos não se refere apenas às viagens dos outros. Olhamos à nossa volta e parece-nos que toda a gente que conhecemos viaja de avião. Voar democratizou-se, dizem-nos. À escala global, as estatísticas dizem-nos algo diferente: menos de 10% da população mundial terá alguma vez viajado de avião[5]. O uso do avião nunca poderá vir a generalizar-se como o do automóvel ou do comboio, apesar de as transformações do negócio, com a queda de muitas companhias de bandeira e a ascensão de empresas dedicadas a nichos de mercado, nos darem a impressão contrária. Aquilo a que temos assistido é a uma feroz disputa por rotas e mercados internacionais e domésticos que, parecendo intensamente explorados, mostram ter ainda muito a

EMPREGOS PARA O CLIMA
CRISE CLIMÁTICA ESTÁ À VISTA ATITUDE ACTIVISTA
LOW COST HOJE HIGH COST AMANHÃ
MONTIJO COM AEROPORTO TEJO MORTO

RUI GARRIDO, CLIMÁXIMO

explorar. Em Portugal, enquanto um dos meios de transporte mais sustentáveis – o comboio, sobretudo se não for em alta velocidade – elanguesce e corre o risco de se tornar irrelevante, o que nada tem de casual, o avião é comercialmente promovido em rotas de 300 quilómetros, como aquela entre o Porto e Lisboa. Trata-se de uma destruição ambiental, estrutural e social que é promovida à força de publicidade agressiva e da projecção de um imaginário de mobilidade pretensamente adequada aos tempos em que vivemos.

O turismo – particularmente na sua vertente fundada no transporte aéreo – tem vindo a ser promovido como um factor importante nas estratégias de redução da pobreza. Considerado uma indústria diversificada, ele seria consumido no próprio lugar onde é produzido, pelo que inúmeros pequenos serviços e empregos novos poderiam assim ser criados. A estas vantagens viria reunir-se o «orgulho cultural» assim sustentado. Para muitos, o turismo de média e longa distância – aquele que recorre ao avião – faz parte do melhor dos mundos: é uma actividade pacífica, intercultural e promotora da diversidade. Essa é, quase sempre, uma perspectiva publicitária, que tende a ignorar a distensão financeira globalizadora que o turismo internacional introduz nos tecidos económicos locais. Os ganhos sócio-económicos do turismo global acontecem, quase sempre, à custa de esferas económicas pré-existentes que se tornam invisíveis, se deslaçam e, por fim, se dissolvem. Digamos que a actividade económica em torno do turismo não é essencialmente diferente da circulação global de alimentos a partir de regiões votadas à monocultura intensiva: populações-alvo do mercado turístico, sem particular interesse por um destino específico, são canalizadas para Lisboa ou Porto, onde as aguardam agentes económicos que geram a sua mais-valia exclusivamente a partir delas. Poderia existir outra economia no lugar desta? Certamente que sim: o segredo da situação consiste em fazer-nos crer que não há alternativas, o que se concretiza eventualmente por meio da dissociação local dos circuitos sócio-económicos.

Stay Grounded («Não descolar»)[6] é uma rede que promove um sistema de transportes justo, opondo-se ao sistema de aviação contemporâneo. Para além de um mapeamento das campanhas e conflitos em torno dos projectos aero-portuários que emergem em quase todo o mundo – e de que o fim do projecto de aeroporto de Notre Dame des Landes, em Janeiro de 2018, foi o grande símbolo recente –, a rede pretende funcionar como plataforma daqueles que denunciam a aviação como uma parte importante de um problema maior: protegida pelo próprio Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas, ela tornou-se o dinossauro carbónico de uma lógica energética condenada; associada à indústria com múltiplos interesses, é uma parte do complexo militar e industrial; ligada aos grandes grupos económicos, é um dos vectores mais poderosos de influência dos grandes negócios nas decisões públicas. Sublinho que uma das denúncias mais notáveis desta rede reside na forma como expõe as miríficas soluções tecnológicas promovidas pela indústria (novas tecnologias aeronáuticas que não existem) enquanto continua a aumentar as suas emissões carbónicas. É um exemplo clássico da utilização política do *high-tech* e das suas mitologias.

> O avião é comercialmente promovido em rotas de 300 quilómetros, como aquela entre o Porto e Lisboa. Trata-se de uma destruição ambiental, estrutural e social que é promovida à força de publicidade agressiva e da projecção de um imaginário de mobilidade pretensamente adequada aos tempos em que vivemos.

Um decrescimento notório da circulação aérea não significa que as pessoas deixem de viajar em termos absolutos. Significa antes que passarão a viajar com uma motivação ponderada e significativa para o fazer. Significa também que escolherão meios de transporte adequados ao trajecto e ao meio ambiente. Significa, por fim, que os viajantes redescobrirão o significado cultural e geográfico do distante e do próximo. Saídos de um mundo onde o consumo energético se apresentava inconsequente, necessitamos de voltar a «identificar os níveis de desigualdade, destruição e condicionamento que os membros [da sociedade] estarão dispostos a suportar em troca das satisfações que lhes são proporcionadas pela idolatria de poderosos dispositivos»[7].

Lutar contra o sistema aeroportuário (à semelhança, aliás, do combate ao sistema automóvel) não é um combate de radicais desligados da realidade envolvente. É antes um combate legítimo contra o que Illich chamava o «monopólio radical da indústria», uma combinação de recurso a capital intensivo, consumo intensivo de energia e aceitação de um mundo monopolizado pelo transporte. Por mais que o transporte aéreo pareça «democratizar-se», aqueles que têm acesso aos elevados valores de energia aí consumidos serão sempre minoritários. Ao invés, à medida que a realidade das alterações climáticas se torna mais evidente para todos, tornando-se manifesto que é a própria sobrevivência que está em questão, mais as consequências da hiper-circulação aérea serão percebidas por todos, desde os que vivem na imediação dos aeroportos aos que delas se encontram aparentemente afastados.

A par de muitas outras estruturas económico-financeiras instaladas na sociedade industrial, a indústria da aviação deve adaptar-se a uma sociedade capaz de dar a prioridade a modos de vida que garantam a sobrevivência das pessoas e das outras espécies, não o lucro de alguns. A urgente redução das emissões de CO_2 deve passar a contemplar as emissões da aviação, contabilizando-as na sua integralidade. Não só os custos ambientais da viagem aérea devem ser reflectidos no custo dos bilhetes, mas a limitação do número de voos e a cessação da construção de novas infraestruturas – incluindo novos aeroportos e a expansão dos existentes – são medidas urgentes a tomar. Finalmente, não há justificação possível para a realização de voos em trajectos como o que vai de Lisboa ao Porto. Nas circunstâncias actuais, o voo propulsado a nafta-querosene queima-nos as asas. Precisamos delas ainda.

NOTAS

1 Marc Augé, *L'Impossible voyage, le turisme et ses images*, Rivages, Paris, p. 176.

2 encontrodecrescimento@gmail.com

3 Pode ser encontrada em: https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=trafegoaereo-nao

4 International Energy Agency (IEA). 2009. ***Transport, Energy and CO2: Moving Towards Sustainability***. IEA: Paris.

5 Scott et al. (2012) ***Tourism and Climate Change: Impacts, Adaptation and Mitigation***. Routledge, Abingdon.

6 Cf. https://stay-grounded.org/

7 Ivan Illich, «Energia e Equidade» in ***Para uma História das Necessidades***, Sempre-em-Pé, Porto, p. 141.

Guerra das terras na ZAD

MICKAËL CORREIA ! CQFD
MICKAELCORREIA@GMAIL.COM
FOTOS VAL K

O futuro das terras ocupadas – esta é uma das maiores questões que a ZAD de Notre--Dame-des--Landes enfrenta desde o abandono do projecto do aeroporto. Em foco, a batalha agrária que se começa a desenvolver entre os ocupantes e os agricultores monopolistas da região.

É uma nova frente de luta, e esta não se joga atrás das barricadas montadas em Abril para impedir as destruições das habitações. Em Notre-Dame-des--Landes, as autoridades empenham-se agora na redistribuição das terras anteriormente prometidas à betonização.

Neste momento, estas terras ainda pertencem ao Estado, que as tinha reservado para a Vinci, tendo em vista a construção do aeroporto. Mas, desde que o projecto foi enterrado, o governo encarregou um comité de gestão[1] de resolver a seguinte questão: a quem deve voltar o uso das terras agrícolas?

Não perder tudo

O punhado de camponeses resistentes que tinham recusado ceder ao canto da sereia financeira dos promotores – 370 hectares de terras no total – deveriam, em princípio, ver as suas parcelas serem-lhes atribuídas legalmente.

Em plena fase de expulsão e de invasão militar da ZAD, os ocupantes, por seu lado, assinaram, em Junho, cerca de 15 convenções de ocupação precária (COP) para um conjunto de terras que representa 170 hectares.

«Certos camponeses ocupantes tinham já o desejo de obter um contrato de arrendamento rural para assegurar o seu futuro em caso de abandono do projecto», explica Camille, um ocupante que assinou uma COP. «Mas, para muitos de entre nós, a escolha de formas colectivas de continuidade, incluindo uma legalização parcial, veio juntar-se à resistência no terreno para contrariar o ataque frontal do Estado na primavera passada. Era necessário conter a destruição dos locais de vida para não perder tudo. E nós combatemos desde então por quadros estáveis que permitam manter as margens de liberdade e de autonomia».

Uma estratégia de legalização das terras que suscitou debates acalorados e altas tensões entre os ocupantes. O colectivo *Radis--Co* atacou esta tentativa de negociação com o Estado que, de acordo com a sua leitura, «esvazia a nossa presença aqui de conteúdo político» e abre portas à normalização da ZAD.[2]

Os que regressam

Entretanto, para além do perigo inerente ao facto de discutir com as autoridades estatais, uma outra ameaça paira sobre as terras: a avidez dos antigos cultivadores da região. Vários agricultores, cujos terrenos estavam abrangidos pelo futuro aeroporto, receberam grandes indemnizações por terem aceitado entregar as suas parcelas às betoneiras. Foram, para além disso, geralmente considerados prioritários na concessão de terras fora da ZAD. Alguns continuaram mesmo a receber apoios agrícolas públicos relacionados com os campos que exploravam antes do movimento de ocupação. «Mas hoje, estes "acumuladores" (*cumulards*), como lhes chamamos por aqui, querem recuperar essas terras», indigna-se uma ocupante da ZAD. «De certa forma, querem sol na eira e chuva no nabal!»

Reunidos numa associação chamada Amelaza, estes agricultores, próximos da Câmara da Agricultura e da FNSEA – a maior confederação agrícola –, reivindicam o direito a voltar a cultivar mais de 500 hectares de terras aráveis na ZAD. Esta é uma forma de aumentarem as suas explorações, para declararem maior superfície agrícola e, por fim, terem acesso a mais apoios públicos.

O desafio político é grande, quando se sabe que, em França, a instalação para os jovens é uma verdadeira via sacra e que metade das terras agrícolas estão concentradas nas mãos de 10% de proprietários. Para os habitantes da ZAD, «as terras libertadas pelo abandono do projecto do aeroporto devem ser destinadas prioritariamente a novas instalações de jovens camponeses».[3] Nos antípodas do imaginário camponês trazido pelos ocupantes, a monopolização das terras pelos *cumulards* deixa antever o regresso à ZAD do produtivismo agrícola. Uma visão industrial da agricultura em que as práticas intensivas são nefastas à biodiversidade e que conduz a que todas as semanas 200 quintas fechem as suas portas.

> Para os habitantes da ZAD, «as terras libertadas pelo abandono do projecto do aeroporto devem ser destinadas prioritariamente a novas instalações de jovens camponeses».

Agradar a gregos e a troianos

No passado dia 12 de Outubro, em Nantes, houve a primeira reunião do comité de gestão após a assinatura das 15 COP pelos ocupantes. Em apoio à ZAD, cerca de 60 tractores estacionaram por baixo das janelas da prefeitura com pancartas onde se podia ler: «Sim à instalação, não à expansão». À saída do comité, Nicole Klein, a prefeita da região, vangloriava-se através de um comunicado de imprensa: «Trabalhamos para chegar a uma repartição equilibrada das terras que permita a toda a gente encarar, o mais serenamente possível, o futuro conjunto no território».

«O Estado decidiu dividir o bolo ao meio para tentar satisfazer toda a gente», afirma, por sua vez, Camille. A prefeitura, de facto, empenhou-se em transformar as 15 COP em arrendamentos rurais. Cerca de 30 a 40 hectares de campos, já ocupados há muitos anos mas sempre reivindicadas pelos *cumulards*, deveriam voltar finalmente para o movimento.[4] Por fim, no seguimento a agricultores a entrarem na reforma até final de 2019, as novas instalações – em princípio de ocupantes – terão privilégios sobre 152 hectares.

Mas o que indigna o conjunto do movimento são os mais de 300 hectares de terras agrícolas que regressam para as mãos da Amelaza. Os habitantes da ZAD reclamam, a montante, um diagnóstico fundiário claro para cada um dos *cumulards*, de forma a saber em que medida se expandiram e foram alimentados de prémios agrícolas. O consultor que realizou o estudo do estado dos locais agrícolas para o comité de gestão recebe salário da Câmara da Agricultura – que sempre se posicionou contra a ocupação da ZAD – e chegou mesmo a aconselhar os *cumulards* aquando da criação da sua associação Amelaza!

«Há ainda 188 hectares que serão encarados caso a caso, numa parte dos quais se poderiam instalar projectos ligados ao movimento», acrescenta Camille. Quanto à floresta de Rohanne, em pleno coração da ZAD, a prefeitura anunciou, de forma difusa, que a sua gestão será partilhada entre Gabinete Nacional das Florestas (*Office national des forêts* – ONF) e o *Abracadabois*, um colectivo de ocupantes e artesãos que cuidou deste bosque com uma visão da árvore enquanto estrutura. O objectivo é que os utilizadores da floresta mantenham a maior autonomia possível na gestão e que o *Abracadabois* não se transforme num mero prestador de serviços ao ONF.

Criar raízes

Uma semana depois dos primeiros encontros deste comité de gestão, houve habitantes da ZAD que voltaram a semear uma mistura cerealífera na *Noë Verte*, numa parcela de seis hectares reivindicada por um *cumulard*. Foram ainda escavados cerca de 50 buracos para acolher as novas árvores de fruto dum pomar construído no ano passado com uma variedade de espécies autóctones.

«Continuamos a proteger-nos em relação ao futuro. Reflectimos já sobre como reconstruir os antigos habitats destruídos no quadro do projecto do aeroporto», sublinha Camille. «O Estado procurou isolar-nos, fazendo-nos assinar acordos individuais. Mas nós persistimos na nossa vontade de ter uma gestão colectiva das terras pelo conjunto do movimento, com um aluguer ou até mesmo a compra de parcelas».

O comité de gestão reunir-se-á de novo em meados de Fevereiro para, entre outras coisas, tomar novamente posição sobre a repartição do uso das terras. Daqui até lá, as árvores do pomar da *Noë Verte* já terão criado raízes.

NOTAS

1 Este comité de gestão, presidido pela prefeitura, junta a Câmara da Agricultura, as confederações agrícolas, as associações de agricultores históricos, a comunidade de municípios, o Departamento e os serviços do Estado. Os ocupantes, Copain 44, Acipa e os Naturalistas em Lutas recusaram sentar-se a essa mesa.

2 adresist.antirep.net

3 Comunicado *Répartition des terres de la Zad: pour sortir de l'opacité, il faut un vrai diagnostic foncier!*, 12 de Outubro de 2018.

4 Em contrapartida, estes agricultores, os *cumulards*, receberão terras no exterior da ZAD.

O presente artigo foi publicado na edição de Novembro de 2018 do jornal francês CQFD

O Jornal MAPA acolhe o testemunho em galego e português do I Congresso para o Decrescimento que teve lugar na Galiza. A par das lutas contra projectos insanos em nome do crescimento económico, a ler noutras páginas deste jornal, ganha cada vez mais expressão o debate e a discussão de propostas alternativas que se têm vindo a estabelecer em Redes para o Decrescimento.

Nasce na Galiza a Rede para o Decrescimento

REDE DE DECRECEMENTO EO-NAVIA GALIZA O BIERZO
REDEDECRECEMENTO.WORDPRESS.COM

Entender o Decrescimento como uma emenda à totalidade das práticas capitalistas apostando pela auto-gestão coletiva do comum. Incide na necessidade de recuperar o funcionamento em assembleias próprio das freguesias e levar esta prática de debate e toma de decisões aos bairros das cidades.

O I Congresso para o Decrescimento celebrado os dias 6 e 7 de Outubro de 2018, em Ferrol, acadou um notável êxito de participação. Não só consistiu em se juntar mais de 200 pessoas em Ferrol durante dois dias para debater vários temas[1], também existiram os debates prévios em mais de 30 palestras repartidas pelos 3 territórios e que somaram centos de pessoas. Hoje a Rede para o Decrescimento tem mais de 700 pessoas conectadas por médio das redes sociais e *e-mail* e conta com uma estrutura organizativa a nível nacional que pretende descentralizar o seu trabalho nos vindouros meses.

Foi mais dum ano o que se tardou em articular o congresso pela Comissão Organizadora e a Comissão Redatora dos relatórios, conformada maioritariamente por sócios de Véspera de Nada. Véspera de Nada é uma organização galega que se fundou no ano 2008 coa finalidade de divulgar a crise energética mundial na Galiza, mais em concreto divulgar o *peak oil* [2].

Hai dous razões fundamentais para que as sociedades apostem pelo Decrescimento. A primeira é a necessidade de frenar e reverter a mudança climática e o deterioro ambiental global que só é possível desde uma redução drástica dos consumos materiais e energéticos de procedência fóssil. A segunda é a necessidade de aceitação e adaptação do modo de vida ocidental à realidade dos limites físicos e naturais que tem a terra. O *peak oil*, junto com o pico doutras fontes energéticas e de recursos mineiros faz imprescindível decrescer no seu consumo de maneira urgente. Também se argumenta a favor de criar alternativas sociais e económicas que superem o marco das fronteiras administrativas e que estejam baseadas nas bio-regiões. A Rede para o Decrescimento Eo-Navia, Galiza e O Bierzo assenta neses três territórios que formam parte de 3 comunidade autónomas do Estado Espanhol, mas que, na atualidade, ten fortes vínculos sociais e económicos assim como uma história comum; também compartem cultura e o idioma galego como a língua materna própria em case todo o território definido.

O debate da Organização e auto-gestão incide na necessidade de entender o Decrescimento como uma emenda à totalidade das praticas capitalistas apostando pela auto-gestão coletiva do comum. Incide na necessidade de recuperar o funcionamento em assembleias próprio das freguesias e levar esta pratica de debate e toma de decisões aos bairros das cidades.

Sociedade, Médio Ambiente e Saúde

O relatório «Sociedade, Valores e Eco-feminismo» foi um dos mais extensos e analisa com olhos de mulher consciente a sociedade atual. Reivindica este apartado a urgência de que o Decrescimento se situe no *post*-capitalismo e no *post*-patriarcado, reavaliando a escala de valores sociais e mudando esta para ponher a «vida» no centro, em detrimento da modernidade, do emprego, do consumo... de jeito que ter/consumir/competir passe a ser «ser/sentir/compartir».

O de relatório de «Médio Ambiente» fala de que é necessário entender que vivemos num planeta finito e que pelo tanto o crescimento continuo é inviável. Entende que os graves problemas médio ambientais são: a perda da bio-diversidade, a mudança climática, a perda de chão e a desertificação, a contaminação geral e, ademais, todos os problemas que atingem a auga potável.

O apartado de «Saúde» faz uma introdução inicial, no cal diferencia entre modelo sanitário e saúde das pessoas e das coletividades. O Decrescimento deve colar o aceno na saúde e nunca deve transmitir que o principal problema é a falta de inversão tecnológica no sistema sanitário já que o discurso de maior inversão beneficia case em exclusiva as grandes corporações da farmácia. Pela contra o Decrescimento deve fazer o possível para que a prevenção e a atenção primaria seja o prioritário num modelo sanitário alternativo. Para evitar interpretações erróneas faz uma diferencia entre recortes em sanidade e Decrescimento em sanidade. Os recortes terem como objetivo reduzir os gastos em sanidade dos orçamentos do estado obrigando ao copago como um jeito de privatizar a atenção sanitária e excluir coletivos como as pessoas desempregadas, imigrantes, etc; pela contra, a proposta Decrescentista defende uma reorientação do gasto para assim forçar o nascimento dum novo modelo de sistema público sanitário e universal baseado principalmente na prevenção de enfermidades e numa visão holística das pessoas.

Energia e Transporte

Outros dos documentos mais extensos que foi a debate no Congresso é o de «Energia e Transporte. Razões para o Decrescimento». O documento final deste apartado, saído do Congresso, fala da dependência energética do exterior dos 3 territórios (Eo-Navia, Galiza e O Bierzo) no referido a energias não renováveis com uma pequena exceção de carvão no Bierzo. A totalidade do transporte e do funcionamento da industria depende, na atualidade, do petróleo. Não existe, atualmente, nenhum plano governamental para a substituição do petróleo e do carvão, mais bem nem sequer existem planos dos governos que contemple o problema do *peak oil*. As propostas da Rede para o Decrescimento neste apartado passam principalmente por mudar a sociedade de jeito que esta seja menos dependente do transporte e do consumo massivo de energia e pretende construir um modelo mais local, mais lento e menos dependente do carro e de modelos individuais de mobilidade.

Educación e cultura

Toda alternativa que aspire realmente a ser uma alternativa global como o é o Decrescimento tem que ter propostas para o modelo educativo já que é no sistema educativo onde se conformam os valores e os princípios nos que se assenta a sociedade. O modelo educativo atual nasce com a revolução industrial e tem como objetivo formar pessoas que cumpram ordens simples e repetitivas. A obediência à autoridade é outras das características do modelo atual junto coa formação de alunos a uma única velocidade de aprendizagem. O modelo Decrescentista deve pela contra basear na aceitação de ritmos individuais diferentes, na motivação para aprender, na comunicação horizontal, nos saberes tradicionais comunitários, na compressão, num professorado guia-facilitador e formar pessoas que resolvam os conflitos com debate e não coa violência, na desindustrialização, na des-tecnoligação e em colocar no centro dos valores o respeito ao diferente, a colaboração, a criatividade e o debate coletivo onde primem os valores de «ser/sentir/compartir» e não os de ter/consumir/competir.

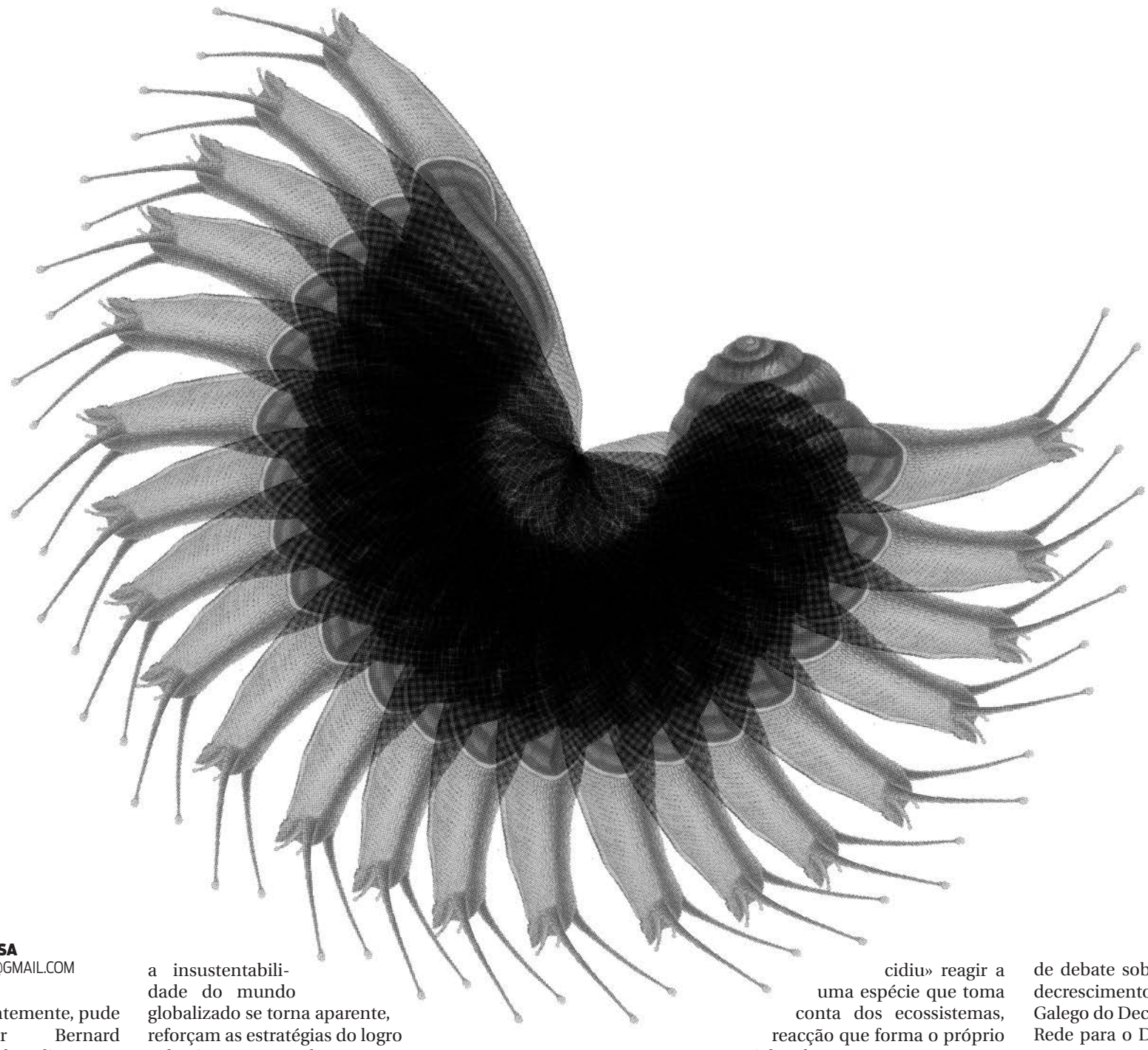
Fechou o conjunto dos relatórios o referido a «Médios de comunicação e cultura». Este documento analisou o porque da inexistência de importantes médios de comunicação críticos com o capitalismo e as suas praticas; concluindo que os grandes médios ou se financiavam coa publicidade das grandes empresas e as subvenções do estado ou pertenciam ao grão capital de jeito direto em forma de grupos de comunicação. No aspeto cultural a analise determinou que na atualidade a cultura é entendida como um nicho mais de mercado de onde sacar beneficio empresarial e que por isso os médios de comunicação e a educação buscava formar pessoas consumidoras de cultura e não pessoas criativas no eido cultural. A proposta Decrescentista para estes dois apartados passam por entender como prioritário e como um campo dos movimento sociais mais a criação e mantimento económico de médios de comunicação para assim ter ferramentas de analise e divulgação coletiva horizontal das distintas alternativas às propostas capitalistas. No eido cultural a aposta é por des-mercantilizar a cultura e apostar pela criatividade cultural como um modo de desenrolo individual e coletivo das pessoas e das sociedades.

NOTAS

1 Os relatórios do Congresso estiver conformados por: Regulamento; Introducción: Por que o Decrecemento? E por que no Eo-Navia, Galiza e O Bierzo?; Organización e autoxestión; Sociedade Valores e ecofeminismo; Médio ambiente; Saúde; Enerxía e transporte: razóns para o Decrecemento; Educación; Alimentación, consumo e economía de proximidade; Médios de comunicación e cultura.

2 Desde o 2008 as pessoas sócias fizeram numerosas palestras, conferências, artigos e mesmo publicações de livros, entre os que destaca o ensaio titulado «Guia para o descenso enerxético». www.vesperadenada.org

Crescimento da economia, diminuição do possível



JORGE LEANDRO ROSA
JORGELEANDROROSA@GMAIL.COM

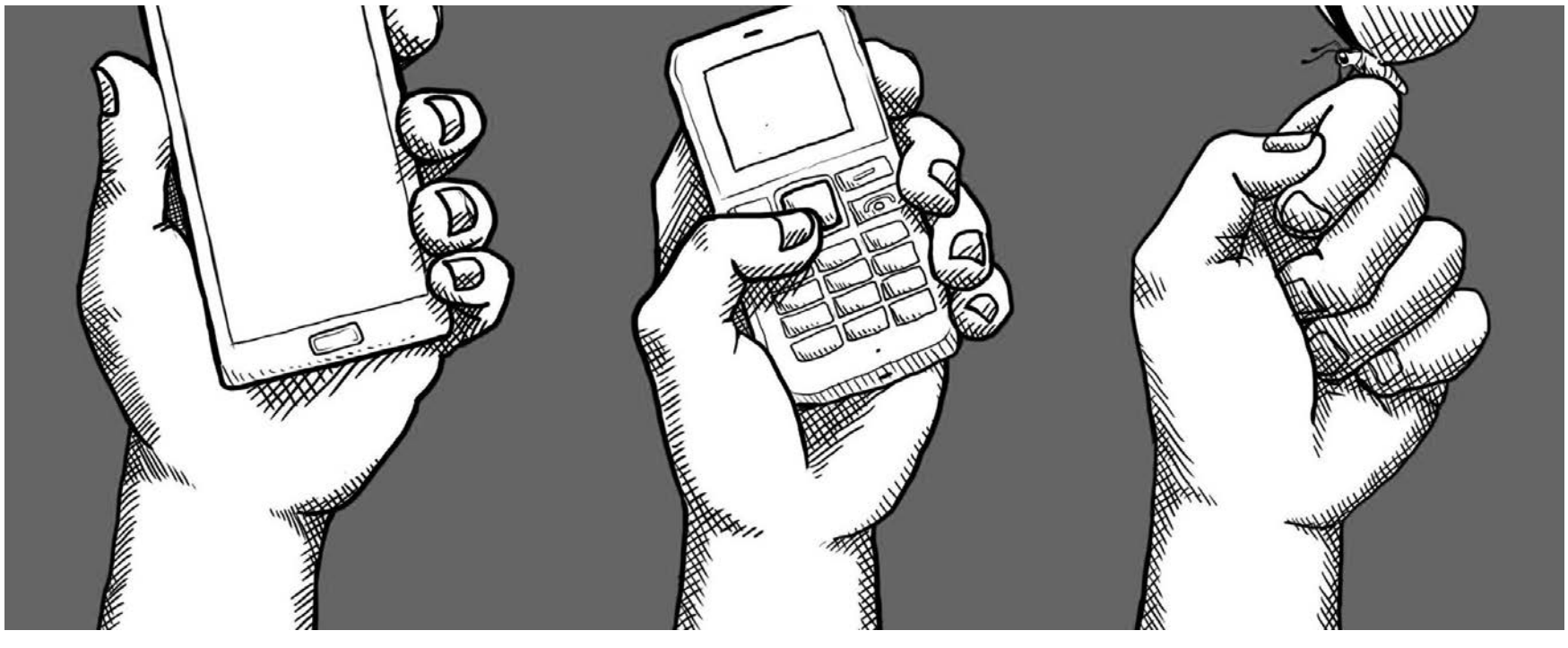
Recentemente, pude ouvir Bernard Stiegler dizer que a aceleração dos acontecimentos provoca sideração (*sidération*, em francês). Pensando nela, senti que a palavra exprimia o que há de simultaneamente bem conhecido e de inédito na convergência de processos que define o nosso presente. O vocábulo latino *siderari*, «sofrer a acção funesta dos astros» (Dicionário Houaiss), evoca a antiga noção de um universo interdependente. Por ténue que essa consciência seja, a circunstância presente seria a mais propícia a uma perplexidade partilhada. Mas a sideração geral não tem uma língua comum. Cada um é tomado pela «sideração» que corresponde à sua situação particular: os povos atingidos pelas alterações climáticas reagem migrando; as classes remediadas ocidentais, desapossadas do seu posicionamento na escala social e assustadas pelo colapso dos compromissos do pós-guerra, respondem votando na extrema-direita ou saíndo para a rua; os Estados, percebendo que a insustentabilidade do mundo globalizado se torna aparente, reforçam as estratégias do logro colectivo em torno das *start-up* e do capitalismo verde. Todos estamos à beira da sideração, mas são muitos os que persistem nas suas mitologias particulares.

Há razões concretas, bem estabelecidas naquilo a que Jacques Ellul chamava as propagandas (Antígona 2014), para que estejamos apenas confusos ou distraídos, raramente perplexos. É verdade que a situação parece contra-intuitiva: nunca houve tanta energia disponível nas sociedades humanas (ou num certo número destas), nunca se viveu tão longamente (em algumas áreas do mundo), nunca se viajou tanto, nunca se consumiu tanta informação, razões pelas quais só teremos de prosseguir o caminho já encetado, introduzindo alguns *patches* em certas partes do sistema. Esta ladaínha costuma ser entoada quando se pretende dar por encerrado o debate em torno do modo de vida contemporâneo e da estrutura económica e tecnológica que o sustenta. E isso acontece à direita e à esquerda porque ambas são atingidas, de modos diferentes e em pontos vitais diversos, pela impossibilidade do crescimento infinito. Quanto mais se prolongam esses elogios dos meios, mais restritas se tornam as nossas possibilidades. Esta coexistência entre as escolhas que encolhem e as tensões de toda a ordem que se acumulam é acompanhada por uma clarificação surpreendente dos dados da situação: o planeta «decidiu» reagir a uma espécie que toma conta dos ecossistemas, reacção que forma o próprio núcleo do Antropoceno; o tempo histórico, que parecia conduzir a uma abertura do sentido, encolhe a olhos vistos, dado que é o futuro que se aproxima agora de nós, e não o inverso.

> Todos somos herdeiros da noção industrial que diz que a um progresso de velocidade corresponde sempre um progresso democrático. Tal deixou de se verificar já há algum tempo.

Recentemente, fui tomado por um estado de surpresa bem diferente: foi em Ferrol, no Ateneu Ferrolan, durante a sessão de debate sobre perspectivas do decrescimento, no I Congresso Galego do Decrescimento, onde a Rede para o Decrescimento portuguesa esteve presente. Discutimos estas questões no quadro bem enraizado de uma pequena cidade do norte industrial da Galiza. Uma população com origens operárias, embora numa região com tradições agrárias, que muitos dos nossos anfitriões pretendem revalorizar. Ao longo da primeira parte dos trabalhos, tudo decorreu num ambiente que nos era familiar: algumas dezenas de participantes, quase todos provenientes de movimentos associativos ou políticos. Mas, chegados ao fim da tarde, vi a sala encher-se de pessoas que não me eram familiares neste tipo de debates em Portugal, pessoas de todas as faixas etárias, reformados, jovens, famílias, uma grande diversidade que transmitia um ambiente caloroso e animado no quadro de um debate que passa muitas vezes por minoritário, pessimista e contracultural. Uma centena de pessoas estavam ali a discutir o colapso do modelo social e económico, o fim da sociedade industrial, o notório desaparecimento de insectos e as ameaças

> Não haverá decrescimento relevante e significativo se não dermos o papel maior às pessoas que vivem enraizadas no quotidiano, num certo senso-comum, nas relações de vizinhança.



à produção de alimentos, mas igualmente a necessidade da auto-organização social, da economia local e da solidariedade em circunstâncias de redução notória dos rendimentos, da auto-defesa contra a publicidade e a propaganda que controla os media. Tudo isto, mesmo ignorando as estimulantes intervenções que ali foram ouvidas, foi para mim um momento revelador: não haverá decrescimento relevante e significativo se não dermos o papel maior às pessoas que vivem enraizadas no quotidiano, num certo senso-comum, nas relações de vizinhança, aquilo a que Orwell chamava a «decência comum». E não haverá debate real sobre o decrescimento se não tivermos momentos destes: conversas calorosas, provocatórias, participativas e por vezes ingénuas, mas singularmente ricas diante de temas que alguns dizem «lúgubres» e propícios à desistência.

Entramos numa forma de absurdo, o absurdo produtivista em pleno desenrolar do Antropoceno. Vivemos hoje uma aceleração dos acontecimentos que é muito mais vasta e plural do que a cansativa aceleração da história «globalizada» e tecnológica que nos incentivavam a aceitar até aqui. E já não era sem tempo, porque o que se passava correspondia a uma ocultação sistemática dos acontecimentos. O que acontece

Entramos numa forma de absurdo, o absurdo produtivista em pleno desenrolar do Antropoceno. Vivemos hoje uma aceleração dos acontecimentos que é muito mais vasta e plural do que a cansativa aceleração da história «globalizada» e tecnológica que nos incentivavam a aceitar até aqui.

contém sempre um ângulo cego, uma zona de sombra ou até várias. Na nossa situação, elas são certamente bastantes, mas às zonas de sombra veio reunir-se uma zona ofuscante que nos cega pela sua evidência, correspondente ao decréscimo inelutável da energia disponível, com consequências directas na criação de valor do capitalismo. O sistema precisa de circulação e consumo de valor, mesmo quando todas as fontes desse valor se dissipam.

As possibilidades abertas na história têm assentado, há mais de dois séculos, na dinamização carbónica da industrialização e de todos os dispositivos que lhe estão anexados. Agora, num repente, anunciado mas chocante, a sociedade industrial deixou de ter a legitimação teleológica para o fazer: já não há locomotivas da história, mas apenas histórias de máquinas lançadas pela pura aceleração, sem perspectiva de reabastecimento a longo prazo. Os «coletes amarelos», que não são um «movimento», no sentido clássico do termo, tornam manifesto que, nesta sociedade, todos os benefícios sociais foram indexados à disponibilidade de energia abundante e barata. Todos somos herdeiros da noção industrial que diz que a um progresso de velocidade corresponde sempre um progresso democrático. Tal deixou de se verificar já há algum tempo. Daí a tentação de misturar todos os «progressos» no mesmo saco: mais estacionamento gratuito com mais segurança social, mais criação de empregos e mais meios para a polícia e para o exército, mais desenvolvimento das estradas e mais meios para a psiquiatria. Não há aqui um programa com sentido, apenas a clara percepção de que os privilegiados começaram a construir novas linhas de demarcação e que a sua gestão das crises anunciadas não se fará já dentro do modelo do fordismo e do salariado. Creio que o decrescimento se inscreve antes num movimento coordenado de

É certo que os ricos podem ainda pagar algo da crise, já que tentam, por todos os meios, pôr-nos a pagá-la. Mas em vez da dialéctica da tomada do poder, proporia aqui a difusão da sideração e a criação que lhe sucede. Em vez do simples esmagamento da burguesia, deveríamos trabalhar no interior das curvas descendentes de todos os actores(...)

saída dessas lógicas. Muitos movimentos podem surgir, sendo necessário saber que o seu terreno será uma crosta altamente instável e móvel. Seja Macron, a grande indústria clássica ou os promotores da robotização generalizada, todos acreditam que é possível dirigir o comboio. «Há algo de tragicómico no ocaso da sociedade industrial».

Sem essa percepção, continuaremos a levar a sério a ideia de que o político é o possível quando potenciado pela electricidade (verde). É certo que os ricos podem ainda pagar algo da crise, já que tentam, por todos os meios, pôr-nos a pagá-la. Mas em vez da dialéctica da tomada do poder, proporia aqui a difusão da sideração e a criação que lhe sucede. Em vez do simples esmagamento da burguesia, deveríamos trabalhar no interior das curvas descendentes de todos os actores: a curva do petróleo e da energia disponível já está firmemente presente na Europa, a curva dos «remediados» aí está agarrada aos seus consumos «modestos», a curva dos desempregados ou dos mal-empregados cai melancolicamente no irreversível, vem já a curva dos eurocratas e da burguesia globalizada, do sistema científico-industrial, dos solos e das espécies. Havendo, talvez, uma forma derivada de luta de classes, haverá certamente a luta de todos no fim da produção, que poderíamos transformar em resistência generalizada ao produtivismo. O que aprendi naquela sala de Ferrol diz-me que há uma margem de reinvenção social, deslocando-a para patamares energéticos e de complexidade tecnológica e social muito mais baixos (em termos quantificados). Numa fase de decrescimento, é preciso reduzir os meios à justa velocidade, nem com lentidão nem abruptamente, para que TODOS possamos continuar vivos.

Brasil

Crónica de um desastre anunciado

M. RICARDO DE SOUSA
ILUSTRAÇÃO: **DANIELA RODRIGUES**

Este artigo é dedicado a Soledad Barret Viedma, assassinada pela ditadura militar brasileira, neta do anarquista Rafael Barrett.

Há alguns anos atrás um conhecido editor anarquista paulista, Plínio Coelho, crítico feroz do PT, alertava que os governos de Lula e Dilma estavam a abrir caminho para um qualquer político populista de extrema-direita. Não se tratava de bruxaria, nem de ter recorrido a uma mãe-de-santo de um qualquer terreiro de candomblé, mas tão só da lucidez de alguém que estava atento ao desastre que se anunciava.

Lula e o PT foram a partir dos anos 80, com o fim da Ditadura Militar, catalisando as esperanças de milhões de brasileiros numa mudança estrutural da sociedade. Não esperavam uma revolução mas tão só reformas profundas que trouxessem alguma justiça social a uma das sociedades mais perversas, injustas desiguais do mundo. A reforma agraria, a reforma urbana, a reforma fiscal, o fim da corrupção e o combate às grandes máfias do crime organizado era o mínimo que se esperava e que se prometia nas campanhas eleitorais.

É certo que quando Lula foi eleito já tinha começado a acomodar o seu programa aos poderosos interesses dominantes na famosa «Carta ao Povo Brasileiro»[1], que mais não era que um pacto negociado com os verdadeiros donos do Poder no Brasil. No entanto, o programa reformista do PT não era ainda uma impossibilidade até porque teria, nesse momento, um grande apoio social e era o desejo da militância popular do partido e dos eleitores, num contexto em que os sectores conservadores estavam acuados.

O que se viu a partir de 2003, no entanto, foi algo diferente. Impôs-se no PT a linha hegemónica «pragmática» que, em nome da «governabilidade», estava disposta a fazer todo o tipo de acordos com os deputados e senadores conservadores e a acomodar o seu programa aos interesses do grande capital. Foi uma época de crescimento económico, numa conjuntura favorável, em que os grandes grupos económicos passaram a encarar o governo de Lula de forma mais complacente, esquecendo as desconfianças do passado. Cresceram os salários mas principalmente os lucros desses grupos industriais e financeiros. Simultaneamente, o governo de Lula teve a possibilidade de implementar alguns dos seus programas sociais que tinham por base uma velha tradição latino-americana, no caso brasileiro getulista, de subsídios e apoios estatais aos grupos sociais mais pobres. Este assistencialismo permitia também dar o acesso ao consumo, embora mínimo, aos grupos excluídos e aos trabalhadores com salários mais baixos[2].

> Numas eleições radicalizadas sob o signo de «Haddad ou fascismo», um terço dos eleitores, os abstencionistas, brancos e nulos, recusou-se a dar o seu voto ao candidato do PT.

Os mandatos foram avançando e nada de reformas de fundo, pelo contrário, a velha política do «toma lá dá cá» foi-se consolidando como a táctica de negociação parlamentar com os sectores mais conservadores e reaccionários da Câmara dos Deputados e do Senado. Foi a época em que vimos Lula abraçado a Sarney, Collor, Maluf, Eduardo Cunha, Sérgio Cabral e tantos outros sinistros personagens.

Quando Lula, após oito anos de governo, em 2011, conseguiu transferir o apoio que ainda tinha, em função de uma situação económica expansiva e das suas políticas sociais, para uma figura apagada da burocracia, Dilma Rousseff, não se esperava a tormenta que já se podia adivinhar com o chamado «mensalão», esquema de corrupção na Câmara de Deputados que começava a chamuscar o PT. Como não tinha ainda chegado a crise brava, os eleitores, na velha tradição do «rouba mas faz» de Ademar de Barros e Paulo Maluf, ainda aceitaram que a corrupção fosse obra de uns quantos dirigentes e que Lula nada soubesse do assunto. Mesmo que esses dirigentes do PT acusados, José Genoíno e José Dirceu, fossem dois dos mais importantes estrategas do partido, muito próximos a Lula.

Com Dilma os problemas não pararam de se avolumar, a crise económica e social foi crescendo ameaçadora, nas ruas as manifestações de descontentamento começaram a ser cada vez mais ruidosas. As obras faraónicas para o Mundial de Futebol de 2014 e para as Olimpíadas de 2016 causaram indignação, tanto mais que para a educação e para o sistema de saúde, que nunca deixou de ser um desastre, faltavam verbas. No seu governo aprovaram-se leis especiais de repressão social tendo em vista esses grandes eventos e um esquema de segurança máxima foi montado para garantir que a habitual violência das grandes cidades brasileiras, com milhares de mortos por ano, não incomodasse os visitantes estrangeiros. Mas as manifestações ainda eram de movimentos sociais de esquerda, embora começassem a agregar muitos descontentes influenciados pelo discurso conservador.

A partir de 2014 tudo se complicou. A Operação Lava Jato seguiu todo um conjunto de pistas que incriminam um grande esquema montado pelo governo do PT para distribuir dinheiro entre si e os partidos aliados a partir das grandes obras públicas e da Petrobras. Num momento em que a recessão económica começava a apertar os brasileiros, com desemprego, falência de pequenos negócios e inflação crescentes, ver os dirigentes políticos do país a desviarem milhões e milhões dos recursos públicos despoletou a raiva de muitos dos eleitores que haviam apoiado Lula, Dilma e PT, sentindo-se traídos pelo partido. Essa raiva iria convergir com o ressentimento latente de sectores conservadores da chamada classe média, que perderam de forma significativa poder de compra e que, no seu profundo reaccionarismo, nunca aceitaram o discurso socializante do PT, mesmo que este fosse mais simbólico do que real, e as mudanças sociais e culturais que estavam

Jair Bolsonaro não dispõe de uma maioria social, a sua vitória embora significativa, resultando de 55,13% dos votos, está longe de recolher esse apoio. No entanto, parece ser claro que o confronto e a oposição às políticas conservadoras, principalmente de uma perspectiva libertária da autonomia e auto-organização, passará mais pela sociedade, pelas ruas e pelos locais de trabalho, do que pelas disputas institucionais e partidárias em Brasília.

ocorrendo no Brasil, muitas das quais até à margem do PT[3].

A partir daí, a base social que sustentava o governo foi-se fragmentando e a reacção arrogante do PT contra todos os que saíam à rua, apelidados de coxinhas, acompanhada da vitimização do partido e de Lula, só fizeram crescer ainda mais a raiva. Não se podia mais tapar o sol com a peneira, nem ocultar que a esquerda geriu um grande esquema de locupletação com os recursos públicos.

Dilma Rousseff foi afastada do poder, em 2016, em pleno pique da crise económica[4], após grandes manifestações de rua anti-governamentais, numa das típicas manobras maquiavélicas dos parlamentares brasileiros, mas que se resumiu para o PT e para a esquerda a um «golpe», mesmo que esse golpe tenha sido dado pelos aliados da véspera do PT, muitos dos quais integrados nos governos de Lula e Dilma e que haviam sido sócios nos esquemas de corrupção na última década.

Aquilo que os grandes estrategas do partido imaginaram ser a forma de cooptar apoio aos seus governos para garantir a «governabilidade», a corrupção, saía-lhes como um tiro pela culatra. Não só políticos aliados, como empresários, decidiram falar, como até dirigentes do próprio PT vieram confirmar os esquemas corruptos desses governos.

Da ideia de um partido vítima (PT) e de dirigentes inocentes passou-se então ao discurso «todos fazem isso», naturalizando assim a prática corrupta do partido que usou os mesmos instrumentos dos velhos partidos.

Da ideia de um partido vítima e de dirigentes inocentes passou-se então ao discurso «todos fazem isso», naturalizando assim a prática corrupta do partido que usou os mesmos instrumentos dos velhos partidos. Só que o problema era, por um lado, que o PT desde a sua fundação defendia um discurso ético de combate à corrupção e à velha política brasileira. Por outro, o esquema que começava a ser exposto pela polícia e justiça mostrava-se o mais elaborado, complexo e bem gerido sistema de corrupção montado a partir do poder central. Não era já a prática da corrupção avulsa e amadora de cada partido e político meterem no bolso o que podiam, mas um sistema articulado, e centralizado, de distribuição de recursos públicos pelos partidos no poder, PT e seus aliados conservadores.

A raiva e o ressentimento passaram a ser imparáveis. Por razões de oportunidade foi um deputado ex-capitão, boçal e autoritário, Jair Bolsonaro, um Duterte à brasileira, que assumiu a frente desse combate anti-petista. Os políticos e dirigentes partidários mais importantes estavam na quase totalidade envolvidos nos vários esquemas que começavam a ser revelados e à esquerda nenhum dos partidos conseguiu, ou teve coragem, de entrar em confronto aberto com o PT. A direita começava a ganhar a disputa, uma direita autoritária, reaccionária e inorgânica, em alguns casos de tipo fascizante, cimentada pelos pastores conservadores das igrejas pentecostais, mas que arrastou no seu avanço muitos dos desiludidos ex-eleitores apoiantes de Lula e do PT.

Chegados às eleições presidenciais de novembro, ao se extremar o confronto, a disputa passou a ser entre dois messias: Jair Bolsonaro e Fernando Lula Haddad. O que muitos imaginaram ser a solução milagrosa, o apoio de Lula, e a apresentação de Haddad como um homem de confiança de Lula, tornou-se no segundo turno o veneno. A maioria dos eleitores não votariam no que Haddad representava, mesmo que do outro lado estivesse o candidato mais boçal e reaccionário que alguma vez se apresentou a eleições. Numas eleições radicalizadas sob o signo de «Haddad ou fascismo», um terço dos eleitores, os abstencionistas, brancos e nulos, recusou-se a dar o seu voto ao candidato do PT.

A possibilidade de derrotar Bolsonaro, dentro da lógica política partidária, só poderia ter existido se Haddad tivesse assumido uma autocrítica em relação às práticas governamentais desastrosas do PT e negociado com o PDT, PSDB, PV, Rede e PPS uma frente contra a ameaça autoritária. No entanto, o PT, partido que em nome do «pragmatismo» fez todo o tipo de acordos espúrios com os partidos conservadores e os parlamentares mais reaccionários ao longo de mais de uma década, usando a corrupção como instrumento de cooptação, não foi capaz de fazer um simples acordo político com os potenciais aliados do segundo turno.

A chantagem de «Haddad ou o fascismo», com tudo o que significa de manipulação política, num contexto dramático, não funcionou.

Como escreveu o poeta: «E agora José?»

A situação é complexa e imprevisível. No mínimo vai crescer a partir de 2019 o carácter autoritário do estado brasileiro, vão ser desenvolvidas políticas conservadoras de restrição de direitos e uma guerra ideológica contra os valores de uma cultura progressista e cosmopolita, para lá de uma agenda económica ultra-liberal que é o ponto fundamental para o grande capital. Uma coisa é certa: Jair Bolsonaro não dispõe de uma maioria social, a sua vitória embora significativa, resultando de 55,13% dos votos, está longe de recolher esse apoio[5]. No entanto, parece ser claro que o confronto e a oposição às políticas conservadoras, principalmente de uma perspectiva libertária da autonomia e auto-organização, passará mais pela sociedade, pelas ruas e pelos locais de trabalho, do que pelas disputas institucionais e partidárias em Brasília. A menos que os sindicatos, movimentos sociais, MST, ecologistas, feministas e nações indígenas rompam os laços de dependência e subserviência em relação ao Estado e aos partidos, no caso do Brasil em relação ao PT, não sairemos desta lógica contaminada da alternância dos grupos dirigentes que vão ocupando o Poder do Estado sem que nada mude de fundamental na sociedade brasileira. Que os anti-capitalistas se tornassem nesta fase, em nome de um frentismo, a ingénua tropa de choque de defesa do PT, ao lado do PSOL, seria o último desastre, tanto mais que os treze anos de lulismo nos demonstraram que as questões centrais na sociedade continuam a ser o Estado e o Capitalismo. Desta realidade não há como escapar. Se há uma coisa que a história recente do Brasil nos volta também a recordar é que nada se pode esperar de qualquer vanguarda iluminada e menos ainda de qualquer messias, chame-se António Conselheiro, Getúlio Vargas, Jânio Quadros, Luís Inácio ou Jair Bolsonaro.

NOTAS:

1 Carta divulgada em 2002 por Lula ainda candidato a presidente para acalmar os empresários e o mercado financeiro. A redacção deste documento é atribuída a António Palocci que foi ministro da Fazenda do primeiro governo do PT e é hoje um dos delatores nos processos da Lava Jato.

2 Os principais programas sociais foram o Bolsa Família e o Fome Zero que tiveram um forte impacto nos sectores mais pobres da sociedade brasileira.

3 Mas não podemos esquecer que uma parte dessa pequena e média burguesia urbana, principalmente a intelectualizada, foi nos últimos anos apoiante do lulismo.

4 Neste período da pior crise desde os anos 90 o desemprego já havia superado os 12% e o PIB caído mais de 3%.

5 Fernando Haddad teve 44,87% dos votos e a soma dos brancos, nulos e abstenções foi de 30,87%.

A esquerda e a autofagia

A propósito das eleições brasileiras muitos respeitáveis comentadores, sociólogos e políticos vieram explicar-nos, a nós e aos brasileiros, que um dia em Portugal Álvaro Cunhal apelou a que os militantes do PCP votassem em Mário Soares, mesmo que para isso tivessem de tapar o nariz ou a cara do candidato. Este gastronómico acto de engolir sapos era dado como o exemplo pedagógico a ser seguido pelos eleitores brasileiros descontentes com o PT se quisessem impedir a vitória de Jair Bolsonaro, reaccionário *hardcore*. Esqueceram no entanto que o melhor exemplo da submissão ao pragmatismo realista está no Brasil onde o histórico dirigente comunista Luiz Carlos Prestes apoiou Getúlio Vargas, e pediu votos a seu favor, depois deste ditador ter mandado prender, torturar e matar comunistas e anarquistas, e ser o responsável directo pela deportação de Olga Benário, a comunista companheira de Carlos Prestes, para a Alemanha nazi onde morreu num campo de concentração.

Prestes foi pois o melhor exemplo da disposição dos comunistas e da esquerda para devorar as próprias vísceras em nome do partido, da nação e do povo.

DA FAVELA A COPACABANA

FOTOS DE IVAN CASTIÑEIRAS

As praias de Copacabana e Ipanema, as mais populares e povoadas do Rio de Janeiro, são o cartão postal da cidade para cariocas e turistas. Nelas, todos os dias, junta-se um caldeirão de gente rica e pobre. Em jeito de ironia costuma dizer-se que estas praias são dos poucos lugares públicos e democráticos que restam na cidade. A venda de comida, de roupa, de bugigangas, o aluguer de cadeiras e de guarda-sóis são uma das principais fontes de rendimento dos moradores das favelas, que descem às praias para se fazerem à vida. Vêm de perto, das favelas da Babilónia, Chapéu-Mangueira, Vidigal, Rocinha ou então mais de longe, da Nova Cidade, do Complexo do Alemão, Maré ou Cidade de Deus e, de Sol a Sol, caminham no meio da multidão entre o asfalto e o mar.

Padaria Árabe

Elma Chips

BISCOITOS GLOBO
BISCOITOS GLOBO

GLOBO
GLOBO

TÉRMICO
20,00

MONICA

«Nós por nós»: militarização e resistência nas periferias do Rio de Janeiro

ANDRÉA FARIAS

As políticas de militarização, iniciadas por Lula e continuadas por Dilma, tiveram como objetivo a contenção da população pobre da periferia do Rio de Janeiro, conducente à realização do Mundial de Futebol de 2014 e das Olimpíadas de 2016, e implicaram uma prática autoritária sistemática através da violência policial. Com Temer a presença militar estendeu-se pelas favelas e, pontualmente, pelo asfalto. A vitória de Bolsonaro nas eleições de Outubro passado reforça a «política de extermínio da juventude negra, periférica e favelada». A entrevista feita pelo *blog* Cartografia Nocturna a Carlos Gonçalves, que publicamos agora noJornal Mapa, foi recolhida antes de ser conhecido o resultado das eleições presidenciais brasileiras, que veio agravar o contexto político e complicar as iniciativas de resistência descritas por este ativista da Favela da Maré.

CARTOGRAFIA NOCTURNA
CARTOGRAFIANOTURNA.COM

Há 5 anos e meio atrás, em julho de 2013, o desaparecimento de Amarildo de Souza, pedreiro e morador da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, durante uma operação de repressão policial, suscitou uma onda de indignação no Brasil inteiro. Em março de 2018, o assassinato da vereadora Marielle Franco, em pleno centro da cidade, gerou uma nova onda de indignação pelo país. Estes dois crimes revelam os desafios enfrentados por aqueles que se organizam para combater a violência do Estado nas periferias do Rio de Janeiro. Durante os cinco anos que os separam, a violência policial nas favelas cariocas intensificou-se drasticamente, agora com a presença sistemática do Exército nas comunidades. Por outro lado, diversos movimentos consolidaram-se nestes territórios, juntando forças e construindo ferramentas para enfrentar esta violência. Dentre elas, uma rede de ativistas oriundos de diversas comunidades desenvolveu a aplicação "Nós por nós" que funciona como uma ferramenta de resistência contra a violência do Estado. Para compreender esta realidade de uma perspectiva local, *Cartografia Noturna* conversou com Carlos Gonçalves, morador da favela da Maré, na zona norte do Rio. Carlos desenvolve projetos na área da educação, no Coletivo de Educação Popular Orosina Vieira, atuante na comunidade. É colaborador do jornal local O cidadão e é ex-membro do Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro.

Cartografia Noturna: Você poderia começar nos apresentando o que é o Fórum de Juventudes, do qual você participou nos últimos anos?

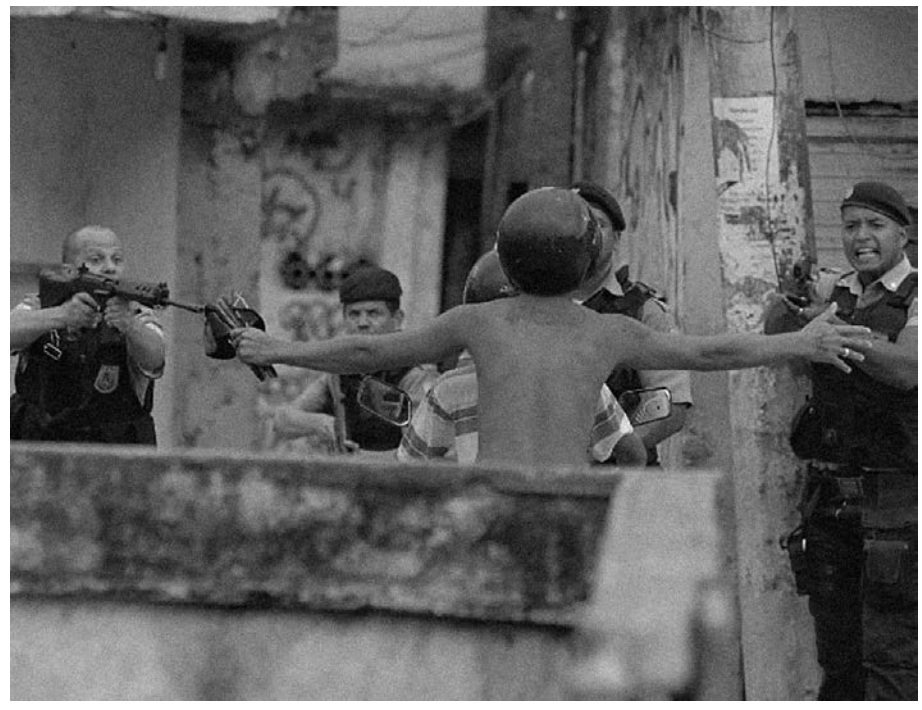
Carlos Gonçalves: O Fórum da Juventude é um coletivo que existe há um tempo, reunindo vários movimentos de jovens de diversas favelas do Rio de Janeiro que atuam na área de Direitos Humanos nas populações das periferias. Trabalhamos mais especificamente em torno do conflito urbano, da violência policial e do encarceramento, inclusive em apoio às mães e familiares de vítimas das operações policiais, pautando e denunciando a exterminação da juventude negra, periférica e favelada, pelo Estado Brasileiro.

São diversos coletivos e grupos que atuam cada um em seus bairros e territórios, em diversas partes do Rio de Janeiro. Para dar alguns exemplos: temos conosco um grupo do Morro da Providência que atuou nos últimos anos contra as operações de remoções em decorrência dos Mega-Eventos; tem outro grupo que trabalha com Direitos Humanos na favela do Acari; tem um coletivo que desenvolve projetos de educação popular em Campo Grande; um pessoal de Manguinhos, etc. Portanto, são grupos que atuam localmente em diversos campos, seja da luta por moradia, do direito ao espaço urbano, da educação popular, mas que convergiram no Fórum para atuar juntos frente à violência policial que denunciamos como uma política sistemática de extermínio da juventude periférica.

CN: O Rio de Janeiro é, no Brasil, o local que tem o maior índice de morte de jovens de periferia em operação policial[1]. A partir de 2009, foram criadas as primeiras UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) como política de segurança que, teoricamente, iria inaugurar uma «outra forma» de atuação policial. No entanto, a violência policial e os casos de chacinas não parecem ter diminuído, inclusive nos locais onde UPP foram instaladas. Como você avaliaria a evolução da violência policial desde a implantação da política das UPP?

CG: É dificil falar das UPP sem falar das políticas que incentivaram e permitiram a realização dos Mega-Eventos desportivos no Rio de Janeiro e no Brasil – a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. É importante lembrar primeiramente que os dois principais grupos que organizam estes eventos, tanto a FIFA quanto o C.O.I (Comité Olimpico Internacional) são grupos que são mundialmente conhecidos – inclusive através de denúncias jurídicas – por serem fortemente corruptos. Assim como tinha acontecido em outros países anteriomente, como por exemplo na África do Sul com a Copa de 2010, a realização dos Mega-Eventos no Brasil representou primeiramente uma operação de reestruturação urbana e reordenamento ecónomico para atender exclusivamente os interesses de alguns setores privados e grupos empresariais, vinculados à própria FIFA e ao C.O.I, ou ainda aos grupos patrocinadores dos Mega-Eventos. Isso aconteceu no Brasil, recentemente na Rússia (na Copa de 2018) e também acontecerá no Qatar (na Copa de 2022)…

Mas para poder garantir uma operação de reestruturação urbana deste porte, tal como aquela que aconteceu no Rio de Janeiro antes dos Mega-Eventos, é preciso garantir através de uma postura autoritária e violenta a «segurança» desta operação. Ou seja, traduzindo isso para a realidade brasileira atual, é preciso garantir que os pobres permaneçam nos espaços urbanos desiguais a eles destinados. E é para isso que o Estado de Rio de Janeiro teve a ideia de lançar as UPP. E essa política das UPP foi também uma forma de atender os anseios da classe média carioca. Historicamente, a maior preocupação da classe média carioca em relação à



O que faz na verdade o polícia que atua na favela operar desta forma é uma engrenagem que é condicionada à lógica estrutural da polícia que desde a sua criação pode ser resumida desta forma: "Eu tenho o poder de decidir quem deve morrer ou não".

favela não é aber se essa possui estrutura de educação ou de saúde adequada, mas pode ser resumida por esta pergunta: «existe uma estrutura capaz de conter os favelados?...» E a UPP vai tentar encarnar essa estrutura. No discurso oficial, diziam que a UPP iria diminuir a intensidade dos conflitos e permitir a entrada de serviços básicos nas favelas – tais como educação e saúde – e que, da noite para o dia, a atuação da polícia mudaria em relação às favelas. E esse discurso até conseguiu ganhar adesão de parte da esquerda do asfalto e da própria favela. Mas não foi assim que aconteceu. Não houve nenhum investimento suplementar na Educação e na Saúde nas favelas, a primeira continua cada vez mais sucateada e a segunda está quase sendo toda privatizada no Rio de Janeiro. Apesar da fachada e da propaganda inicial, a UPP não modificou a forma de aproximação da polícia em relação à favela, tratou-se apenas de mais uma estratégia de manutenção da ordem e contenção da pobreza.

Para entender este processo, é importante lembrar que a polícia do Estado do Rio de Janeiro é formada, desde a sua origem, no início do Império, com um único dever: garantir a ordem vigente a qualquer custo. Temos, portanto, uma polícia extremamente violenta, cujo objetivo principal é a manutenção da ordem vigente, mesmo que isso possa incluir o uso de armas e estratégias de guerra contra as populações pobres. E o Poder Judiciário apoia e participa na manutenção dessa estrutura no momento em que ele inocenta ou encobre sistematicamente os polícias culpados de matar vidas faveladas.

Na verdade, o que aconteceu foi que nestes últimos anos a UPP abriu o caminho para a militarização das favelas no Rio de Janeiro. Desde 2014, a força militar se fez cada vez mais presente na favela da Maré por exemplo, onde eu moro. Na Gestão Temer, essa presença militar se estendeu para outras favelas ou pontualmente para o asfalto. E essas políticas ditas de «segurança pública» são na verdade políticas de militarização da periferia e de contenção da população pobre.

É importante ter em mente que esta política dita de "segurança pública" não tem, em nenhum momento, como objetivo de sanar a chamada "crise da insegurança pública". A estratégia é justamente não ter estratégia, já que a chamada "insegurança" na verdade é muito proveitosa para o setor bélico, que lucra muito com essa situação, assim como o setor do narcotráfico, cujos atores mais influentes se encontram não nas favelas mas na classe política brasileira.

CN: Nos últimos anos alguns movimentos contra a violência policial ganharam visibilidade em outros lugares do mundo. Dentro deles, o movimento *Black Lives Matter*, nos EUA; e alguns de seus representantes têm definido a questão da violência policial não como algo pontual, mas estrutural. Aqui no Brasil, vemos que existem movimentos comunitários que denunciam a violência como algo estrutural, uma política de extermínio, enquanto alguns setores da esquerda defendem apenas uma reforma interna do sistema policial...

> É difícil falar das UPP sem falar das políticas que incentivaram e permitiram a realização dos Mega-Eventos desportivos no Rio de Janeiro e no Brasil – a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

CG: É porque quando a classe média vai debater segurança pública, ela fala apenas da sua perspectiva, se preocupando apenas da forma como ela é afetada pelo que ela chama de «segurança». Mas ela fala sobre o assunto sem considerar a experiência da favela. Você nunca vê a esquerda, mesmo a mais progressista, discutir segurança pública tentando adotar o olhar da favela, da Baixada, da Zona Oeste, estes espaços que são a não-cidade dentro da cidade. Então estamos acostumados a ouvir um discurso sobre segurança pública produzido exclusivamente a partir do asfalto, e que procura sempre explicar a violência policial como algo pontual: que se daria pela falta de treinamento dos polícias, dos salários baixos, etc…

O que faz na verdade o polícia que atua na favela operar desta forma é uma engrenagem que é condicionada à lógica estrutural da polícia que desde a sua criação pode ser resumida desta forma: «Eu tenho o poder de decidir quem deve morrer ou não». Essa é a ideologia de uma instituição – que funciona como braço armado do Estado – e que se atribui poder de decidir quem pode viver e quem deve ser morto. Encontramos essa mesma lógica, de direito de vida ou morte sobre o oprimido, em outros momentos da história, e aqui no Brasil desde o período escravocrata. E, como sabemos, não há diálogo possível com um tipo de estrutura política autoritária ou fascista que raciocina desta forma e age em consequência.

O problema é que todo o discurso dos setores progressistas sobre Segurança Pública, que se foca em propostas reformistas, é construído apenas a partir da visão da classe média influenciada pela academia. Mas o fato é que essa visão de Segurança construída na academia não representa e nunca representou a realidade histórica da periferia preta deste país.

CN: Em 2016 você participou do grupo que lançou a «Nós por nós?». Você poderia nos contar mais sobre o que é essa aplicação e como esse projeto surgiu?

CG: A gente estava tendo uma reflexão interna entre os movimentos sociais no Rio de Janeiro, para tentar pensar uma estrutura que podia nos auxiliar na luta contra a violência policial na periferia. E começámos a pensar na possibilidade de criar uma aplicação. A ideia surgiu a partir da própria experiência que tivemos atuando em relação a chacinas e conflitos urbanos no Rio de Janeiro. Em 2013, quando a UPP de Manguinhos assassinou o Mateus, de 17 anos, os moradores foram para a rua, logo em seguida, manifestar-se contra a UPP. A situação do protesto estava tensa e vários policiais ameaçaram usar suas armas contra os manifestantes. Mas assim que as pessoas começaram a filmar e disseram que estavam ao vivo no *Facebook*, os policiais foram obrigados a recuar. Posso citar ainda o caso de Eduardo de Jesus, de 10 anos, assassinado em 2015 no Complexo do Alemão. Logo após o ocorrido, a mãe dele foi para cima do polícia, e este sacou a arma e a ameaçou com insultos. Mas assim que as pessoas em volta começaram a filmar, o

Em 2017, a estátua de Michael Jackson no Morro Dona Marta, em Botafogo no Rio de Janeiro, ponto de peregrinação turística, foi decorada com uma espingarda de assalto. A UPP de Dona Marta era considerada uma unidade modelo do sistema de aproximação da polícia e da população, mas como o resto do modelo, também acabou por falir na sequência de diversos assassinatos e abusos levados a cabo pela Polícia Militar.

polícia também deu para trás…

Então observamos nesses anos de mobilização nas periferias que o fato de filmar permitia de certa forma enfrentar e peitar o nível da violência policial. É obvio que não é somente o fato de filmar, antes de tudo é a mobilização coletiva que é o mais importante. Se você estiver sozinho filmando, você provavelmente vai rodar do mesmo jeito… Então isso foi uma primeira observação que fizemos: a importância desses movimentos sistemáticos de resistência de moradores nas periferias com o hábito de filmar os polícias como forma de se defender.

E tinha também um outro aspecto que considerámos: toda vez que íamos para o sistema judicial para denunciar algum caso de violência policial, a gente se confrontava com uma falta de provas e de materialidade para poder avançar com o processo. Foi o que alegaram por exemplo no caso da chacina de Costa Barros, quando cinco jovens dentro de um carro foram assassinados por 111 tiros no fim de 2015 (vemos que para esse sistema judicial mesmo 111 tiros não é materialidade suficiente né?). Então vimos que precisávamos de mais provas e materialidade para fazer avançar essas denúncias.

Foi aí que pensámos como seria estratégico criar uma aplicação que permitisse conectar diretamente as imagens filmadas pelos moradores testemunhas de violência à Defensoria Pública. É assim que nasce a ideia de criar a aplicação «Nós por nós». Esta aplicação está dividida em 3 partes fundamentais:

-A primeira parte é uma Cartilha de Direitos intitulada «Conhece seus direitos». Realizámos essa cartilha a partir de uma pesquisa que fizemos nas comunidades colocando algumas informações e direitos básicos fundamentais. Informámos por exemplo ali que: o fato de filmar uma violência policial não te obriga a ser testemunha perante a justiça, coisa que a maioria não sabe, o fato da polícia não poder invadir a sua casa sem mandato, o fato do polícia não ter direito de te levar à delegacia apenas porque você não tem identidade, etc.

-A segunda parte contém contactos de Instituições que podem ser acionadas em caso de violência policial. Obviamente, isso não inclui a polícia, é sempre importante lembrar que não adianta denunciar a polícia à própria polícia (risos).

-A terceira parte da aplicação é o espaço para fazer a denúncia. Primeiro, você indica qual o tipo de entidade que é alvo da sua denúncia: polícia militar, polícia civil, exército, guarda municipal, etc. Em seguida você encaminha a sua denúncia através de um vídeo ou de fotos. Existe uma câmera vinculada à aplicação. Assim que você começa a filmar a partir da aplicação, as imagens são imediatamente enviadas para o nosso servidor que armazena todas as denúncias. Ou seja, mesmo que o polícia tire o telemóvel da sua mão enquanto você está filmando, ele não poderá destruir o que já foi filmado pois tudo já estará gravado no nosso servidor. E o nosso servidor já redirecionou as denúncias para as instâncias competentes: Defensoria Pública ou Ministério Público, por exemplo.

É também possível fazer a denúncia via aplicação sem filmar ou fotografar, mas sempre pedimos que se faça um vídeo ou fotografias para podermos ter o máximo de provas no momento de encaminhar a denúncia. Se possível filmar de lado, gravar a placa da viatura ou a identificação do polícia – mesmo se sabemos que na maioria das vezes eles não usam identificação na favela; filmar ou fotografar o nome da rua do ocorrido, etc…

Portanto, os principais objetivos desta aplicação são: ter mais uma arma nas mãos contra a violência policial, criar mais materialidade para poder processar e denunciar os culpados, e permitir avançar em políticas públicas contra o genocídio da população jovem e negra de periferia. É claro que não é apenas uma aplicação que vai extinguir a violência policial e o racismo da face da terra, mas é mais uma arma que nós temos. É mais uma forma inteligível de tentar combater essa guerra insana que é essa guerra desencadeada contra preto, pobre e favelado.

CN: Nos últimos anos, desde os fortes protestos que ocorreram em 2013 logo após o desaparecimento de Amarildo, houve diversos protestos populares contra a violência policial na periferia, ao mesmo tempo que movimentos comunitários que atuam sobre o tema ganharam uma forte visibilidade. Você diria que há uma maior mobilização ou organização nos últimos anos nas comunidades diante dessas questões?

CG: Na verdade acho que vivemos uma onda crescente de repressão e isso impulsionou uma necessidade de organização. Acho que junho de 2013 foi um marco, pois antes ninguém imaginava a sociedade brasileira se manifestar nacionalmente diante do desaparecimento de um pedreiro da Rocinha, que foi o que aconteceu com o caso Amarildo. Neste sentido, 2013 foi um marco muito importante. Tanto pela presença muito forte de gente nas ruas quanto pela repercussão desse caso. Mas 2013 acabou passando, pois como todo movimento, teve o seu auge e também a sua decadência, o seu esfriamento….

Hoje vivemos outro momento que é o momento da ressaca económica pós Mega-Eventos, e a ressaca da política de «insegurança pública» ligada a esses Mega-Eventos. Esta situação significa, no Rio de Janeiro, um aumento muito grande de chacinas, mas também de guerras entre facções ou milícias na disputa de territórios. Conforme a UPP foi

Historicamente, a maior preocupação da classe média carioca em relação à favela não é saber se essa possui estrutura de educação ou de saúde adequada, mas pode ser resumida por esta pergunta: «existe uma estrutura capaz de conter os favelados?»... E a UPP vai tentar encarnar essa estrutura.

Em Junho de 2013, o desaparecimento de Amarildo, um pedreiro habitante da favela da Rocinha, originou protestos massivos em todo o Brasil, tornando-se um símbolo da violência policial e do começo da decadência das UPP, que até aí mantinham uma imagem maioritariamente positiva nalguns sectores da população.

se localizando e se instalando em territórios de certas facções, ela impulsionou uma reorganização do narcotráfico no Rio de Janeiro, e isso provocou inevitavelmente novos conflitos.

Diante dessa situação toda, tivemos que fortalecer os nossos movimentos populares e nossas ferramentas de luta. Nos últimos anos nós nos articulámos com outros movimentos ao nível internacional, tal como o *Black Lives Matter* nos EUA, conseguimos criar um Fórum, ao nível nacional, das mães de vítimas de violência policial em todo país. Ampliámos a articulação entre as diferentes cidades, mas sobretudo entre Rio e São Paulo, ainda precisamos nos articular melhor com as outras cidades. Nós nos consolidámos em alguns espaços para fazer denúncias como Defensoria e Ministério Público… Motivados pela conjuntura fomos impulsionados a nos reestruturar para sobreviver, mas ainda há muito a ser construído pela frente.

CN: Em 2018 a temática da violência do Estado nas periferias do Rio de Janeiro voltou a ocupar os grandes noticíarios na decorrência de uma série de fatos: no início do ano, em Fevereiro, o Governo Temer decretou a Intervenção Federal do Exército nas favelas do Rio de Janeiro. Em seguida, no dia 14 de março, a vereadora Marielle Franco foi executada em pleno centro da cidade. A Marielle participava então numa Comissão encarregada de monitorar a Intervenção Federal e era uma das principais figuras políticas a criticar a Intervenção Federal denunciando a violência policial e militar nas periferias cariocas. O que esses fatos nos dizem sobre a situação atual no Rio de Janeiro?

CG: A gente vive atualmente no Rio de Janeiro uma situação muito complexa, não só no Rio mas em todo Brasil, mas vemos que a cidade do Rio ocupa uma posição de exceção. Como o próprio General Braga Neto, responsável pela Intervenção Militar – que começou em fevereiro de 2018 – comentou logo no início da Intervenção: «o Rio de Janeiro é um grande laboratório para o Brasil». É simbólico, no início mesmo da Intervenção militar, afirmar isso, pois de fato as políticas de segurança pública aplicadas no Rio de Janeiro configuram um experimento para o Governo avaliar o que pode ou não pode ser feito no resto do país, e isto desde as UPP até esta recente Intervenção militar. Isto significa que uma vez implantadas e testadas no Rio de Janeiro, estas medidas podem ser exportadas para outros Estados ou até para fora do Brasil – como aconteceu no Haiti, onde o exército brasileiro importou nos últimos anos o modelo da UPP para a gestão militar das populações pobres.

Mas esta Intervenção também deve ser contextualizada no seio da realidade política do país. É interessante lembrar que na história do Brasil, o Rio foi frequentemente usado como vitrine para auto-promoção dos governantes. Neste sentido, os Mega-Eventos desportivos e a Intervenção ocupam, a meu ver, um papel espetacular semelhante. Esta Intervenção também me parece ter sido uma manobra política do Governo Federal no intuito ao mesmo tempo de se auto-promover e afirmar o seu poder de decisão e de ação, e, ao mesmo tempo, fazer diversão para a opinião pública ao mesmo tempo que propunha um Conjunto de Leis que integram a Reforma da Previdência, retirando um conjunto de direitos históricos aos trabalhadores.

E no seio deste contexto nacional e internacional conturbado, no contexto desta Intervenção Federal que permite ao exército de intervir nas favelas cariocas, ocorre este outro fato que é a execução da Marielle Franco. Mulher negra, de periferia, vereadora que participava da Comissão que investigava a Intervenção Federal e que denunciava frequentemente abusos de poder e de autoridades. No dia 14 de março do ano passado, ela foi assassinada no seu carro, perto da Lapa. Essa execução relembra, simbolicamente tem muitas semelhanças, uma outra execução que marcou a história, décadas atrás: a execução do Carlos Marighella (militante da luta armada contra a Ditadura Brasileira, assassinado por agentes do DOPS de São Paulo no dia 4 de novembro de 1969), morto também com vários tiros dentro do seu carro, em pleno centro de São Paulo. Fora obviamente as devidas e distintas realidades históricas dos dois contextos, isso parece traçar uma continuidade e uma semelhança nas estratégias do aparato repressivo contra aqueles que ele identifica como inimigos. A verdade é que é díficil não lembrar 1964 e as suas consequências quando você pensa na execução da Marielle.

> Estas medidas podem ser exportadas para outros Estados ou até para fora do Brasil – como aconteceu no Haiti, onde o exército brasileiro importou nos últimos anos o modelo da UPP para a gestão militar das populações pobres.

De momento, pela investigação dos média e pela natureza da execução, tudo indica que esta teve participação da milícia e, aparentemente, de setores da polícia e integrantes da própria Câmara dos Vereadores. O que é certo é que não foi qualquer miliciano que foi encarregado desta operação, mas que foram pessoas muito bem treinadas e preparadas. Isto apenas tende a nos revelar um pouco mais o teor do que está acontecendo no Rio de Janeiro, ou seja, o poder crescente de máfias locais, que aparentemente têm vinculos na Câmara dos Vereadores e provavelmente na própria ALERJ, e o quanto estes grupos estão prontos a fazer de tudo para defender seus interesses e os interesses de quem financia as campanhas políticas que os beneficiam.

Percebemos que, ao lado do poder mafioso de grupos políticos e empresariais, temos um crescente poder de grupos armados vinculados a este poder político e contratados para fazer o trabalho sujo. E estamos cada vez mais preocupados ao ver o Rio de Janeiro cada vez mais loteado por interesses desses grupos, que ganham mais força e impunidade. É exatamente por esta razão que se torna urgente e indispensável o tabalho de base que estamos desenvolvendo nos nossos bairros e comunidades, e que citei no ínicio desta entrevista, seja aqui na Maré, em Manguinhos ou em qualquer localidade. Pois é através deste tipo de ação que podemos ter esperança de proteger as nossas comunidades e reverter esse quadro daqui a alguns anos. Vejo que este é o sentido de cada trabalho local que estamos desenvolvendo atualmente: como podemos afinar nossas estratégias para transformar de forma profunda essa coisa louca chamada de Democracia Brasileira?

NOTAS

1 Segundo os dados da *Amnesty International*, entre 2005 e 2014 cerca de 8500 pessoas foram mortas pela polícia na cidade do Rio de Janeiro. Apenas no ano da Copa do Mundo de 2014, foram 582 mortes em decorrência de ação policial na cidade. O Relatório pode ser consultado no seguinte endereço: https://www.amnesty.org/en/documents/amr19/2068/2015/en/-. Relatórios mais recentes da organização não governamental *Human Rights Watch* mostram que estes números vêm aumentando nos últimos anos, inclusive após a Intervenção Federal do Exército. Entre janeiro e junho de 2018, policiais militares e civis mataram 895 pessoas no Estado do Rio de Janeiro, um aumento de 39% em relação ao mesmo período no ano anterior (para mais informações, ver: https://www.hrw.org/news/2018/08/16/police-killings-are-out-control-rio-de-janeiro).

Comunidades indígenas sob ataque cerrado

JÚLIO HENRIQUES
ILUSTRAÇÃO **INÊS XAVIER**

A eleição de Bolsonaro vai acentuar extraordinariamente a situação dramática em que já se encontravam as comunidades indígenas no Brasil.

Desde há mais de vinte anos que o novo presidente brasileiro tem andado a brandir ameaças às comunidades indígenas. Fiona Watson, uma das responsáveis da associação de defesa *Survival International*, coligiu algumas das declarações de Bolsonaro ao longo dos anos que são bem demonstrativas do encomendado programa destrutivo que a sua candidatura trazia no bojo, equiparáveis às que fez sobre outros assuntos.

Basta citarmos meia dúzia delas. «Pena que a cavalaria brasileira não tenha sido tão eficiente quanto a americana, que exterminou os índios»[1]. «Os índios não falam nossa língua, não têm dinheiro, não têm cultura. São povos nativos. Como eles conseguem ter 13% do território nacional?»[2]. Mas o racismo de Bolsonaro remete para desígnios muito concretos: «Não tem terra indígena onde não têm minerais. Ouro, estanho e magnésio estão nessas terras, especialmente na Amazónia, a área mais rica do mundo. Não entro nessa balela de defender terra pra índio». «[Reservas indígenas] sufocam o agronegócio. No Brasil não se consegue diminuir um metro quadrado de terra indígena»[3].

Em 2016, na preparação da sua campanha, já se tinha mostrado muito declarativo. Em Junho, num vídeo do Correio do Estado, anunciou: «Essa política unilateral de demarcar a terra indígena por parte do Executivo vai deixar de existir, a reserva que eu puder diminuir o tamanho dela eu farei isso. É uma briga muito grande que você vai brigar com a ONU». «Em 2019 vamos desmarcar [a reserva indígena] Raposa Serra do Sol. Vamos dar fuzil e armas a todos os fazendeiros»[4].

Em 2017, a 3 de Abril, no Clube Hebraico do Rio de Janeiro, trombeteou: «Não vai ter um centímetro quadrado para reserva indígena ou para quilombola [território destinado a descendentes de comunidades de escravos africanos]». E foi repetindo essas promessas eleitorais de forma cada vez mais vincada: «Pode ter certeza que se eu chegar lá (Presidência da República) não vai ter dinheiro para ONG. Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola»[5].

De forma complementar, trouxe para a ribalta mediática o velho programa dissolvente anterior à Constituição de 1988: «Vamos integrá-los à sociedade. Como o Exército faz um trabalho maravilhoso tocante a isso, incorporando índios, tá certo, às Forças Armadas». E nesse conjunto de alardeadas medidas estava também incluído o desmantelamento da Fundação Nacional do Índio, a FUNAI: «Se eleito, eu vou dar uma foiçada na FUNAI, mas uma foiçada no pescoço. Não tem outro caminho. Não serve mais»[6].

Floresta amazónica em mercadoria

Bolsonaro é o rosto eleito de dois grandes e poderosos partidos informais, que actuam fora e dentro do Congresso: os chamados «ruralistas» (latifundiários, donos de grandes empresas do agronegócio, do sector madeireiro, da mineração, do imobiliário) e os evangélicos, cujas igrejas «missionárias» se têm espalhado por todo o Brasil. É a estes dois partidos que ele deve grande parte da sua bem-sucedida candidatura. Na agenda está o apoderamento geral da Amazónia e a sua mercantilização, coisa que faz do seu governo uma grave ameaça a todo o planeta. Ora, é nas terras indígenas que a floresta está mais preservada. E como o direito ao usufruto exclusivo das terras ancestrais é garantido pela Constituição de 1988, «os indígenas são os principais entraves para a conversão da floresta em mercadoria». As terras indígenas são terras públicas, pertença do Estado brasileiro, e, como tal, não são mercadoria. Como refere esta jornalista de investigação, «tudo indica que a principal meta do governo de Bolsonaro, ou a principal razão de ter um Bolsonaro à frente do Brasil, é transformar a floresta amazónica em mercadoria. (…) Por uma razão bastante objectiva: é na Amazónia que está o estoque de terras supostamente ainda disponíveis no Brasil, para o avanço da pecuária e da soja, e é também na floresta que estão as grandes jazidas minerais».[7]

Vem de longe, também no Brasil, o modo de encarar os indígenas como «entraves ao progresso», questão que nunca deixou de ser estratégica, mas que hoje, no contexto das catástrofes e disfunções climáticas, passou a ter um peso decisivo e proporções demenciais. É de lembrar aqui que a associação sem fins lucrativos *Survival International* foi fundada em 1969, em Londres, na sequência dos massacres levados a cabo contra os indígenas do Brasil em nome do «desenvolvimento económico», em plena ditadura militar. Em ditadura ou em democracia, o totalitarismo do «desenvolvimento» é lei omnipresente.

Na situação brasileira, uma questão-chave continua portanto a ser a ocupação das terras indígenas. Após o fim da ditadura militar, em 1985, as demarcações dessas terras passaram a ser um aspecto essencial das lutas pela sobrevivência e pelo melhoramento das comunidades indígenas. As homologações dessas demarcações territoriais por gestão presidencial são um bom indicador do processo que conduz ao actual programa exterminador de Bolsonaro. Entre o governo de José Sarney (1985-1990, 13 homologações por ano) e o de Michel Temer, a média anual de homologações chegou a zero, acrescentando-se a isto as práticas conducentes à eliminação de terras anteriormente demarcadas. O governo durante o qual houve o maior número de homologações foi o de Fernando Collor de Melo (1991-1992, 56 por ano). Depois, esse número foi diminuindo, inclusive nos governos do PT (10 por ano no governo de Lula, 5,25 no de Dilma Rousseff).

As disputas violentas de terras, com um organizado recurso a mercenários e às forças armadas oficiais, continuam na ordem do dia e irão certamente acentuar-se na governação de Bolsonaro. Apesar da enorme desproporção de forças, as comunidades indígenas não estão dispostas a abandonar a sua luta pela preservação das suas culturas e modos de vida. Convindo lembrar que esta luta se mantém há mais de quinhentos anos, que vem dos tempos coloniais e que o Brasil continua assente em estruturas fundiárias criadas no século XVI pelas desgraçadamente famosas «capitanias» dos ocupantes portugueses.

NOTAS

1 Correio Braziliense, 12 de Abril de 1998

2 e **3** Campo Grande News, 22 de Abril de 2015

4 Congresso, 21 de Janeiro 2016

5 Estadão, 3 de Abril de 2017

6 Citado na página web de Indigenistas Associados, 1 de Agosto de 2018

7 Eliane Brum, El País – Brasil, 7 de Novembro de 2018

A revolução integral terá uma criptomoeda?

Enquanto a *bitcoin* atinge valores miseráveis relativamente ao recorde de quase 18.000€ em finais de 2017, do outro lado do espectro, os estados e indústrias apresentam a tecnologia *blockchain* como a mais avançada *excel sheet* que a burocratização já viu. No entanto há quem se lance em direcções mestiças. É o caso da *faircoin*, uma criptomoeda governada pelos princípios da revolução integral, do modelo colaborativo *peer-to-peer* (P2P), da ética *hacker*, da desobediência económica, do cooperativismo aberto e da democracia sem estado.

SANDRA FAUSTINO

***Summer Camp* anual da Faircoop, nas montanhas de Strazilovo, em Novi Sad, Sérvia.**

SANDRA FAUSTINO
SANDRAFAUSTINO@JORNALMAPA.PT

A *faircoin* é a moeda da Faircoop, um movimento cooperativo global iniciado em 2014. Os seus membros mais activos vêm de Espanha, Itália e Grécia. Não é coincidência, diz Ana Shametaj, do núcleo local de Milão, que estes sejam os países mais afectados pela crise financeira europeia, e acrescenta que a *faircoin* é «uma reivindicação da abstracção da finança mas de acordo com uma ética nos nossos termos». Actualmente existem cerca de 30 núcleos locais activos em países como México, Argentina, Suíça, Bélgica, França, Sérvia, Guatemala, Brasil ou Gâmbia, que têm como principal objectivo dinamizar uma economia local circular em *faircoin*. Por este motivo, a *faircoin* comporta-se em parte como outras moedas locais com a diferença de, neste caso, haver interoperabilidade entre diferentes economias circulares autónomas, uma vez que a moeda é a mesma.

Enric Duran é o visionário e fundador da Faircoop, também conhecido como «Robin Hood dos bancos». Em 2008, depois de solicitar empréstimos no valor de meio milhão de euros – 59 bancos, 68 créditos – anunciou publicamente que não iria pagar a sua dívida e distribuiu todo o dinheiro pela Rede de Decrescimento Catalã. Desde 2013 que é procurado em Espanha e que circula nómada pelo resto do globo, contactando com as diferentes iniciativas que contribuem para o ecossistema da Faircoop. Foi precisamente em 2013 que Duran começou a descobrir as criptomoedas e que viu nelas o potencial para «construir uma economia solidária alternativa».

A Faircoin

A *faircoin* não foi criada de raiz pela sua actual comunidade de utilizadores. Pelo contrário, Duran encontrou a *faircoin* «abandonada» pelo seu criador original, fruto de um *pump-and-dump scheme*. Este é um jogo comum no mercado das criptomoedas (assim como no da bolsa): o jogador cria uma criptomoeda de baixo preço, acumulando uma boa quantidade logo à partida. Convence outros investidores a comprá-la, o que contribui automaticamente para a sua valorização. Quando o preço está alto o suficiente para garantir uma boa margem de lucro, o jogador vende todas as suas moedas, amealha o lucro e deixa para trás uma moeda desvalorizada.

Em 2014, Duran comprou a maior parte das *faircoins* a baixo preço e reciclou-as para servir uma nova economia global (uma parte delas continuam «à solta» no mercado especulativo). Tal como a *bitcoin* e outras criptomoedas, a *faircoin* funcionava a partir de um algoritmo competitivo com um alto consumo energético associado à circulação da moeda. Com a ajuda de programadores – ou, como alguns preferem ser chamados, «activistas que fazem código» - a *faircoin* foi re-programada para uma moeda cooperativa. O sistema de circulação da moeda (ou seja, a validação criptográfica de transacções) assenta na cooperação entre vários computadores e requer um fraco poder de processamento - qualquer computador portátil está à altura da tarefa, ao contrário do que acontece, por exemplo, com a bitcoin, cujas transacções exigem armazéns em potência de processamento, chegando a consumir a mesma energia de alguns pequenos países (já existem, no entanto, *bitcoin farms* a funcionar a partir de energias renováveis). Enquanto que na *bitcoin* a validação de transacções é feita anonimamente pelos actores que mais recursos computacionais reúnem, na *faircoin* a mesma tarefa é assegurada por membros seleccionados consensualmente em assembleia, através de critérios de confiança e de estabilidade no acesso à internet e à electricidade.

Com a ajuda de programadores – ou, como alguns preferem ser chamados, «activistas que fazem código» - a *faircoin* foi re-programada para uma moeda cooperativa.

Sem paralelo por enquanto no mundo das criptomoedas, o preço da *faircoin* também é estabelecido em assembleia pelos seus membros (actualmente equivalente a 1,20). Isto garante que os envolvidos nas economias circulares não sofram a desvalorização da moeda entre o momento da compra ou venda de produtos e o momento da conversão para euros. Finalmente, a liquidez criada pela venda de *faircoins* gera capacidade de auto-financiamento:

cada núcleo local beneficia de um apoio para o seu arranque e cerca de 30 membros, a nível global, são pagos pelo seu trabalho.

O Ecossistema

Foi inicialmente através de membros da Cooperativa Integral Catalã que a Faircoop ganhou maior expressão. Hoje existem, só em Espanha, oito núcleos locais (por região), multiplicando-se em dezenas de sub-núcleos (por cidades ou vilas). Também em Espanha, o município de Arbúcies nas montanhas catalãs começou em 2018 a aceitar *faircoin* para pequenos serviços. Mais uma vez, não é por acaso que este casamento cripto-autárquico, também sem paralelo, acontece na Catalunha e Jaume Salmeron, vice-presidente do município e entusiasta do cooperativismo, realça, em relação a esta experiência, a importância de procurar formas de «resistir a embargos económicos de Madrid».

Um traço importante na Faircoop é o seu foco na criação de infraestrutura – se não para uma economia radicalmente nova, pelo menos para um plano de transição – e, nesse sentido, a criptomeda é aqui apenas o elemento mais *hype*. Para aumentar a aceitação da *faircoin*, foi criada uma carteira digital onde podem coexistir *faircoins*, euros, *bitcoins*, *ethers* e dólares, e foi criado um cartão físico que acede a essa carteira através do leitor NFC de um *smart-phone*. Em alguns anos, criou-se um complexo de ferramentas legais que passam por uma cooperativa no Liechenstein, uma cooperativa europeia, contas bancárias na Suíça e em bancos éticos em Espanha e Itália, para além das inúmeras colaborações com outras organizações e colectivos. Entre outras coisas, é a partir destes recursos legais que a Faircoop oferece serviços bancários (*Bank of the Commons*) e serviços legais para facturação de rendimentos (*Freedom Coop*). Ainda em processo de discussão estão outras iniciativas que pretendem montar infraestruturas de gestão comum de energia eléctrica, de alojamento ou de «segurança social» para os seus trabalhadores.

Do carácter local da Faircoop é difícil traçar um retrato. Cada núcleo local tem a sua dimensão e foco particular, num conjunto heterogéneo de experiências. Alguns núcleos locais surgem associados a projectos colectivos ou espaços autónomos já existentes, que passam a aceitar *faircoins* nos seus bares e cantinas e a dinamizar a compra e venda de produtos em escalas variáveis. Este é o caso da MACAO, em Milão, que organiza um pequeno mercado semanal de produtores locais onde se pode usar *faircoin* ou *commoncoin* – a sua própria moeda interna[1]. Alguns núcleos lançam as suas próprias iniciativas, como foi o caso do núcleo de Salónica, que ajudou a erguer em 2016 um *call-center* cooperativo mantido por migrantes refugiados e dedicado a informar outros migrantes recém-chegados sobre mobilidade e permanência na Grécia, nas suas línguas maternas e a partir de quem já passou pelo mesmo processo. Através de contactos com o Curdistão foram improvisadas rotas para a venda de produtos curdos na Europa. E num campo de refugiados em Bashur (Curdistão iraquiano), explica Duran, estão a reunir-se fundos «através de uma campanha solidária» para lançar «uma cooperativa para a produção de galinhas». Em Berna, na Suíça, é possível alugar bicicletas eléctricas com *faircoin*, e em Oaxaca, no México, é possível pagar com *faircoin* uma experiência de turismo de «convivência e aprendizagem».

FAIRCOOP

Lançamento oficial do *Bank of the Commons* na MACAO, Milão.

> Sem paralelo por enquanto no mundo das criptomoedas, o preço da *faircoin* é estabelecido em assembleia pelos seus membros (actualmente equivalente a 1,20€). Isto garante que os envolvidos nas economias circulares não sofram a desvalorização da moeda entre o momento da compra ou venda de produtos e o momento da conversão para euros.

Modelo assembleário

A descentralização permite relativa autonomia no trabalho desenvolvido por cada núcleo ou por equipas dedicadas a áreas de trabalho global – como a equipa de programadores, da tradução de conteúdos ou da comunicação. A isto junta-se um modelo assembleário, onde se articula o trabalho desenvolvido separadamente e onde todas as decisões se tomam por consenso. Se algumas assembleias envolvem um grupo pequeno com proximidade geográfica – como a assembleia de um núcleo local – outras podem envolver centenas de pessoas independentemente da sua localização – como a assembleia geral da Faircoop. Para isso é usado o Telegram, um *chat-room* encriptado onde existem mais de 120 grupos relacionados com a Faircoop, dedicados a discussões conforme a área de trabalho, os temas de interesse ou o idioma predominante. Em contraste com o que a maior parte das criptomoedas propõe – facilitar a confiança entre utilizadores anónimos cujas interacções se resumem a transacções financeiras - a Faircoop governa uma criptomoeda, e demais projectos, através de um modelo de governação horizontal e baseado em laços de confiança convencional, ainda que muitas vezes virtualmente. De uma forma que remete vagamenta para o confederalismo democrático de Rojava e para a sua organização por conselhos, diferentes grupos tomam decisões por consenso, que vão sendo depois apresentadas nas assembleias de maior escala.

Se, por um lado, o modelo assembleário baseado em consenso é parte estruturante de uma histórica resistência à «representatividade», a escala possível da sua aplicação não dispensa reflexões – e a experiência da Faircoop permite algumas. Em primeiro lugar, o consenso pode ser paralisante – como descreve Duran, há decisões que precisam de regressar a assembleia várias vezes até que se consiga tomar uma decisão. Em segundo lugar, o consenso pode ser totalizante, movendo-se no sentido da homogeneização política de diferentes pessoas ou grupos que são, na sua natureza situada, naturalmente difusos, e que têm as suas próprias contradições. Em terceiro lugar, a complexidade de um movimento global tão múltiplo e heterogéneo mas que se quer articulado estabelece as suas próprias formas de burocracia, de forma a prevenir uma acção «caótica» no tempo e no espaço, incapaz de se consensualizar, comunicar ou justificar. Nada disto justifica uma apologia dos processos de tomada de decisão centralizados. No entanto coloca à prova, como tantas vezes acontece, modelos de organização assembleários, autónomos e auto-geridos que, longe de serem um protocolo «*one size fits all*», precisam de se re-adaptar e re-pensar constantemente.

Cuidar de uma economia alternativa

O trabalho de construção de uma economia alternativa deixa iluminado o motivo pelo qual vingou nas sociedades capitalistas ocidentais o *simplex* dos mercados: dá trabalho. Procurar produtos que se possam comprar com *faircoin*, trazer mais produtores ou prestadores de serviços para um ecossistema de comércio justo ou criar redes sustentáveis de transporte de produtos são tarefas que requerem grande investimento de tempo e energia, em contraste com o que nos é exigido num supermercado. E a filosofia de fundo nunca está completamente «resolvida»: no encontro anual que em 2018 aconteceu em Novi Sad, na Sérvia, bastante tempo foi dedicado a discutir horizontalidade, cooperação, modelos de trabalho e autonomia – questões revisitadas ciclicamente a partir das experiências práticas. É por isto que a Faircoop vai muito além da criptomoeda: é a reprodução de uma economia justa, das relações humanas que a sustentam e das relações políticas que a configuram que no horizonte se coloca como maior desafio.

Devemos perguntar-nos se o perfil da *faircoin* enquanto «moeda única» – partilhada por diferentes economias locais e circulares – não é contraproducente numa época em que se multiplicam as formas monetárias em circulação. Essa multiplicação é proveitosa porque alimenta diferentes concepções sobre «o que é dinheiro» e permite expressar diferentes formas de valorização e de circulação. Permite também que diferentes moedas transportem consigo diferentes projectos políticos. É no sentido da multiplicação que o dinheiro se torna uma mera ferramenta operacional, menos centralizável e com menos poder sobre todas as dimensões da vida. Devemos também questionar-nos sobre a fragilidade de uma criptomoeda, absolutamente dependente de recursos energéticos, internet e *hardware* para o seu funcionamento. A resiliência de sistemas monetários digitais é ameaçada pelo eminente colapso do sistema capitalista – e mesmo os movimentos de transição capazes de assegurar a vida após o colapso exigem repensar os nossos actuais níveis de consumo energético. Estas, entre muitas outras, são questões que se colocam à medida que se experimenta, mas que não devem estrangular o campo do possível. Bom artífice não tem uma só ferramenta. Se quisermos criar um fundo de emergência para apoiar lutas no outro lado do mundo, que de um dia para o outro possa reunir contribuições vindas de diferentes comunidades, livres de bloqueios ou comissões, uma moeda partilhada e digital é uma óptima ferramenta.

NOTAS

1 A MACAO é um espaço artístico ocupado, actualmente em risco de despejo pelo município de Milão – um dos últimos municípios «de esquerda» italianos – que quer vender o edifício a um fundo de investimento do BNP Paribas.

O povo é solidário na defesa do estuário

Uma assembleia popular em Setúbal, no passado dia 15 de Dezembro, denuncia os riscos de dragar um rio e aumentar a atividade industrial numa zona de reservas naturais, afirmando a luta dos Setubalenses para impedir este projeto.

M. LIMA
M.LIMA@JORNALMAPA.PT

SOS SADO

Manifestação no dia 13 de O utubro de 2018 com mais de 600 pessoas.

Sábado, 15 de Dezembro, salão da União Setubalense. Cerca de 150 pessoas reúnem-se numa assembleia popular em Setúbal para debater os projetos económicos ligados ao rio Sado - as dragagens e a expansão do porto industrial, da responsabilidade da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS), uma sociedade anónima de capitais públicos. Em causa estão grandes intervenções ambientais em zonas de estuário e reservas naturais, como a remoção de 6 337 646 m3 de areias do fundo do rio para permitir a passagem de grandes embarcações de carga - até 13 metros de calado -, rumo a um porto que se pretende que triplique o seu tamanho. Este projeto parece ser, também, uma rampa para a concretização de outros, como o *Blueatlantic*, da empresa SAPEC. Segundo a informação disponível no site do projeto, pretende-se atrair investidores para a criação de um grande cais marítimo, que "pode ter uma frente até 800 metros e tem capacidade de acostamento de dois navios Panamax. Está localizado no porto de Setúbal. O porto está sempre abrigado, com águas calmas e nunca fecha."[1] Esta mega construção só será possível graças aos grandes investimentos que se prevêem para os portos portugueses, ao aprofundamento da barra e do canal norte do rio que serve o *Blueatlantic*.

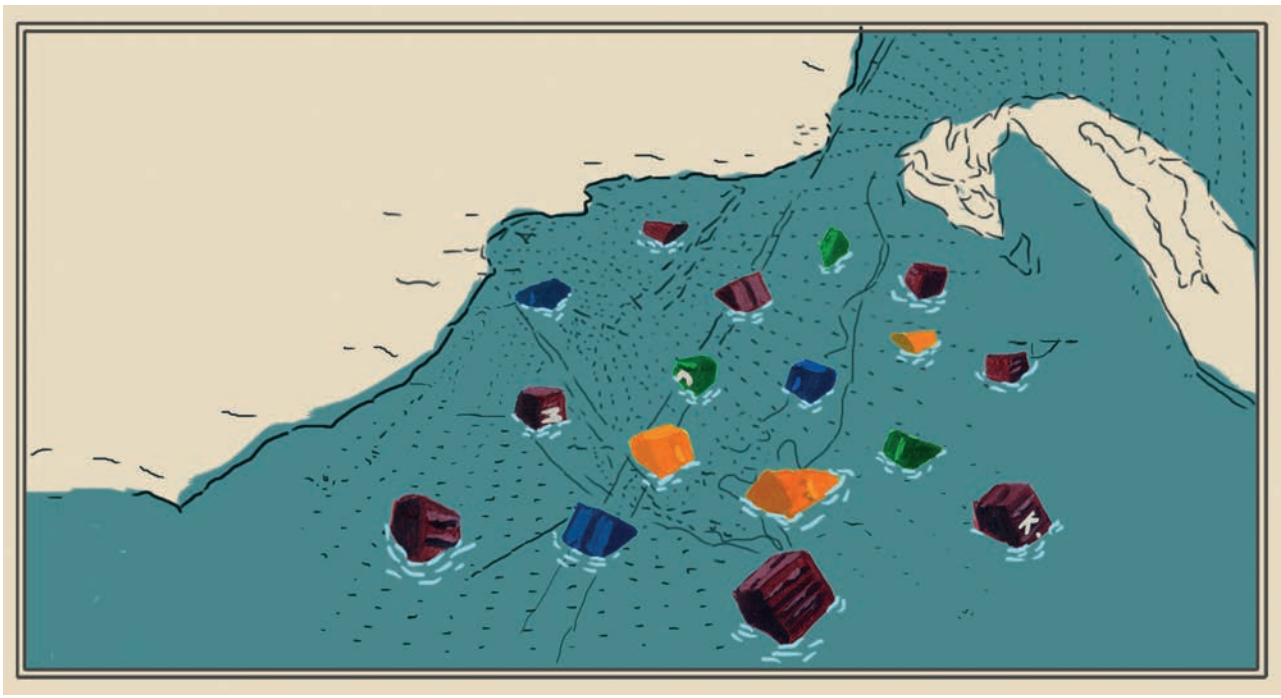
A população da cidade sadina tem contestado estas medidas de intervenção no rio de várias formas, saindo à rua em largos números, fazendo circular petições, tendo interposto providências cautelares para parar as dragagens e solicitado audiências na Assembleia da República.

Apesar de os protestos terem diminuído de intensidade no último mês, esta assembleia veio demonstrar não só que a adesão à luta pela preservação do estuário se mantém, mas também que as pessoas de Setúbal, de diversas áreas, estão informadas sobre estes projetos e os seus impactes, partilhando o seu conhecimento na sessão pública, o que resultou em duas horas de debate participado (ver fotocrónica na página 26).

A mesa da assembleia era composta por cinco pessoas com conhecimentos privilegiados, cujas intervenções sintetizaram aquilo que se sabe e o que tem sido feito, tanto por parte dos movimentos ambientalistas como por parte das autoridades e instituições promotoras destes projetos de suposto desenvolvimento. Sob a moderação do professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Viriato Soromenho-Marques, ficou claro no início que a reunião se propunha a clarificar três importantes pontos: quais os verdadeiros danos e impactes ambientais que o projeto das dragagens implica; saber se o projeto é compatível com outras atividades económicas, como a pesca tradicional e o turismo; saber se o projeto constitui um bom modelo de desenvolvimento sustentável para a cidade. Com uma mesa composta por Sérgio Godinho, Ana Paula Fernandes, Gonçalo Calado e Célia Rodrigues, uma das ideias que prevaleceu é a de que estamos perante um atentado ambiental disfarçado de desenvolvimento, da responsabilidade da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS), que tem sido apanhada em contradições e não tem respeitado o próprio Estudo de Impacte Ambiental (EIA) que encomendou à empresa Proman, assim como os devidos períodos de consulta pública. Sérgio Godinho, membro da SOS Sado, um grupo que se formou para travar as dragas, realçou os perigos desta empreitada - **ver infografia detalhada nas páginas centrais deste jornal -** e apontou a má conduta da APSS, não só como responsável pela desinformação que tem existido, como também mencionando as péssimas condições laborais que os portos têm oferecido aos trabalhadores da estiva. O facto de este porto de Setúbal ser composto por nove reservas naturais não tem sido tomado em conta, nem pela APSS, nem pela Agência Portuguesa do Ambiente, nem pela comissão que deu um parecer positivo ao projeto. Esta intervenção chamou também a atenção para o facto de as dragagens pretenderem a passagem de enormes navios junto às arribas da costa da cidade durante 13 km, implicando também dragagens contínuas de manutenção, executadas anualmente. Estima-se que sejam remexidos 100 000 m^3 de areias por ano para manter a profundidade do canal. O movimento SOS Sado interpôs em Outubro uma providência cautelar contra o projeto, perante declarações à imprensa de Lídia Sequeira, administradora da APSS, que apontava o início das obras para 1 de Outubro. O Tribunal respondeu mais tarde à providência cautelar, dizendo que não podia mandar parar uma obra que só tinha a sua data de início marcada para dia 8 de Janeiro. No entanto, todos os Setubalenses sabem que ficará para sempre por explicar o que fazia então um enorme barco de dragagem no rio Sado nos primeiros dias de Outubro...

> Esta decisão é, antes de mais, uma decisão política, que se enquadra numa visão mercantilista da Natureza, pretendendo lucrar com o património natural da humanidade para proveito de umas poucas empresas, para isso infligindo danos que jamais poderão ser reparados.

Segundo os depoimentos de alguns manifestantes presentes no protesto de dia 13 de Outubro, não só foi avistado o barco, como as declarações oficiais mencionavam o dia 1 de Outubro para início das obras, sem consulta pública à população. Vários jornais nacionais noticiaram esta data, aliás, mas o Tribunal de Almada declarou que, oficialmente, a obra só está prevista para Janeiro. O caso continua nos tribunais, havendo um processo também contra os locais de deposição dos dragados. Este chama-se TUPEM - Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional e esteve em consulta pública. Depois de muitas contestações, principalmente pelas associações de



CARACOL

CONVOCATÓRIA
ASSEMBLEIA POPULAR EM DEFESA DO ESTUÁRIO DO SADO
DRAGAGENS E A EXPANSÃO DO PORTO DE SETÚBAL
15 DEZEMBRO | 16H00
UNIÃO SETUBALENSE
AV. LUÍSA TODI 233

pesca, não foi aprovado, visto o local proposto para depositar as areias dragadas ser um importante banco de pesca. Agora há já outro pedido de TUPEM, em período de consulta pública[2].

As Professoras Sandra Caeiro (cuja intervenção foi feita por vídeo) e Ana Paula Fernandes, da Universidade Aberta, deixaram o seu depoimento sobre as conclusões de um estudo científico multidisciplinar sobre sedimentos e a contaminação do rio, alertando para a existência de sedimentos contaminados (com metais pesados, pesticidas e outros compostos orgânicos) em certas zonas do rio, nomeadamente em locais onde se pretendem fazer dragagens. O estudo em que as académicas participaram sobre os sedimentos aponta para grandes riscos de contaminação nos peixes e de danos em células humanas quando em contacto com tais sedimentos. Tal como já acontece com a população da Carrasqueira, o contacto prolongado com certas areias acarreta sérios riscos para a saúde, o que exige estudos e cuidados redobrados quando se pensa na movimentação desses sedimentos. Estão comprovados casos de doenças renais, pulmonares, neurológicas e doenças de pele.

Célia Rodrigues, produtora de ostras, falou da relação tradicional com o rio, da fauna como bioindicadora dos níveis de contaminação que o rio já revela, referindo a urgência em travar a contaminação, não podendo haver situações que criem mais riscos para o ecossistema do estuário. A aquacultora mencionou também a questão da não inserção do estuário da Rede Natura 2000. Após um estudo encabeçado por Catarina Eira, bióloga investigadora da Universidade de Aveiro, o estuário e a costa de Setúbal foram indicados para integrar essa rede mas isso não chegou a estar disponível para consulta pública e acabou por «ficar na gaveta»[3].

Nesta intervenção, e noutras mais adiante, questionaram-se os muito falados, mas nada claros, benefícios económicos para Setúbal que esta expansão do porto traz. Fala-se da existência de um Estudo de Impacte Económico, realizado pela EGIS, mas este não é público.

SOS SADO

Gonçalo Calado, biólogo, convidou à reflexão sobre o modelo de desenvolvimento que queremos para estas reservas naturais, questionando a existência de uma atividade económica que vai impedir todas as outras de subsistirem.

Talvez o aspeto mais revoltante e insólito, referido inúmeras vezes ao longo deste processo de luta, seja a falta de informação e os obscurantismos que cercam estes projetos. Mesmo para quem se procure informar, não é claro quando começará a obra e se os prazos legais estão a ser respeitados.

Os membros de organizações ambientais e movimentos de cidadãos setubalenses dizem que não é coincidência a APSS só ter feito uma sessão de esclarecimento à população após a entrada da providência cautelar, e aquilo que fica na memória sobre essa mesma sessão, que aconteceu a 6 de Novembro, são as frases «isso não se sabe», «não temos informação sobre isso», «desconhecemos esses factos» ou «confiem em nós».

Quando aparecem páginas inteiras de jornais nacionais com publicidade paga pela APSS, ou seja, com fundos públicos, a promover esta obra de expansão do porto, os números relativos a postos de trabalho que daí advirão são falsos - os anúncios que promovem a obra mencionam a criação de milhares de empregos, mas os documentos oficiais falam em dezenas, ou centenas se contarmos com trabalho indireto. Sobre os negócios já em vista que possam justificar as frases publicitárias que a APSS faz sobre o projeto, não se encontra qualquer informação. Que navios e empresas são essas que justificam estes investimentos de milhões de euros? Ainda sobre

> Se as obras só estão marcadas para 8 de Janeiro de 2019, o que fazia então um enorme barco de dragagem no rio Sado nos primeiros dias de Outubro de 2018?

falsas informações prestadas pelas autoridades em tais anúncios de jornal, até a quantidade de areias a serem dragadas não corresponde àquela apresentada nos documentos oficiais.

Uma das outras figuras criticadas tem sido a da Ministra do Mar e surgiram, nesta assembleia, preocupações sobre os poderes políticos instalados, havendo mesmo denúncias quanto ao seu envolvimento indireto em negócios ligados ao aumento da profundidade do rio. A ministra Ana Paula Vitorino é sócia de Lídia Sequeira numa empresa de consultoria, segundo noticiou a RTP em 21 de Setembro de 2018, facto que põe em causa a sua própria nomeação como administradora da APSS. Operestiva, empresas turcas, Mota-Engil, entre outros, foram nomes mencionados como sendo os principais beneficiários desta obra. Foi dito claramente que «o mar não pode servir para negócios duvidosos e pouco claros». «As reservas do estuário e da serra valem muito mais do que os interesses económicos atuais. Temos de questionar que desenvolvimento é esse que os governantes querem, que até nós queremos, que só tem destruído a Natureza». Como não podia deixar de ser, falou-se também sobre a comunidade de golfinhos, a ser seriamente afetada pelo ruído aquático das dragagens e cujo alimento ficará em risco com a remoção de tal quantidade de areias. Naturalmente, a passagem intensiva de grandes navios de carga será muito nociva para a fauna do rio.

Aquilo que tem estado presente nos discursos contra esta obra tem sido a consciência de que esta decisão é, antes de mais, uma decisão política, que se enquadra numa visão mercantilista da Natureza, pretendendo lucrar com o património natural da humanidade para proveito de umas poucas empresas, para isso infligindo danos que jamais poderão ser reparados.

Uma outra intervenção veio recordar a importância dos movimentos ambientalistas e de tudo o que já foi conseguido no passado. Numa alusão à memória que Setúbal tem, recordou-se a criação da Reserva Natural do Estuário do Sado em 1980, que não foi resultado de uma iniciativa estatal. Ela surgiu como uma vitória da vontade regional, após três anos de uma persistente campanha desencadeada em 1978 por seis jovens setubalenses, enquadrados na Liga para a Proteção da Natureza. Recordaram-se outras lutas ambientais, como o movimento contra a co-incineração na Serra da Arrábida e outros momentos históricos em que más decisões políticas deixaram a população passar fome, como aconteceu nos anos 80.

Ainda que tendo sido a primeira assembleia aberta, resultou já desta tarde uma conclusão aprovada, que será devidamente feita pública - os cidadãos reclamam a suspensão imediata da obra.

NOTAS

1 Consultar o projeto em https://www.blueatlantic.pt/pt/

2 https://www.dgrm.mm.gov.pt/web/guest/consulta-pblica

3 https://observador.pt/2018/10/12/governo-trava-proposta-para-proteger-golfinhos-do-estuario-do-sado/

DRAGAGENS NO RIO SADO

INFOGRAFIA DE UM CRIME AMBIENTAL

ENTIDADE PROMOTORA A.P.S.S. - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA
INVESTIMENTO TOTAL ELEGÍVEL : 24.960.000.00 €
APOIO FINANCEIRO DA UNIÃO EUROPEIA : 14.764.539.36 €
APOIO FINANCEIRO PÚBLICO NACIONAL: 10.506.860.64 €

6,5
Milhões de m³ areia dragada em 6 meses
=
32 anos de dragagens de manutenção

Setúbal

14 622 viagens para transporte de enrocamento

AUMENTO DE POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA DESCONHECIDO!!!

Torre Eiffel - Paris
300 mts altura

Cruzeiro Symphony of the Seas
362 mts comp
Calado : 9,40 mts

Majestic Maersk
399 mts comp
Calado : 11,40 mts

calado permitido no rio Sado: 12 mts
calado proposto: **15 mts**

Ampliação do Cais de Embarque : 72 ha
25 ha | 25 ha | 22 ha (2.000 m)

canal do norte
escavação
Fase 1: Entre 5,0 mts e 6,06 mts
Fase 2: Entre 1,5 mts e 5,50 mts

AUMENTO DE POLUIÇÃO DESCONHECIDO!!!

canal da barra
escavação
Fase 1: Entre 0,01 mts e 6,06 mts
Fase 2: Entre 0,01 mts e 0,50 mts

ÁREA DE INTERVENÇÃO:
aprox. **3.250.000 m²**
13 kms de comprimento
Largura do canal proposto varia entre os **150** e os **280** mts

Rio Sado - Zona de Residência da colónia de, actualmente ,
28 roazes-corvineiros

Limite da Jurisdição portuária
Limite de mar do Estado Português
Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional - TUPEM
ÁREA DE DEPÓSITO DE DRAGADOS

PARQUE MARINHO LUIZ SALDANHA
CRIADO EM 1998 (DR. 23/98)
53 KM DE ÁREA
38 KMS DE COSTA

MAIS DE 1000 ESPÉCIES DE ANIMAIS E

Total Global: 4.676.930 m³
Fase A: 1.767.292 m³
Fase B: 2.909.638 m³

DE ANIMAIS E
PLANTAS MARINHAS

Fase B: 2.909.038 m³

EFEITOS DAS DRAGAGENS NO FUNDO DO RIO:

Modificações nos teores de matéria orgânica e a presença de substâncias tóxicas

Contaminação da água e dos sedimentos

Agravamento da qualidade bacteriológica da água

Mortalidade de larvas e juvenis (impacto significativo na ictiofauna)

O Estudo de Impacto Ambiental prevê que os roazes sejam afetados pelo ruído aquático de uma forma significativa.

o EIA prevê que a comunidade bentónica seja o grupo faunístico mais afetado, devido ao facto de se tratar de espécies sésseis ou de mobilidade reduzida.

Efeito de Desassoreamento

O aumento da profundidade do canal provocará a necessidade de mais dragagens de manutenção no rio, aumentando o fenómeno de desassoreamento da costa.

canal existente com -5 mts

canal proposto pela APSS chega a atingir os -15 mts

Lixo Industrial
que irá ser remexido e exposto

"As amostras estudadas são classificadas como Classe 1, 2 e 3"
Classe 3 - Material dragado ligeiramente contaminado

Sensibilidade Arqueológica de todo o Estuário
Evidências de ocupação romana (séc. I a V) e suspeitas de 6 embarcações do séc XIV/XV naufragadas na desembocadura do rio Sado

CADEIA ALIMENTAR DOS GOLFINHOS

INFOGRAFIA DE **SOS SADO** COM EDIÇÃO DO **JORNAL MAPA**

CONVOCATÓRIA
ASSEMBLEIA POPULAR EM DEFESA DO ESTUÁRIO DO SADO
DRAGAGENS E A EXPANSÃO DO PORTO DE SETÚBAL
15 DEZEMBRO | 16H00
UNIÃO SETUBALENSE
AV. LUÍSA TODI 233

No passado dia 15 de Dezembro cerca de 150 pessoas participaram na Assembleia popular contra as dragagens no rio Sado na União Setubalense.

FOTOS: **LUÍS LUZ**

Mataram uma mulher mas não o seu combate

A Bélgica contra os centros de detenção e a expulsão de migrantes

Há 20 anos, Semira Adamu foi sufocada pela polícia no momento em que era expulsa da Bélgica. Agora, celebram-se 20 anos de resistência aos centros de detenção e à expulsão de migrantes. Durante um mês, o país encheu-se de ações, para lembrar que hoje a realidade é ainda mais cruel – e a solidariedade sem fronteiras ainda mais urgente.

FRANCISCO COLAÇO PEDRO
FRANCISCOCOLACOPEDRO@GMAIL.COM

22 de setembro de 1998, aeroporto de Bruxelas. Semira Adamu, de mãos e pés atados, é forçada por nove polícias a embarcar num avião. É a sexta vez que as autoridades belgas tentam expulsar a jovem requerente de asilo nigeriana, de apenas 20 anos. Semira não oferece resistência. À chegada dos passageiros, para os sensibilizar para o seu fado, começa a cantar.

Receando mais uma expulsão frustrada pela solidariedade dos passageiros, os polícias decidem calá-la. Aplicam a prevista «técnica da almofada». Um imobiliza a jovem. Outro força uma almofada contra o seu rosto. Os restantes fazem uma cortina para esconder o espetáculo - que vira tragédia. O corpo, em agonia, perde urina e fezes. Volvidos onze minutos, os polícias revezam-se na almofada. Semira não respira.

Não mais voltará a respirar.

Nessa noite, as autoridades dizem em conferência de imprensa que a morte foi acidental, sem relação com a expulsão. Mas a mentira teria «perna curta».

A Bélgica descobre a violência das expulsões e dos centros de detenção para migrantes. A imagem da frieza dos polícias, enquanto punham fim a uma vida, torna-se símbolo do cinismo da política de migração europeia. O funeral junta seis mil pessoas. O ministro do interior interrompe todas expulsões e demite-se.

«Foi um eletrochoque por toda a população. O início duma tomada de consciência da gravidade do que se passava, para lá da esfera ativista. Religiões, media, grandes ONG's, toda a gente se juntou para dizer "nunca mais"», lembra Mathieu Bietlot, da Coordenação Semira Adamu 2018.

Semira requereu asilo assim que chegou à Bélgica. Recusaram-lho, e encarceraram-na prontamente no *127 bis*, o principal centro de detenção para migrantes do país. Um edifício remoto, junto ao aeroporto, onde se prendem pessoas estrangeiras à espera duma expulsão – não por terem cometido qualquer crime, mas por permanecerem no território enquanto o Estado recusa regularizar a sua situação.

> A imagem da frieza dos polícias, enquanto punham fim à vida duma jovem, vira símbolo do cinismo da política de migração europeia.

A jovem tornou-se colaboradora ativa do Coletivo contra as expulsões. Denuncia a violência no centro e informa sobre as datas das expulsões dos seus colegas. «Semira encarnava a luta das mulheres pela dignidade e a resistência às políticas de migração inumanas. E o Estado aplicou-se a calá-la», lê-se no apelo «Mataram uma mulher, mas não o seu combate».

Hoje assinala-se duas décadas de luto e luta: ocupações de casas e praças, manifestações, greves de fome, bloqueios de centros de detenção.

«20 anos depois, a situação é pior!», dispara Mathieu. «Há um pouco mais de enquadramento jurídico, a técnica da almofada foi proibida. Mas em troca de pequenas garantias, dum pouco de verniz, o que aconteceu foi uma banalização total da encarceração e da expulsão! Apesar dos belos discursos, há mais prisões e expulsões do que há 20 anos.»

Aos cinco centros de detenção da Bélgica, o governo decidiu acrescentar três novos nos próximos três anos, o que duplicará a capacidade de pessoas detidas. E voltou a permitir a detenção de crianças, prática pela qual foi três vezes condenado pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

O coletivo Getting the Voice Out procura quebrar o muro de silêncio, recolhendo testemunhos das pessoas detidas nos centros, que dão conta de sofrimento, revoltas, evasões e tentativas de suicídio.

Mathieu denuncia ainda a verdadeira «caça ao migrante», com violentas rusgas policiais em busca de quem atravesse o país rumo ao Reino Unido.

Em maio, o caso da pequena Mawda deixou o mundo em choque. Um grupo de pessoas curdas atravessava o país num camião, e dez carros da polícia irromperam no seu encalço. Dum deles, partiu um disparo. Mawda, dois anos de idade, morreu com um tiro na cabeça, sobre os joelhos da mãe.

«Semira e Mawda. Não esquecemos, não perdoamos.»

Foi para «ressuscitar uma nova onda de indignação» e «denunciar uma política migratória europeia que fez, em 20 anos, dezenas de milhares de vítimas» que uma centena de associações

e coletivos se juntaram. Setembro e outubro foram repletos de intervenções no espaço público, concertos, debates e ações de desobediência civil.
A história de coragem de Semira Adamu foi editada em vários formatos, e ruas e praças em várias cidades foram rebatizadas com o seu nome. Foi inaugurada uma habitação coletiva para mulheres refugiadas, e foi ocupado em festa um edifício para o coletivo *La Voix Des Sans Papiers*.
Duas manifestações levaram centenas de pessoas às ruas sob chuva intensa. Uma aconteceu no parque Maximilen. É aqui que centenas de migrantes vivem e se encontram, na maioria enquanto buscam forma de seguir até Inglaterra. E é em torno dele que surgiu uma impressionante mobilização de solidariedade, com muitos bruxelenses a acolher migrantes em casa e a procurar soluções. Mesmo a solidariedade é criminalizada: só na noite de 7 de outubro, quatro destas famílias belgas sofreram rusgas policiais.
Outra manifestação levou música e mensagens de solidariedade através das enormes paredes do *127 bis*. As reivindicações: «regularização de todas as pessoas, liberdade de circulação em igualdade de direitos para todas, fim das expulsões e supressão dos centros de detenção, condenação das violências racistas, patriarcais, policiais e do Estado».

> (...) desde 2014 o orçamento gasto em política de expulsão aumentou 35%, de 63 para 85 milhões de euros.

A que preço?
Dez mil expulsões na Bélgica no ano passado, metade delas forçadas, são os números do Myria, *Centre fédéral Migration*. O relatório "Retorno, a que preço?" revela que desde 2014 a despesa em política de expulsão aumentou de 63 para 85 milhões de euros. Um lugar num centro de retenção custa aos contribuintes belgas 188 euros por dia. «É o único orçamento que não conhece a crise», ironiza o diretor do Myria, no diário *Le Soir*.
«Os migrantes são uma riqueza para a sociedade», declara François De Smet. É a maior das ingenuidades «pensar que é possível expulsar pessoas de forma digna». E que «poderíamos travar seres humanos animados pelo desejo de outra existência, dispostos a arriscar a vida em barcos de fortuna, perante muros, mares, fronteiras ou mensagens de fechamento. A história mostra-o: nenhuma barreira travou de forma durável pessoas que não têm nada a perder».
Mostram-no os milhões de migrantes portugueses que partiram em busca de melhor situação económica pelos quatro cantos do mundo. Mostram-no os pais de Mawda, que quiseram dar um futuro às suas crianças longe da repressão ao povo curdo no Iraque. Mostra-o Semira, que ousou deixar a terra natal para fugir ao casamento forçado com um sexagenário polígamo e violento.
A sua voz, sufocada há vinte anos, ecoa hoje pelas ruas da Bélgica, clamando por um mundo solidário e sem fronteiras.

Cronologia (não exaustiva) da luta contra os centros de detenção na Bélgica

2006
ABRIL-JUNHO
Ocupação de mais de 30 igrejas por toda a Bélgica por parte de migrantes, que aí passam a viver e a organizar-se para exigir a regularização. Manifestações nacionais organizadas pela UDEP (União de Defesa dos *Sans-Papiers*), apoiadas pelos sindicatos belgas. Várias ocupações continuam até hoje.

2008
NOVEMBRO
200 migrantes ocupam o pavilhão de desportos da ULB (*Université Libre de Bruxelles*), principal universidade belga, com a solidariedade dos estudantes.

2009
Após 1974 e 2000, uma grande mobilização popular consegue do governo a terceira grande campanha de regularização na história belga. Mas os critérios são tão exigentes que manteve na clandestinidade grande parte dos migrantes.

2010
ABRIL
Primeiro *Steenrock*, «manifestival» anual que leva, até hoje, centenas de pessoas às portas do centro de detenção *127bis*, em Steenokkerzeel, sob o slogan «*Make music, not detention centres*».

JUNHO
60 activistas de toda a Europa bloqueiam o local para onde estava planeado o novo centro de detenção em *Steenokkerzeel*, perto de Bruxelas. Os activistas usaram *lock-ons* em vários pontos. Um *lock-on* com várias centenas de quilos bloqueou a entrada principal. Um bloqueio que denuncia as políticas racistas de imigração e exige o fecho dos centros de detenção, a regularização indocumentados e a abertura de fronteiras.

SETEMBRO-OUTUBRO
No Border Camp, em Bruxelas. Gente de todo o mundo para uma semana de acção e informação rebelde e auto-organizada contra as fronteiras e a política de migração. Por toda a cidade, polícias em uniforme e à civil, em viatura e a cavalo, detêm arbitrariamente centenas de pessoas que aparentam participar no acampamento. São torturadas e humilhadas nas esquadras, e impedidas «preventivamente» de participar nas manifestações e acções.

2011
Inspirado na luta colectiva das migrantes nos anos anteriores, e perante o falhanço da campanha de regularização de 2009, é criado o coletivo *Sans-Papiers Belgique*.

JANEIRO
40 activistas bloquearam as entradas do centro de detenção de Merskplas, uma acção que pretendia romper o isolamento dos «detidos», para que não se mantenham invisíveis e reduzidos a números. Erguidas várias pancartas com números de telefone, de forma a que os migrantes possam ligar e dar a conhecer a sua história. Os activistas também leram histórias de gente detida noutros centros, recolhidas nos meses anteriores.

FEVEREIRO
Acção de solidariedade da *Voices Without Borders* em frente ao centro de detenção 127bis, por causa de uma greve de fome levada a cabo pelos detidos, quando os migrantes ouviram falar dos maus tratos a um migrante egípcio de 18 anos, amarrado e espancado pelos guardas desse centro.

ABRIL
Manifestação anual em Vottem (Liège) contra os centros de detenção. Várias centenas marcharam até ao centro. Uma vez lá chegados, cerca de 50 treparam as vedações e entraram. Muito rapidamente, a banda de samba, que também tinha entrado, começou a tocar a partir de dentro. Poucos minutos depois, as duas portas de cinco metros de altura abriram-se e os manifestantes viram-se dentro do pátio «recreativo» dos detidos. A polícia chegou passada uma hora e deteve todos os intrusos que, após uma longa espera, acabaram por ser libertados.

60 pessoas de origem congolesa, chegadas de vários países europeus, estavam prestes a ser expulsas num voo «seguro». Há 7 anos que Bruxelas não fretava um avião com este tipo de capacidade para enviar requerentes de asilo de volta para os seus países de origem. Para denunciar a situação, o centro de detenção *127bis*, foi bloqueado de madrugada por cerca de 20 pessoas que travaram a porta de acesso recorrendo a *lock-ons.*

2013
Parte da comunidade afegã da Bélgica organiza-se no Movimento dos 450 Afegãos para exigir o seu reconhecimento colectivo de protecção. Nasce o *Collect'Actif,* colectivo de migrantes que recupera o desperdício alimentar e organiza refeições solidárias para famílias migrantes e belgas.

2014
JUNHO
Colectivos de migrantes vindos da Alemanha, França, Itália, Holanda e Bélgica chegam a Bruxelas na Caravana Internacional dos Migrantes pela Igualdade, Dignidade e Justiça Social. Organiza-se um acampamento com mais de 400 pessoas no parque Maximillien. Criam-se colectivos de luta como A Voz dos Sans-Papiers (VSP).

2015
JANEIRO
Nasce o colectivo de migrantes Ebola, que ocupa a praça Quetelet em Bruxelas, ocupada até hoje.

ABRIL
Homenagem a Oumar Dansokho, imigrante guineense que se imolou pelo fogo no Serviço de Estrangeiros.

MAIO
Manifestação «*Marche des 10000 sans et avec papiers*» e nascimento da *Sans-Papiers TV.*

SETEMBRO
Início do acampamento-ocupação do parque Maximilien por migrantes, em frente ao Serviço de Estrangeiros. Criação da plataforma cidadã de apoio aos refugiados. O *CollectActif* instala uma cantina gratuita, onde prepara mais de 300 refeições por dia.

OUTUBRO
Grande manifestação pela regularização de todos os indocumentados. Desmantelamento do acampamento e ocupação da *Maison des Migrants*.

DEZEMBRO
Homem de origem congolesa suicida-se no centro de detenção de Vottem. Todos os detidos começam uma greve de fome. Concentração em frente do Serviço de Estrangeiros.

2016
MARÇO
Hamed Karimi, porta-voz do colectivo dos afegãos, e Aliou Diallo, porta-voz do colectivo Ebola, são detidos pela polícia e encarcerados em centros de detenção. Manifestações e concentrações para exigir a sua libertação, a que se juntam os principais sindicatos belgas. Ambos são expulsos da Bélgica.

Atentados «terroristas» no aeroporto e no metro de Bruxelas. O governo decreta estado de emergência e todas as concentrações e manifestações são proibidas.

SETEMBRO
Expulsão da ocupação do colectivo VSP. Catorze militantes são detidos em centros de detenção, incluindo Sow, porta-voz do grupo, expulso na semana seguinte.

NOVEMBRO
Na sequência da tentativa de ocupação dum edifício vazio para realojar os 100 membros da VSP, polícias à paisana disparam *flashballs* e ferem vários migrantes e seus apoiantes, desarmados e pacíficos.

2018
JANEIRO
Milhares de pessoas formam uma cadeia humana em torno do parque Maximilien para impedir a rusga planeada pelo Ministro do Interior.

FEVEREIRO
Mounir Tahri, da *Coordination des Sans Papier* e do sindicato CSC, e o artista Jiyed Cheikhe são presos durante uma exposição de arte e detidos em centro de detenção.

MAIO
Mawda Shawdi, de dois anos, nascida na Alemanha, é assassinada pela polícia. Seguem-se dez dias de luto e de manifestações.

JUNHO
Manifestação nacional pela regularização de todos os migrantes. Bloqueio do novo centro de detenção destinado à prisão de famílias (incluindo crianças). Estudantes e imigrantes ocupam o Grande Hall da ULB.

SETEMBRO/OUTUBRO
Comemorações dos 20 anos da morte de Semira Adamu.

Marrocos: repressão a soldo da União Europeia

Na defesa das suas fronteiras, a UE vira-se agora para a chamada rota de migração ocidental com destino a Espanha. Marrocos, para merecer a atenção dispensada e exigir mais alguma, começou já a aumentar os níveis de repressão sobre migrantes.

ROBERT HICKERSON (UNSPLASH.COM/@PROJECTCARMA

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Os esforços da União Europeia (UE) para bloquear as migrações nas rotas oriental (da Turquia para a Grécia) e central (da Tunísia e da Líbia para Itália), sobretudo a partir de 2014, acabaram por implicar uma maior procura da rota ocidental, a que tenta atingir Espanha através de Marrocos e, por vezes, da Argélia. O olhar da UE virou-se então para essa rota e o seu braço violento e mortífero não tardou a fazer-se sentir.

No caso da rota oriental, o acordo UE-Turquia, que afinal pode não ser bem um acordo assinado pela UE [ver caixa], transformou as deportações em rotina aplicável a toda a gente que chegasse a qualquer ilha grega depois de 21 de Junho de 2016. Os *hotspots*, locais oficialmente de curta estadia, tornaram-se centros de detenção, verdadeiras prisões de longa duração, com condições deploráveis e degradantes.

A rota central teve uma abordagem semelhante, na qual um reforço do poder militar do regime líbio e uma espécie de carta branca para a utilização de qualquer tipo de meios eram a moeda de troca para evitar embarques de migrantes para costas italianas. Uma estratégia que incluiu – inclui – ataques contra ONGs que tentavam salvar vidas no mar, através da sua criminalização e da acusação de cumplicidade com traficantes humanos.

Quando a necessidade de resultados se sobrepõe a tudo o resto, atingi-los não é difícil, por muito sangue humano que possa custar. E, de facto, estas duas rotas, apesar de ainda porosas, estão cada vez mais difíceis, caras, perigosas, entregues a máfias com um nível de escrúpulos comparável à UE. De repente, cerca de 60% das chegadas a território europeu dá-se, neste momento, pela rota ocidental. Uma visita ao *site* do *Missing Migrants Project* dá uma visão muito clara da quase triplicação, entre 2017 e 2018, do número de chegadas por essa via. Com o corolário lógico dum aumento percentual de mortes que ultrapassa a proporção aritmética.

Resolvido o que é possível resolver noutros lados, os olhos da UE viram-se para Marrocos, novo ponto chave do chamado combate contra a «imigração ilegal». A 28 de Junho de 2018, por ocasião do Conselho Europeu, os dirigentes da UE decidiram reforçar a «cooperação com outros países de origem e de trânsito, bem como a reinstalação voluntária», «assegurar regressos rápidos e evitar o aparecimento de novas rotas marítimas ou terrestres». Decidiram também apoiar os esforços de Marrocos e Espanha: «À luz do recente aumento dos fluxos no Mediterrâneo Ocidental, a UE apoiará, financeiramente ou de outra forma, todos os esforços envidados pelos Estados-Membros, especialmente a Espanha, e pelos países de origem e de trânsito, em especial Marrocos, para impedir a migração ilegal.»

A 6 de Julho, em comunicado de imprensa, a Comissão Europeia anunciava que tinha aprovado, no quadro do fundo de emergência para África, três novos programas relacionados com migrações para a África do Norte, num montante de 90,5 milhões de euros. No quadro do programa de gestão de fronteiras, foram desbloqueados 55 milhões para Marrocos e Tunísia, com o propósito de «salvar vidas humanas no mar, melhorar a gestão das fronteiras marítimas e lutar contra os traficantes que operam na região». Houve ainda um acordo com Marrocos, uma outra verba de 6,5 milhões de euros, no quadro de um programa de apoio à estratégia nacional de imigração e asilo.

A 2 de Agosto, o *site* Euractiv.com, num artigo intitulado "A UE gastará mais para as suas fronteiras do que para África", afirmava que «a proposta da Comissão para o reforço das fronteiras aloca pela primeira vez mais dinheiro para o controlo da imigração do que para ajuda ao desenvolvimento em África». O orçamento da União Europeia para o período 2021-2027 previa um aumento dos fundos destinados ao apoio ao desenvolvimento a África de 26,1 mil milhões de euros para 32 mil milhões, sem ter em conta a inflação. Ou seja, descontada essa questão da inflação e de acordo com as contas do mesmo *site*, um aumento de uns ridículos 7% disfarçados duns pomposos 32%. Por outro lado, a «Comissão pretende atribuir um envelope de mais de 30,8 mil milhões de euros (a preços correntes para 2018) para a securitização das fronteiras externas e a gestão migratória para o período 2021/2027, ou seja, um volume mais elevado que aquele que será dado a toda a África sub-sahariana.»

Marrocos, um Estado interessado em manter boas relações com o bloco europeu, habituado ao uso da força enquanto solução, sequioso de fundos e conhecedor das movimentações diplomáticas, não tardou em demonstrar que a UE pode contar com ele. Os *raids* de larga escala em cidades marroquinas à procura de africanos negros, migrantes ou refugiados, tornaram-se um prato do dia cada vez mais presente. E o destino de todas as pessoas que são apanhadas nessas rusgas é o mesmo, independentemente do seu estatuto legal: a deportação.

Se, dentro das suas fronteiras, a UE faz tábua rasa dos seus próprios conceitos de lei ou direitos humanos, fora delas a impunidade oferecida é total. Episódios como o relatado pela Al Jazeera, em que a marinha marroquina acabou por matar uma mulher por ter disparado sobre um barco de migrantes, não são nem raros nem motivo de espanto. A luta contra a imigração ilegal e as redes de tráfico acabam sempre, dentro ou fora de portas, por ser um combate contra os próprios migrantes. Mas este episódio é apenas a ponta dum *iceberg* inimaginável para a maioria dos habitantes da UE.

O GADEM[1], grupo anti-racista marroquino de acompanhamen-

O GADEM, grupo anti-racista marroquino de acompanhamento e defesa de estrangeiros e migrantes, produziu recentemente dois relatórios relacionados com o aumento da repressão sobre não marroquinos. O primeiro, de 28 de Setembro passado, intitulado "Custos e Danos" ("Coûts et Blessures"), é um conjunto de factos e análises de episódios de violência policial sobre a população negra em Tânger, Rabat e Casablanca, entre Julho e Setembro de 2018.

to e defesa de estrangeiros e migrantes, produziu recentemente dois relatórios relacionados com o aumento da repressão sobre não marroquinos. O primeiro, de 28 de Setembro passado, intitulado "Custos e Danos" ("*Coûts et Blessures*"), é um conjunto de factos e análises de episódios de violência policial sobre a população negra em Tânger, Rabat e Casablanca, entre Julho e Setembro de 2018. Uma repressão que, por pretender afastar o mais possível das zonas fronteiriças todas as pessoas que sejam negras e não marroquinas, se transforma numa arma racista ao serviço da protecção das fronteiras europeias.

Se é verdade que o Norte de Marrocos sempre teve uma atenção especial por parte das autoridades, não é menos verdade que a repressão se começou, de facto, a intensificar a partir de Julho de 2018 e, principalmente, de Agosto. Aproveitando as duas tentativas de passagem da fronteira em grupo para o enclave espanhol de Ceuta (26 de Julho e 22 de Agosto), e vendo a reacção espanhola que, de imediato, mobilizou todo o seu aparelho securitário para deter, identificar e recolher todas as informações de forma a expulsar essas pessoas em menos de 24 horas, o reino marroquino apressou-se a mostrar-se, a fugir às acusações de laxismo e a demonstrar o seu papel central na luta contras as migrações irregulares, intensificando o número e a violência de detenções e expulsões. Os *raids* passaram definitivamente a visar qualquer pessoa que se encaixe no perfil de migrante (voltamos a repetir, por nos parecer importante: africanos negros não marroquinos), para a deter e enviar para territórios mais a Sul.

Sedento de poder, dinheiro, armas e credibilidade internacional, Marrocos joga com a sua posição geográfica e com o medo que a UE tem dos migrantes para conseguir um aumento considerável de apoio logístico, leia-se militar e financeiro.

Sedento de poder, dinheiro, armas e credibilidade internacional, Marrocos joga com a sua posição geográfica e com o medo que a UE tem dos migrantes para conseguir um aumento considerável de apoio logístico, leia-se militar, e financeiro. Num momento em que a rota principal de entrada na UE é através de Espanha, o seu peso cresce consideravelmente. E cada novo *raid*, cada nova detenção ilegal, cada nova expulsão, é um trunfo que ganha à mesa das negociações. Nas palavras do GADEM, «Marrocos está a jogar um jogo perigoso e contraditório entre uma política extremamente repressiva e violenta direccionada para estrangeiros e migrantes presentes no seu território, um papel de "líder" do dossier da migração dentro da União Africana e uma posição que quer firmemente manter em relação a Espanha, à União Europeia e aos outros Estados-Membros».

Apesar de já ter meios enormes para controlar as suas fronteiras, o reino marroquino pretende reforçar o seu arsenal com novos equipamentos e, em várias declarações públicas, os seus governantes têm apelado ao apoio da UE. Espanha, que decidiu colocar a cooperação com Marrocos no seu centro político, é uma alavanca para o reino mostrar que possui argumentos próprios para convencer a UE como um todo. O seu bom comportamento em termos de «gestão de migrações» não é apenas recompensado por Espanha, como se viu no recentemente assinado novo acordo de pescas entre a UE e Marrocos que, depois de tempos infinitos de indecisões (muito ligadas à questão do Sahara Ocidental), se desbloqueou como que por magia e parece ter aberto uma nova fase nas relações. Uma relação que terá sempre um carácter injusto, claro, quase neo-colonial,

O acordo que a UE não assinou

Num caso aberto por três requerentes de asilo na Grécia, que tentaram desafiar a legalidade do acordo UE-Turquia, o Tribunal Europeu de Justiça (TEJ) afirmou não ter competência para julgar a sua legalidade, porque «nem o Conselho Europeu nem qualquer outra instituição da UE decidiu concluir um acordo com o governo turco sobre a questão da crise de migrantes».

Ainda segundo a decisão do tribunal, «a prova fornecida pelo Conselho Europeu, e relacionada com as reuniões sobre a crise de migrações que decorreram sucessivamente em 2015 e 2016 entre os Chefes de Estado ou do Governo dos Estados-Membros e os seus congéneres turcos, demonstra que não foi a UE mas os seus Estados-Membros, enquanto actores da lei internacional, que concluíram as negociações com a Turquia nessa matéria».

O acordo UE-Turquia foi oficialmente publicado através de um comunicado de imprensa no *site* partilhado pelo Conselho Europeu e o Conselho da União Europeia. A sua natureza legal já foi debatida no Comité de Liberdades Civis do Parlamento Europeu, que considerou que o acordo não era legalmente vinculativo, mas apenas um catálogo político de medidas adoptadas na sua própria base legal específica.

Três pessoas, duas paquistanesas e uma afegã, viajaram da Turquia para a Grécia, onde pediram asilo por temerem perseguições em caso de regresso aos seus países de origem. Perante a possibilidade de serem reenviadas para a Turquia no caso dos seus pedidos de asilo serem recusados, decidiram desafiar a legalidade desse acordo. Segundo a acção que intentaram, trata-se de um acordo internacional que o Conselho Europeu, enquanto instituição a agir em nome da UE, concluiu com a República da Turquia. Um acordo que, assim defendiam os requerentes, violava o Tratado sobre o Funcionamento da UE (onde se define o âmbito das autoridades da UE para legislarem e os princípios legais nas áreas em que a UE opera) e também a Carta dos Direitos Fundamentais da UE, assim como os procedimentos comunitários para a conclusão de acordos internacionais.

Decidindo que o acordo foi assinado entre Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros da UE e o Primeiro Ministro da Turquia, o tribunal afirma-se, então, sem competência para julgar o caso. Assume, dessa forma, que todos os Estados-Membros duma instituição da UE podem adoptar medidas que são competência da UE sem se submeterem a uma lei da UE. Isto é ainda mais visível se se tiver em conta que os Estados-Membros estavam a a agir sobre uma matéria que já estava coberta por medidas da UE, tais como o acordo entre a UE e a Turquia sobre readmissão de pessoas que residem sem autorização, de Dezembro de 2013. Trata-se, está à vista, dum caminho criativo através do qual a UE, para esconder o vazio do seu conceito de dignidade humana, foge às suas próprias leis e aos seus próprios mecanismos de controlo (por exemplo este tipo de «acordos informais» não têm de passar pelo escrutínio do Parlamento Europeu).

no seguimento aliás das palavras da própria Comissão Europeia, num dos seus relatórios de 2016, mais precisamente do dia 7 de Junho: «as relações especiais que os Estados-Membros possam ter com países terceiros, reflectindo relações políticas, históricas e culturais promovidas por décadas de contactos também devem ser exploradas para benefício da UE».

Dois dias mais tarde, um barco com 11 pessoas a bordo foi deixado a vaguear, apesar de tanto as autoridades marroquinas como as espanholas terem sido repetidamente alertadas sobre a embarcação em perigo.

Depois de lançado o primeiro relatório, a situação piorou. Ou melhor, teve um desenlace que, sendo previsível, não estava de todo programado. E, a 9 de Outubro, o GADEM viu-se na necessidade de publicar um novo relatório, desta vez intitulado "Expulsões Gratuitas" ("Expulsions Gratuites"). À detenção e transporte forçado para Sul seguia-se, afinal, a expulsão de território marroquino. As pessoas são metidas em campos com condições mínimas: «acesso limitado a comida e casas de banho, ausência de cama, violência diária, represálias sobre quem resista à expulsão, muitos feridos e doentes que são deixados sem assistência», pode ler-se neste segundo relatório. Onde também se pode ler que «sem comunicação oficial sobre as suas detenções, as pessoas cujos testemunhos recolhemos foram muitas vezes detidas para além do tempo máximo permitido por lei. Foi-lhes impossível oporem-se à sua detenção ou às medidas de expulsão que lhes estão a preparar. Sem haver advogados ou intérpretes disponíveis, também lhes é negado o acesso aos seus representantes consulares, a não ser para organizarem a sua expulsão».

O primeiro relatório do GADEM foi publicado três dias após a morte duma mulher às mãos das autoridades marroquinas (a que se juntaram vários feridos), ocurrida já depois do assassinato noticiado pela Al-Jazeera a que nos referimos atrás. O segundo relatório saiu no dia de uma outra rusga, da qual resultaram novamente vários feridos. Dois dias mais tarde, um barco com 11 pessoas a bordo foi deixado a vaguear, apesar de tanto as autoridades marroquinas como as espanholas terem sido repetidamente alertadas sobre a embarcação em perigo. «Ninguém veio para nos salvar. Por isso, decidimos voltar por nossa conta. Estávamos exaustos e ficámos sem água. Morreram duas pessoas antes de chegarmos a terra», são as palavras dum sobrevivente transmitidas pela ONG Watch the Med – Alarm Phone. A política migratória europeia virou os seus braços mortais para um novo território que, vistas as vantagens que pode tirar dum mero aumento da sua capacidade repressiva, não hesita em entrar na roda. Uma roda onde todos saem a ganhar. Menos as pessoas.

NOTAS
1 http://gadem-asso.org

Directiva das Deportações *reloaded*

Há quase dez anos, a UE publicava uma das leis fundamentais para a regulamentação das migrações irregulares de cidadãos de fora do espaço europeu. A chamada Directiva de Regressos (*Returns Directive*), demonstrava, de facto, que o foco estava em evitar a presença de migrantes, tidos como seres indesejáveis e problemáticos. Os seus critérios eram, nas palavras de muitas organizações ligadas à questão, demasiado penalizadores para quem procura uma vida nova em território que considera menos hostil do que o seu.

No entanto, mantinha alguns limites ao uso da lei criminal geral para deter migrantes, estabelecia um direito limitado a julgamento e, em alguns casos extremos, fornecia uma base para «impedir» a deportação e assegurar direitos básicos de saúde.

Essas pequenas cedências, chamemos-lhes assim, estão agora em causa. A Comissão Europeia, que em 2014 pedia aos Estados-Membros para aplicar a Directiva de forma generosa, decidiu, em 2017, pedir-lhes que a aplicassem tão estritamente quanto possível. É o que se pode inferir do plano de acção «sobre uma política de regressos mais eficiente na União Europeia», da recomendação «sobre tornar os regressos mais eficientes» e do "Manual de Instruções para Regressos" (*Return Handbook*) que deveria ser utilizado pelas autoridades competentes dos Estados-Membros quando desempenhassem tarefas relacionadas com os regressos (a palavra simpática com que a UE rebaptizou as deportações).

Ainda assim, parece haver limites. As tais pequenas cedências são ainda um entrave demasiado grande ao caminho de fortalecimento de fronteiras que tem sido desenhado nos anos mais recentes. Nesse sentido, no passado dia 12 de Setembro, no mesmo dia em que propunha aumentar novamente os poderes da Frontex, a Comissão Europeia lançava uma proposta de alteração da Directiva.

A primeira alteração é a definição de «risco de fuga». Uma definição que se traduz numa lista não exaustiva («pelo menos») de 16 factores, um dos quais uma redundante «entrada ilegal» que, na prática, alarga esta definição a todos os migrantes irregulares. Pretende justificar a detenção e dificultar a possibilidade de regresso voluntário. O que fará aumentar o número de pessoas que, mais do que deportadas, ficam impedidas (banidas) de entrar de novo em solo da UE. O regresso voluntário, condição para uma pessoa não ser «banida», é verdadeiramente ameaçado nesta proposta. Por um lado, os Estados-Membros já não necessitarão de dar um mínimo de sete dias para o migrante partir. Por outro, nos três casos em que os Estados-Membros podem «optar» por recusar a um migrante o direito de partir voluntariamente (risco de fuga, candidatura manifestamente fraudulenta a uma estadia legal e risco para a política, a segurança e a saúde públicas), passarão a ter a «obrigação» de recusar esse direito.

De forma a facilitar que os Estados de origem aceitem os seus cidadãos de volta de forma mais rápida (e há vários Estados que insistem muito em documentação), haverá uma nova obrigação de confirmar a identidade dos migrantes indocumentados e de obter os documentos em falta. Uma nova cláusula informa que os requerentes de asilo cujo pedido tenha sido recusado têm apenas uma instância de recurso. E têm apenas cinco dias para o fazer.

No que diz respeito à detenção de migrantes, haverá três critérios em vez dos actuais dois. De qualquer forma, esta lista passará a ser não exaustiva – a palavra «apenas» é apagada. O primeiro critério manter-se-á o risco de fuga, mas será, como vimos, redefinido. O segundo, impedir ou dificultar as preparações do processo de deportação, já foi anteriormente definido de forma muito ampla e manterá a sua formulação. O terceiro e novo critério será para quando um migrante «representa um perigo para a política e a segurança públicas ou a segurança nacional», uma formulação que abre a porta a interpretações várias por parte dos juízes do Tribunal Europeu de Justiça.

Trata-se duma proposta inteiramente preocupada com a facilitação das expulsões de migrantes irregulares, para a sua detenção e para os banir definitivamente, de forma a que não voltem. E, apesar de não mexer directamente nos limites colocados aos Estados-Membros para o uso da lei criminal geral para deter migrantes, esta proposta abre a porta para que fosse mais simples contornar esses limites de forma indirecta, ao dar poderes suplementares para a detenção de migrantes no contexto de leis administrativas.

Solidariedade internacional com os 15 de Stansted

Em 2017, no aeroporto londrino de Stansted, 15 pessoas impediram a descolagem de um avião fretado para deportar migrantes, amarrando-se umas às outras à volta do aparelho. Apesar de esta acção ter permitido a reabertura de alguns dos processos de deportação de pessoas que estavam naquele avião, a justiça britânica decidiu acusar os 15 activistas, todos membros do grupo End Deportations, de prática de acto terrorista, fazendo pender sobre eles a ameaça de prisão perpétua.

Depois de, no Reino Unido, vários académicos, políticos e organizações de defesa dos direitos humanos terem levantado a voz para que as acusações fossem retiradas, várias organizações da sociedade civil, grupos e colectivos de toda a Europa (nos quais se inclui o Jornal MAPA) uniram-se a essa exigência, num comunicado internacional onde se pode ler: «Estes voos *charters* são secretos, brutais e estão a deportar migrantes de forma ilegal. As pessoas que estavam no avião enfrentariam perseguições e até morte, se fossem deportadas – naquele avião, havia requerentes de asilo e vítimas de tráfico humano com pedidos ainda a serem processados. Onze pessoas que deveriam ter sido deportadas naquela noite ainda estão no Reino Unido, com os seus processos em andamento, graças à acção directa não violenta. Uma pessoa conseguiu desde então licença para ficar».

No entanto, em Dezembro de 2018, no seguimento dum julgamento de nove semanas e após quase três dias de deliberações, o tribunal de Chelmford considerou que os acusados eram culpados de perturbação intencional de serviços num aeroporto. Uma decisão judicial tomada ao abrigo de uma lei (*Aviation and Maritime Security Act*) que tinha sido aprovada no seguimento do atentado de Lockerbie de 1988. Mais uma vez, uma lei «anti-terrorista» é, afinal, utilizada para reprimir a dissidência e o protesto, no caso, um bloqueio que se integra na filosofia da acção directa não violenta e que até permitiu denunciar a ilegalidade das deportações que o governo britânico leva a cabo de forma sistemática.

Por se tratar duma «criminalização inquietante das manifestações e acções», por ser «uma tentativa preocupante de repressão da sociedade civil» e porque as «deportações violentas fazem parte das políticas anti-migrantes e da militarização das fronteiras por toda a Europa», a solidariedade com os 15 de Stansted é fundamental.

A ciência da luta

RICARDO NORONHA
ILUSTRAÇÃO **INÊS CARVALHAL**

É sabido que o incessante desenvolvimento científico e tecnológico tem alterado profundamente a paisagem social do nosso tempo, moldando a nossa experiência sensível e a relação que estabelecemos com o mundo. Automóveis inteligentes preparam-se para nos levar onde queremos ir, onde temos que ir, onde não podemos deixar de ir. Estão a ser concebidos algoritmos capazes de escolher a comida mais apropriada para o nosso organismo, as roupas que melhor se ajustam aos nossos corpos, os livros que melhor respondem à nossa curiosidade ou o vinho que nos permitirá encontrar o ponto óptimo entre a desinibição e a ressaca. Uma condição tecno-ontológica comum percorre agora o conjunto da nossa experiência, deixando de fora cada vez menos porções da realidade. Basta olhar para o telemóvel que temos no bolso para compreender que algo radicalmente novo fez a sua aparição no plano da história. Para que este pequeno aparelho possa mediar a nossa relação com a realidade, foi necessário que matérias-primas, ferramentas, códigos e peças circum-navegassem várias vezes o globo, através de cadeias produtivas cada vez mais sofisticadas e interdependentes. E, o que não é menos importante, com esse pequeno aparelho no bolso podemos agora orientar-nos na selva das cidades, fazer o check-in no avião, encomendar um novo par de sapatos, pagar o estacionamento ou até fazer uma chamada telefónica. Nenhuma forma de vida está em condições de se furtar a esta saturação tecnológica.

O processo está longe de se confinar às grandes escolas de engenharia, às empresas *high-tech* ou às incubadoras de *start-ups*. Termos como «capitalismo cognitivo», «trabalho imaterial» ou «biopolítica» fizeram progressivamente a sua entrada no vocabulário das ciências sociais e humanas, procurando dar conta desta transformação vertiginosa, na sequência da qual é cada vez mais difícil identificar a fronteira entre o humano e o conjunto dos dispositivos que lhe oferecem consistência: códigos de barras, videovigilância, antidepressivos, certificação alimentar, dados biométricos, o interruptor da luz ou a previsão meteorológica. E isto para não falar da permanente intimação para que disciplinas como a antropologia, a sociologia ou a filosofia se ocupem dos grandes problemas do nosso tempo, sejam eles as preferências dos consumidores, a prevenção da delinquência ou as formas de persuasão mais eficazes em contextos de negócio. Nada menos do que uma mobilização total é suficiente para triunfar na economia do conhecimento.

É à luz deste estado de coisas que devemos encarar os esforços para governar uma força de trabalho cognitivo que não tem cessado de se expandir. Deixemos de lado as referências a uma Revolução Industrial 4.0. Não se trata de ver nos programadores de código hodiernos os descendentes dos torneiros mecânicos e tecelões de antanho. Tudo se processa agora a uma escala simultaneamente mais ampla e mais profunda. Ao mobilizar em função do processo de acumulação o fluxo incessante das inovações, o Capital não se limita a absorver a produção de uma multiplicidade de sujeitos. É o conjunto das condições de existência que se apresenta agora determinado pelos imperativos da sua valorização infinita. A pretensão de responder a todos os desejos, necessidades e anseios por via de um algoritmo - uma pretensão que deixou de ser o *leitmotiv* da ficção científica para passar a figurar nos projetos de governos e grandes empresas transnacionais - não tem precedente e exige a elaboração de uma nova cartografia e uma nova gramática. Para compreender o Capital enquanto relação social temos que começar por olhar para nós próprios sob o signo da ambiguidade. Somos simultaneamente o seu produto e a sua condição de possibilidade. Mas somos também um elemento de disrupção em potência, capaz de conceber outro mundo e produzir efeitos imprevisíveis. É por isso no plano das lutas, com as suas tácticas e estratégias, pactos e alianças, que tudo se joga.

É notório que a luta d@s trabalhadoras da ciência em Portugal se tem focado sobretudo no combate à precariedade e na exigência de condições remuneratórias mais favoráveis, batendo-se pelo reconhecimento do seu trabalho enquanto uma necessidade permanente e reivindicando o enquadramento contratual correspondente. Enquanto escrevo estas linhas está a desenrolar-se um processo de contratação de doutorados, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e apresentado, com pompa e circunstância, como a solução para os problemas da precariedade na investigação científica. [aproveito para fazer a minha declaração de interesses: sou abrangido por esse processo, que se traduzirá numa melhoria sensível ao nível das condições remuneratórias, incluindo contribuições mais substanciais para a segurança social, com os mecanismos de protecção que daí decorrem] Olhando para lá do evidente efeito propagandístico que lhe está associado, importa assinalar o seu carácter limitado, tanto em termos da sua abrangência (não mais do que dois mil investigadores num universo substancialmente maior) como da sua duração (contratos de três anos, com a possibilidade de renovação até seis). Se tivermos em conta que existe um Estatuto da Carreira de Investigação Científica, que prevê a integração permanente no quadro das instituições e níveis remuneratórios muito superio-

res, é impossível não concluir que se criou assim uma carreira de investigação paralela, com vínculos mais precários e custos substancialmente menores. Não se trata de ver um copo meio vazio onde outros vislumbram um copo meio cheio. Todo este processo traduz uma correlação de forças particular, associada ao crescimento exponencial da investigação científica desde o início do século, levada a cabo através da atribuição de bolsas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. À medida que se desenvolvia substancialmente a produção de teses, artigos e livros, foi-se avolumando igualmente uma força de trabalho precária, remunerada através de bolsas com a duração de quatro (Doutoramento) ou três anos renováveis por mais três (Pós-Doutoramento). Este desenvolvimento procedeu-se no interior das Universidades, mas essa força de trabalho permaneceu numa posição marginal, sem direitos laborais ou de representação. E, uma vez que a avaliação dos projetos de investigação associados a essas bolsas passa ao lado das estruturas universitárias propriamente ditas, ao mesmo tempo que os docentes universitários viram aumentar significativamente a sua carga lectiva, tomou forma um sistema dual em que o ensino e a investigação se foram progressivamente separando.

Essa dualidade teve como efeito a conversão progressiva das universidades numa espécie de escolas secundárias mais seletivas e que conferem diplomas mais respeitados no mercado de trabalho. Uma vez que é aí que trabalha grande parte d@s investigadoras que asseguram uma fatia crescente da produção científica em Portugal, a sua mobilização espelha, inevitavelmente, as inúmeras contradições que atravessam essas instituições. O olhar que se projeta sobre o trabalho científico - na esfera pública e ao nível das representações coletivas - transporta ainda um conjunto de pressupostos herdados de uma época precedente, na qual existia um prestígio simbólico associado às atividades da esfera «intelectual». As operações conduzidas para disciplinar a força de trabalho no setor da ciência seguem, pelo contrário, imperativos estratégicos consideravelmente mais lúcidos e pragmáticos, tendo sido concebidas para gerir os efeitos de uma proletarização inexorável. A Universidade é atualmente o local onde um modelo de saber e poder concebido durante a Idade Média se confronta com as impiedosas solicitações da governamentalidade neoliberal. A tensão entre essas duas lógicas reproduz-se incessantemente nas vidas d@s investigadoras e, como não poderia deixar de ser, ao nível das suas lutas.

A Universidade é atualmente o local onde um modelo de saber e poder concebido durante a Idade Média se confronta com as impiedosas solicitações da governamentalidade neoliberal.

De resto, ainda que as avaliações promovidas para aferir a posição relativa de cada instituição nos rankings internacionais de referência se abatam de forma mais severa sobre @s precári@s, a sensação crescente no meio universitário é que a monitorização do desempenho serve acima de tudo um propósito disciplinar. Uma vez que a publicação de artigos científicos em revistas com um elevado factor de impacto se tornou um imperativo categórico para aceder à (ou ascender na) carreira, tudo o que não sirva esse desígnio é agora considerado ocioso, supérfluo e irrelevante. Organizar uma conferência, intervir num seminário, recensear um livro, contribuir para uma obra colectiva - tudo isso figura agora no cardápio dos luxos a que os investigadores se podem dar por sua própria conta e risco. Um dos sintomas mais evidentes da passagem em curso diz respeito à escolha de tópicos e métodos de investigação, que obedece cada vez menos a questões propriamente científicas. Quem concorre a um contrato de trabalho financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia vê-se atualmente desafiado a corresponder aos objetivos de desenvolvimento das Nações Unidas, quando não às prioridades estratégicas definidas ao nível das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Confrontado com semelhante incumbência, @ investigadora que pretende estudar os hábitos migratórios dos escaravelhos ou as práticas fúnebres na África Ocidental ou o pensamento estético de Immanuel Kant percebe que a sua é uma espécie em vias de extinção. Em cada linha dos formulários eletrónicos para submissão de candidaturas a este ou aquele financiamento insinua-se, de forma cada vez menos subtil, a grande e incomensurável questão: para que é que isso vai servir?

Em vez de garantir que o esforço d@ investigador@ se dirige a problemas identificados no interior do respetivo campo de saber, tudo concorre, pelo contrário, para que esta seja convidada a conceber a sua proposta enquanto algo a ser vendido num mercado de ideias fictício. Quem trabalha em ciência deve agora conceber a sua atividade à luz do paradigma do empreendedorismo, aprendendo a investir em si próprio, acumular competências e concorrer por recursos escassos no quadro global. A própria possibilidade de estudar os mecanismos que estão subjacentes a esta operação, a partir de uma autorreflexividade capaz de identificar as condições em que se leva a cabo o trabalho de investigação científica, ocupa agora um nicho - o dos estudos sobre ciência - que está subordinado a esses mecanismos e condenado a naturalizá-los, reproduzindo-os. A transformação das universidades em empresas - desígnio que faz sorrir de comprazimento a maioria das pessoas que as dirigem e uma boa parte do seu corpo docente - é um precioso indicador de que o seu papel se encontra esgotado, se não a derradeira prova de que o mesmo nunca passou de um discurso de auto-legitimação.

É por tudo isto que a luta d@s trabalhadores da ciência se confronta com tantos e tamanhos desafios. Habituados a pensar o seu trabalho nos termos do projeto iluminista - esse mesmo que Kant resumiu na fórmula latina *Sapere aude* («Ousa saber») - deparam-se continuamente com uma realidade bastante

O discurso elaborado pel@s trabalhadores da ciência tem sido excessivamente complacente em relação ao poder de quem governa as universidades.

mais prosaica, feita de diversas temporalidades. O arcaísmo da hierarquia académica - uma bizarra simbiose entre categorias reputacionais, como «prestígio» ou «erudição», e diversas modalidades de clientelismo - tem-se revelado mais eficiente em garantir a aceitação da precariedade laboral do que em preservar um conjunto de condições outrora consideradas indispensáveis à investigação científica. Importa de resto sublinhar que o 'Neoliberalismo' tem tido umas costas convenientemente largas a este respeito, uma vez que um filósofo como Hayek, por exemplo, sublinhou a necessidade de assegurar condições para a busca desinteressada do conhecimento, financiando a ciência sem lhe impor condições de utilidade ou rentabilidade que seriam sempre provisórias e circunstanciais. A falência da universidade enquanto espaço de reflexão crítica decorre tanto do subfinanciamento a que tem sido votada como das escolhas efetuadas no seu seio. E a responsabilidade, é bom sublinhá-lo, reparte-se por tod@s os e as que se resignam à lógica da inevitabilidade, aceitando como natural que o acesso à carreira de docência e/ou investigação se tenha tornado um bem escasso, sujeito a uma concorrência feroz, feita tanto de produtividade e internacionalização como de obediência e sinecuras.

A luta d@s trabalhadores da ciência tem-se processado nas trincheiras de uma guerra sem fim à vista, onde o método da terra queimada se combina frequentemente com uma trégua ditada pelos vencedores. Sem ter pretensões de dar lições, atrevo-me em todo o caso a sugerir que os resultados que temos obtido são um reflexo de opções estratégicas equivocadas. Procurando criar uma frente tão ampla quanto possível, o discurso elaborado pel@s trabalhadores da ciência tem sido excessivamente complacente em relação ao poder de quem governa as universidades, ao mesmo tempo que reproduz de maneira acrítica os redondos vocábulos que preenchem o discurso governamental para o sector, exigindo uma política científica robusta, um financiamento mais substancial, aumento da contratação de investigador@s e docentes. Aprisionada no paradigma do contrato, como se houvesse ainda um Estado democrático junto de quem apresentar reivindicações e não um regime de governamentalidade apostado em gerir o conjunto das relações sociais, a luta d@s trabalhadoras da ciência não pode senão revelar a sua impotência, acumulando derrotas interrompidas, aqui e ali, por tímidas concessões. Capturada por uma concepção iluminista da ciência enquanto esfera da racionalidade pura, como se houvesse ainda um campo de saber que não estivesse balizado por relações de poder, a luta d@s trabalhadores da ciência não pode senão tornar-se um trunfo dos Reitores ou uma flor na lapela de Ministros, em qualquer dos casos uma peça de xadrez num combate que não consegue influenciar.

Trata-se, pelo contrário, de conceber outro tipo de estratégia, que nos possibilite formar outro tipo de alianças e adoptar outro tipo de tácticas. Só assumindo-nos enquanto potência destituinte, capaz de questionar a lógica que unifica o capitalismo e o processo de tecnicização do mundo, será possível deixar de assistir ao jogo para começar a jogar. É necessário contrapor, à mobilização tecnológica dos saberes, a invenção de uma nova forma-de-vida, na qual os conhecimentos e os afectos, o lúdico e o produtivo, o ético e o estético, sejam apenas diferentes modalidades do comum. E, uma vez que não fazemos a mínima ideia de como é que isso será possível, temos que aprender a fazê-lo em conjunto: hipótese a hipótese, experiência a experiência, tentando, falhando, analisando, comparando e debatendo. Como fazem @s cientistas.

Nasce uma rede de grupos de consumo agroecológico em Portugal

Unidos pelos princípios da agroecologia, da proximidade e do bem-comum, cerca de 30 produtores e consumidores do Norte e Sul do país fundaram, no passado dia 15 de Dezembro de 2018, uma rede que (por agora) congrega sete grupos de produção e consumo implicados com práticas agroalimentares justas e solidárias. Na Assembleia Geral, que teve lugar no espaço Mafa Mood, em Vila Nova de Gaia, foi aprovada a Carta de Princípios, chegou-se a acordos sobre a coordenação em rede e formou-se uma equipa dinamizadora para avançar com os trabalhos.

TEXTO: SARA MOREIRA
SARITAMOREIRA@GMAIL.COM
FOTOS: ANSELMO CANHA

O dia histórico aconteceu três anos depois do I Encontro Nacional das Associações para a Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP), que em 2015 juntou perto de uma centena de pessoas e 36 organizações de vários pontos do país no Porto, a convite da associação *Moving Cause* (conforme reportado pela edição de Fevereiro de 2016 do Jornal MAPA). Os trabalhos iniciados na época – incluíndo a Carta de Princípios agora aprovada – foram retomados em finais de 2018, após um período de interregno teórico mas de grandes avanços em termos práticos. Com a multiplicação das iniciativas activas no terreno, com a adopção de algumas mudanças estruturais importantes para os grupos em funcionamento e com a participação no IV Encontro Europeu das AMAP, na Grécia, em Novembro de 2018, surgiu um novo ímpeto para dar corpo e voz a um espaço simbólico de união entre grupos de consumo locais e autónomos à escala regional e nacional, articulados com outras redes e movimentos internacionais em prol da agroecologia e da soberania alimentar.

Os alimentos não são mercadoria

Estamos no centro de Gaia mas parece que chegámos ao campo quando viramos para o beco granítico onde se erige o quase centenário Ginásio Clube de Mafamude que acolhe o encontro. A colectividade, fundada em 1931, serve de ponto de distribuição para um dos grupos de produção e consumo agroecológico, agora integrado na rede nacional (ainda inominada), e situa-se nas proximidades de uma grande superfície comercial para onde se dirige em transe o trânsito caótico deste sábado chuvoso de Dezembro. Quem entra na ruela do Telhado sente que está em contra-corrente – a febre consumista da época passa literalmente ao lado do espírito do lugar.

Começam a chegar pessoas com as suas oferendas para o almoço partilhado que antecede a Assembleia Geral das AMAP: de Castelo de Paiva chegam maçãs porta-da-loja, tremoços e lenha para aquecer a sala; de Trás-os-Montes vem azeite e azeitonas para degustar; de Vizela e Famalicão chegam couves penca, galegas, coração, toscana, romanesca, azedas, ruibarbo, abóbora-menina e bolina, que é o que nesta altura do ano mais está a dar. Enquanto se prepara a sopa, e com um naco de queijo e copo de vinho alentejano na mão, brotam conversas em torno da conservação das abundantes cucurbitáceas, da evolução das culturas de Inverno e da nova receita de almôndegas de tremoço e acelga que está na salamandra a cozinhar. É o alimento que nos une, que nos nutre e que nos move.

Entendido como bem-comum e não como mercadoria, o alimento é aqui o elemento cultural primordial a proteger e cuidar – desde a semente até ao prato – pelo seu papel central na própria vida e no funcionamento das sociedades e da economia. Este entendimento implica uma transformação radical da organização dos sistemas alimentares aos quais nos habituámos e das relações sociais que sustentam o bem-comum, no que toca a partilha de responsabilidade nos processos de produção, consumo e distribuição. Na senda da Declaração de Nyeléni, lançada em 2007 no Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, no Mali, apela-se também aqui a um papel activo e fulcral: ganharmos de novo controlo sobre aquilo que comemos. Para isso temos de passar a conhecer quem cultiva, como é que o faz e o que é que acontece com os lucros – fazê-lo enquanto apoiamos e providenciamos uma vida digna para quem produz alimentos de uma forma socialmente responsável, economicamente viável e ambientalmente sustentável.

Entendido como bem-comum, e não como mercadoria, o alimento é aqui o elemento cultural primordial a proteger e cuidar.

Há que mandar os intermediários à fava

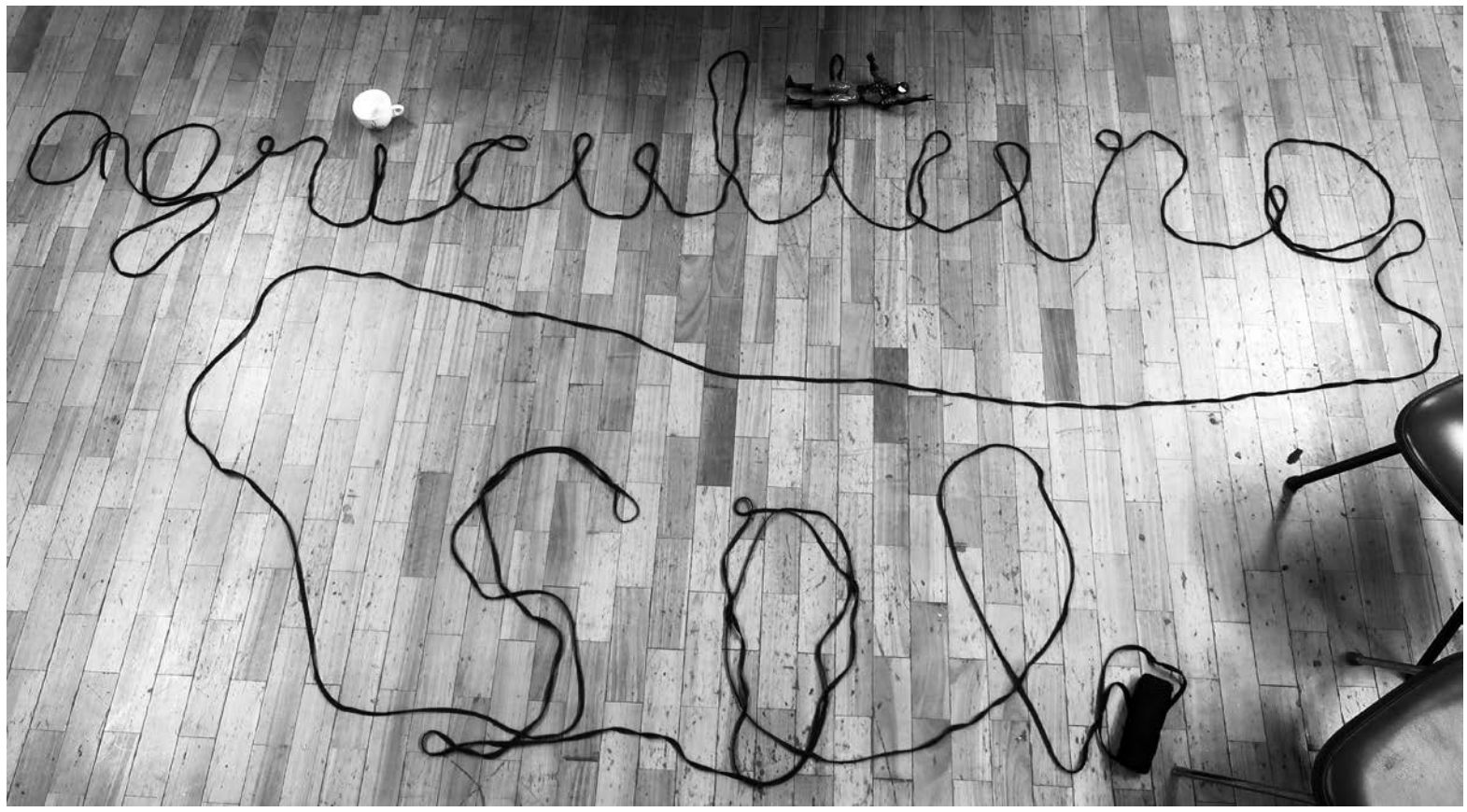
Fartos de serem esmagados pelas práticas predadoras dos entrepostos e dos capatazes de serviço, uma das características transversais aos grupos de consumo e produção reunidos na assembleia de Gaia é a «relação de escala humana» e a ausência de intermediários no processo de distribuição.

Em comum, todos assentam a sua base de funcionamento num conjunto de consumidores que apoia directamente um ou mais produtores, estabelecendo uma relação de compromisso durante um período de tempo determinado (normalmente de três a seis meses). Ao longo de cada ciclo, os agricultores comprometem-se a fornecer alimentos de qualidade a um preço justo e nas condições acordadas, e os consumidores comprometem-se a manter a subscrição de uma época – pagando, na maioria dos casos, a totalidade (ou grande parte) da oferta no início de cada ciclo, cobrindo assim à cabeça os custos de produção, assegurando o escoamento dos alimentos e partilhando os riscos, responsabilidades e benefícios dos modos de produção agroecológicos e biológicos, a manutenção da paisagem rural, a preservação de variedades regionais e o respeito pelos ritmos e sazonalidade da Natureza.

A própria terminologia dos «consumidores», enquanto seres passivos (e, já agora, dos «cabazes» enquanto mercadoria) é questionada ao longo do debate. Com um dos discursos mais politizados à volta da mesa de *ping-pong* que serviu de centro para a assembleia, Alfredo Sendim, de Montemor-o-Novo, introduz o

termo dos «co-produtores» para descrever o envolvimento de quem participa na cooperativa integral do Freixo-do-Meio, avançando um novo modelo sócio-económico de produção e consumo agroecológico. São já 100 famílias que se alimentam a partir daquele montado alentejano, somando quase metade do total de membros ligados aos sete grupos de consumo presentes – que serão ao todo mais de 200.

Uns revêm-se no termo francófono das AMAP – *Associations pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne* (mais a Norte, as AMAPs do Porto, Gaia, Matosinhos, Guimarães e Famalicão), outros adoptam a sigla anglófona das CSA – *Community-Supported Agriculture* (como a CSA Partilhar as Colheitas, do Freixo-do-Meio). Outros nem um nem outra – é o caso do Cabaz da Horta, em Odemira, que é na verdade o mais antigo promotor conhecido do conceito das AMAP em Portugal (desde 2003/2004). Terá sido esta diversidade de designações que impediu o consenso para o baptismo da rede em tempo útil, mesmo se o parto é já facto consumado. A decisão do nome foi adiada para reunião posterior. Em amena cavaqueira ao final do dia, com um prato de doce de maçã cozida na mão, um dos consumidores sugeriu a sigla RACMIM para nomear a inominável Rede dos Agricultores Conscientes que Mandaram os Intermediários à Merda.



Apela-se a um papel activo e fundamental: ganharmos de novo controlo sobre aquilo que comemos.

Esqueçam a moda do biológico, nós queremos o agroecológico

«Não se pode falar de alimentação saudável enquanto produzida de forma perturbadora do funcionamento dos ecossistemas», lê-se na Carta de Princípios das AMAP, sobre o primeiro de três princípios basilares que orientam o funcionamento destes grupos de consumo em Portugal – o da agroecologia (abordámos os dois outros princípios nos pontos anteriores: o alimento como bem-comum e a relação de escala humana).

A maioria dos 17 produtores que integra a rede detém certificados de produção biológica – e, no caso dos produtores de Vizela, Susana Gouveia e Paulo Peixoto, da Quinta de Silvares, decorre um processo de conversão para modos de produção em agricultura biodinâmica. O grupo em geral mostra-se no entanto ciente de que o carimbo do «bio», um tanto tecnocrático, para além de já ter sido cooptado pelo marketing ao serviço do capital, nem sempre é garantia de que os cuidados com o solo, as águas e com os recursos em geral estão a ser respeitados.

Entra aqui a certificação por pares, ou participada, como uma possibilidade futura – mesmo que ainda distante – para os trabalhos da rede. A ideia é trazida ao debate por uma das mobilizadoras da assembleia constituinte, Liliana Pinto – produtora de fruta, leguminosas e transformados em Castelo de Paiva – que participou no IV Encontro Europeu das AMAP, organizado pela rede internacional Urgenci, em Novembro, em Tessalónica na Grécia, graças à solidariedade entre produtores e consumidores que entraram na vaquinha para as despesas. De lá trouxe importantes perspectivas sobre a almejada alternativa que «vai muito além da certificação bio». «Mas antes», diz, «há outras prioridades em Portugal» que passam por «difundir o conceito das AMAP e preparar agricultores para este registo de proximidade».

O caminho é longo e faz-se caminhando

Em Portugal, a primeira tentativa de promoção e disseminação do conceito AMAP surgiu em 2003 com o projecto Re.Ci.Pro.Co (Relação de Cidadania entre Produtores e Consumidores), a partir de experiências como o Cabaz da Horta, que ainda hoje resiste em Odemira. A iniciativa fora então proposta através da organização INDE, por Samuel Thirion – francês radicado em Odemira e um dos fundadores da rede europeia Urgenci, que esteve também presente na assembleia de Gaia, onde apresentou o histórico da tentativa de criação da Rede Portuguesa das AMAP.

O processo mais antigo está documentado na tese de mestrado de Aurora Soria, intitulada «Aproximações à Agroecologia em Portugal» (2016), onde esta explica que a intenção da rede naquela época era «sistematizar as experiências piloto bem sucedidas, reflectir sobre o potencial do conceito e metodologias e difundi-lo, possibilitando a sua experimentação pelos grupos de acção local». A tentativa no entanto não conseguiu obter os resultados esperados e acabou por resvalar pela mão de alguns integrantes da rede original, naquilo que hoje se conhece como PROVE (Promover e Vender), líder institucional no mercado dos «circuitos curtos» em Portugal, mas com muito pouco ou nada dos princípios basilares até agora falados.

Quinze anos depois, quando assistimos a uma apropriação dos chavões do «bio» e da «proximidade» pelas grandes cadeias de retalho, quando vemos a monstruosidade dos modos de produção superintensivos a serem premiados e a vida camponesa cada vez mais humilhada, torna-se urgente posicionar estes grupos de consumo e produção do lado certo da barricada.

«Good enough for now, safe enough to try»

Nasce assim a rede inominada, para mostrar também que o próprio processo – que se quer colectivo, horizontal, inclusivo, solidário – é já uma tomada de posição face às ameaças que espreitam no mercado.

Escrita em letras garrafais, num painel virado para a mesa da Assembleia durante o momento de debate e tomadas de decisão, a velha máxima da sociocracia «para já, está bom – é seguro, vamos tentar» serviu de guia para o grupo conseguir chegar a acordos e decisões concretas para o funcionamento da rede, reunindo o consenso dos co-produtores presentes. Entre eles a aprovação da Carta de Princípios que serve como linha de orientação para o funcionamento dos grupos, a decisão pela estrutura informal (sem figura legal) e pela autonomia financeira, e a definição dos grupos AMAP/CSA enquanto membros efetivos, representados cada um deles por um produtor e um co-produtor, com direito a dois votos em Assembleia Geral. Outras pessoas e entidades poderão também associar-se e apoiar o movimento mas sem direito a voto. Constituiu-se também uma equipa dinamizadora (rotativa e temporária) composta por sete elementos, representando cada um dos sete grupos fundadores.

Nos sonhos de mobilização, a serem aprovados em futura assembleia, fala-se em colectivizar soluções para as dificuldades comuns a todos os agricultores das AMAP/CSA. Com o lançamento da rede, pretende-se acima de tudo difundir o conceito e alavancar formas mais justas e solidárias de produção e consumo agroalimentar: que todos nós que comemos conheçamos quem produz, como o faz e o que acontece com os excedentes. Os passos já estão a ser dados – havemos até de dar-lhe um nome.

Pão, Pizzas, Punks e Putos

Um Moinho entre o campo e a cidade

Algures entre Espinho e Silvalde, entre a floresta e a autoestrada, entre o campo e a cidade, entre mudar o mundo e mudar o seu mundo - está o Moinho. Habitado por um grupo de amigos desde 2010, tornou-se «o epicentro de descobertas onde se faz ode a um modo de vida sustentável, partilhada e construída ativamente».

FRANCISCO COLAÇO PEDRO
FRANCISCOCOLACOPEDRO@GMAIL.COM
FOTOS **JAN SLANGEN**

Aproximamo-nos por um carreiro entre ervas daninhas, ao som duma enxada e duma bateria. Os ramos da figueira obrigam a uma vénia. Passamos hortas e tralhas. E chegamos à velha casa, junto à ribeira de Silvalde. Foi usada como moinho até ao início dos anos 90. Faz quase nove anos que giram agora outras mós e se vão desfazendo ideias como a propriedade, o lucro, o individualismo e a família nuclear. À porta, uma carcaça de televisor serve de casota: «televicão». Entramos, fazemos um chá e sentamo-nos à mesa com três das moradoras.

«Chamámos-lhe um sítio de experimentação», conta Cinthia. As palavras podem soar vagas e não há uma definição coletiva deste projeto «rurbano» (entre o rural e urbano): o Moinho é algo diferente para cada uma que o habita. «Nenhum de nós quer trabalhar 40 horas semanais para um patrão, por dinheiro. Então organizamo-nos em conjunto para isso ser viável».

Desde há quase uma década, recuperam ruínas e constroem casas com materiais naturais e recuperados. Trabalham a horta. Fabricam cerveja, sumos e concentrados. Compõem música. Educam crianças.

O Moinho tem sido ninho de projetos mais ou menos efémeros. Um deles começou por se chamar Pão Rebelde: distribuía em projetos amigos no Porto, ou pela vizinhança, de bicicleta, pão cozido no forno a lenha, amassado à mão. Outro, Maria Moinho, quer levar «a magia do forno a lenha pelo mundo fora», propondo pão, pizzas, bolos e alimentação diversa em eventos e festivais. Também daqui saíram da casca projetos musicais, como as Panelas Depressão.

«Viemos de um certo ambiente que estava a acontecer no Porto e no país: a Es.Col.A da Fontinha, o movimento contra a cimeira da NATO, a Casa Viva, o Musas, o GAIA Porto... A afinidade e cumplicidade surgiu nesses contextos de ativismo, da música punk... E fez gostarmos uns dos outros», recorda T.

«É o mais importante, e é por isso que a gente ainda se atura», brinca Cinthia. «E crescemos uns com os outros».

Neste momento são quinze pessoas, três delas crianças. Há ainda três cães, um gato e quatro galinhas. Põem em comum os recursos, o espaço, a economia.

«É sobretudo nisto que este espaço é ativista: em vez de uma vida individualista, de uma família nuclear, conseguir ter outras formas de viver juntos e pensar o quotidiano. Aprendemos a conviver, a respeitar a diferença. Tudo o que vou aprendendo aqui ajuda-me e dá-me muitas ferramentas lá fora». Eva é mãe de uma criança de três anos e é palhaça - «o meu trabalho é a minha arma de intervenção social, a que me dedico militantemente». «O facto de não estar sozinha a educar apazigua-me. Ouço uma criança chorar, mas fico tranquila porque sei que alguém vai lá. E para as crianças é uma oportunidade de viver com diferentes maneiras de fazer, de falar, de educar».

Não há no Moinho uma visão militante comum. «Isso dá espaço para integrar várias coisas», diz Eva. Pontualmente, o espaço acolhe os eventos mais diversos: jornadas de medicina alternativa, bicicletada anti-fracking, festa das crianças, retiro de palhaços…

«Não há aqui propriedade, não há chefes, não há dinheiro», diz T. «E o não haver alguém que compra facilita muito a relação entre nós. É o mesmo que acontece em okupações».

Vivem aqui em troca de uma renda acessível e de um contrato renovado ano a ano. «Sabemos que podemos ficar aqui um ano, ou 5, ou 20. Não há o "isto é meu e vai ser para os meus filhos". E não é isso que nos separa». Para já vão 9 e, ao contrário do que se poderia pensar, é justamente essa dimensão temporária que as anima e lhes permite fazer tanto. «Tira um peso, de ter de chegar a um resultado. Dá uma liberdade muito grande».

Como acontece em muitas okupações, há aqui uma sensação permanente de trabalhos em curso. «Um de nós podia ter dinheiro, comprar os materiais todos e acabar isto ou aquilo. Mas é o princípio da reciclagem e da reutilização de materiais que nos move», conta Eva. Não deixam de visualizar e sonhar, mas a realidade do Moinho é: «vamos indo e vamos vendo».

Todos os anos, convidam toda a gente a vir festejar os aniversários, que parecem só ter uma coisa em comum: ser sempre diferentes e nunca na mesma data. E as pizzadas, que se «tornaram tradição, a marca da casa», diz Cinthia. «É uma necessidade de festejar o ano que passou. É uma cena intergeracional: há mais crianças e também mais avós, há casais da idade dos nossos pais, há as vizinhas... A programação vai desde punk a oficinas para crianças, tudo misturado».

«Mais do que oferecer grandes bandas ou cursos incríveis, é um espaço onde as pessoas se sentem em casa. Que não está cheio de regras. E podem estar, tocar música, ajudar na cozinha…», observa Eva. Todas as atividades são a preço livre, sem fins lucrativos. «E o pessoal sente isso, que há uma outra proposta. E relaxam, ao nível da exigência. E vão procurando: "O que é que eu vou levar daqui, o que é que posso também dar em troca? Também quero ajudar". Não é só um ato de consumo».

«DIFÍCIL NÃO É FAZER UM TELHADO, É FAZÊ-LO JUNTOS»

Em abril de 2010 havia uma casa, há anos abandonada, que espreitava dum enorme silvado. E havia três amigos, com necessidades diferentes: uma casa para viver, um atelier para criar, um sítio para conviver e fazer música.

O primeiro inverno e primavera foram passados a reparar o telhado e isolar a casa do frio e da chuva. E o processo esteve longe de ser fácil. «Estávamos a aprender a fazer. E estávamos a aprender a fazer

em conjunto. E quase sem ferramentas: era muito *freegan*, tentando não usar dinheiro e improvisar sobre o que tínhamos no momento», lembra T. «Vínhamos de um grupo de amigos alargado. Não era uma coisa clara: "vamos fazer um coletivo"».

«Uma vez estávamos aqui e o pessoal começou todo a dar bitaites: "Não! É assim que se faz!" E eu, que estava cá em baixo, a dar a massa: "Pessoal, descer do telhado! Vamos reunir!" As reuniões eram de urgência», recorda Cinthia.

«Havia muitos conflitos e problemas de ego, e dificuldade em ter ferramentas - sobretudo humanas. Para saber conversar, saber tomar decisões juntos», lembra Eva. «Isso também se aprende. Não é garantido na nossa sociedade, na nossa educação: estamos muito habituados a fazer o que nos mandam ou a querer mandar fazer».

O projeto deu um salto, no espaço e no humano, no potencial de fazer coisas juntos, na primeira primavera, com a chegada de pessoas para ficar e viver, para apropriar-se dele como casa e sítio de experimentação.

O segundo salto aconteceu com o nascimento das crianças. «Trouxe uma urgência. Construir casas fora da casa comum, tornar o sítio mais agradável, organizar e agilizar as compras, a cozinha, a limpeza», diz Cinthia, mãe de duas crianças. «Elas trouxeram outro tipo de energia e de relação entre as pessoas. Uma criança está, é pura, faz erros, faz merda. A gente aprende a comunicar, e a pedir a comunicação delas. A respeitar a sua liberdade, mas ao mesmo tempo dizer "Não. Estamos juntos, precisamos de nos ouvir". Pedir: "não grites com os outros". E isso tem efeito em nós, relembramos que queremos praticar isso na vida. É um processo maravilhoso».

«NINGUÉM O CONHECIA!»

Desde o começo que o Moinho é marcado pela passagem quase frenética de pessoas - e se alimenta dela. «É uma base nómada», diz T. «Já ficaram aqui centenas e centenas de pessoas: uns dias, uma semana, dois meses…».

«Eu tinha viajado e o sedentarizar não foi fácil», conta Cinthia. «Quero enraizar aqui, mas quero que este espaço traga pessoas de vários sítios, de vários projetos, que se encontrem e façam coisas juntas. E aprender com estas experiências. Eu já não ia ver o mundo, mas gostava que o mundo viesse até mim».

«Estiveram aqui pessoas que ensinaram bué. Vêm partilhar as suas ferramentas, os seus saberes. E este sítio já ensinou e inspirou muita gente. Uma troca», explica Eva.

Naturalmente, a curiosidade, a disponibilidade e o entusiasmo no acolhimento não é sempre o mesmo. «E nem tudo foi rosas, já se mandaram pessoas embora. Aprendemos sempre com as experiências mais difíceis».

«Nós próprios estamos todos a andar dum lado para outro», acrescenta T. «É isso também que mantém o Moinho. Irmos buscar ideias a outros sítios, crescermos fora daqui».

«Há poucos espaços assim, tão aleatoriamente abertos, em que chega gente aí de mochila "olha posso ficar aí?", e ficam um mês. Tipo ele - ninguém o conhecia!». Ydriss, jovem viajante da ilha da Reunião, as rastas envoltas num lenço, olha-nos, sorri e prossegue calmamente a confeção do almoço comunitário. «E bem-vindo!».

«Sinto que é uma cena quase intocável», observa Eva, «como não termos televisão».

«Ó DONA LEONILDE, EU SOU DE ESMORIZ!»

«São pobres mas são felizes», era a expressão que Cinthia ouvia ao distribuir pão na vizinhança. «As imagens sobre nós vão mudando ao longo do tempo. No início era "hippies", "drogados". Agora até devem romantizar».

«Vejo claramente um impacto de a gente cá estar. É bom de se sentir», diz. «Quando chegámos, havia vizinhos cá na rua que não se falavam. E pelo facto de estarmos aqui já começaram a falar».

«Há uma crise à nossa volta. Muitos são idosos e os filhos deles com problemas. A maior parte está triste a trabalhar numa fábrica, ou desempregado, ou alcoólico», observa T. «Apesar de sermos "uns freaks", que "não vão trabalhar", vêem que somos responsáveis, estamos sempre a rir, damo-nos bem».

«Muitas nunca tinham visto pessoas doutros países. Não viajaram. Foram até Gaia, ou uma vez a Lisboa», diz Eva, que recorda em gargalhadas: «Eu usava o cabelo envolto num lenço. Um dia a vizinha viu-me ali com o *rocket stove* e disse "ah, no teu país fazem assim". Ela pensava que eu era romena. E eu disse, "ó Dona Leonilde, eu sou de Esmoriz!"». «Nós éramos de Paramos, a aldeia ao lado», acrescenta Cinthia. «Eles foram percebendo que dá para conviver, pessoal de Paramos com pessoal estrangeiro. Muitos preconceitos foram-se desmontando».

Faz quase nove anos que giram agora outras mós e se vão desfazendo ideias como a propriedade, o lucro, o individualismo e a família nuclear.

«Ao início íamos muito porta a porta, na tentativa de trazer as pessoas cá. E fomos percebendo que as coisas aconteciam mais espontaneamente. Aquilo que eu idealizava como envolvimento comunitário dos vizinhos, que participassem do espaço, viessem para a horta ou fazer o pão... não aconteceu. Foi mais suave, subtil e mais interno o que isso».

Para Eva, viver no Moinho tem sido justamente «ir aprendendo a abdicar das ideias formatadas, do que queríamos que acontecesse. Aprender a aceitar. A olhar para os outros e para o que está realmente a acontecer».

E se um dia a câmara municipal quiser concretizar o plano que data dos anos 80 - expropriar todo o vale e fazer um «corredor verde» - dizem ter hoje uma rede muito mais forte do que pode parecer. Cinthia nem conhecia a vizinha que há tempos lhe disse: «Ó menina, não vos preocupais, vocês já fazem aqui parte do vale. Já foram adotados pela comunidade».

Toda a gente gosta de CU

A vontade é antiga e este ano ganha forma: criar uma rede de ajuda-mútua entre projetos coletivos que estão a acontecer por todo o norte do país. Do Rés da Rua, no centro Porto, ao Cimo da Vila, em Celorico de Basto, à aldeia de Landeira em S. Pedro do Sul… Todos bem diferentes, todos com características e desafios comuns. A inspiração vem das ajudadas nas aldeias ocupadas nos Pirinéus espanhóis. Por exemplo: todos os anos juntam gente e máquinas de todas as aldeias para ir de sítio em sítio, e num par de semanas fazer a lenha para todo o inverno, para todos.

«Pensamos não só em ajuda prática, para construir casas ou trabalhar a terra, mas também numa rede de apoio. Partilhar experiências e ferramentas de cada lugar, por exemplo, como é que a gente gere conflitos», explica Cinthia.

O nome provisório é «CU - Coletivos Unidos», e vai servindo para piadas e títulos sensacionalistas. O primeiro encontro está marcado para 25 a 27 de maio, na Quinta da Enterranha, projeto comunitário no concelho de Sátão.

Notas sobre Biopolítica H+

Do imperialismo da dívida à apropriação da dádiva, ou da biotecnologia ao mercado--guerra neoliberal

PARTE IV

κοινωνία
ILUSTRAÇÃO **TIDI**

… the contemporary form of capitalist accumulation is one in which
the permanently nascent dynamic of financial capital attempts to materialize itself, in extremis, in the self-regenerative, embryoid bodies of stem cell science. What Marx referred to as the «automatic fetish» of financial capital
here attempts to engender itself as a body in permanent embryogenesis.

Melinda Cooper,
Life as Surplus

Em 1973 saiu o relatório *The Limits to Growth*, do chamado Clube de Roma, um grupo de investigadores do *Massachusetts Institute of Technology*. Este estudo, encarando como sinónimo de «crescimento» a produção industrial, apontou para os limites geoquímicos perante os quais, até 2100, se devia esbater o funcionamento da nossa sociedade. Baseando-se na simulação computorizada da interação de vários parâmetros, entre os quais o consumo das reservas energéticas, a poluição dos ecossistemas e o crescimento demográfico, a equipa coordenada por D. H. Meadows chegou à conclusão de que «a terra é finita» e que, portanto, para sustentar a vida, o regime económico devia respeitar os equilíbrios ecológicos e biológicos. Vinte anos depois, um estudo parecido, da mesma equipa, apontou para os mesmos resultados: daí o apelo para substituir a tendência para o crescimento exponencial como um estado estacionário (*steady-state*), sublinhando-se ainda que o mais insidioso na ideologia do crescimento exponencial é o facto de este abreviar o tempo disponível para intervir politicamente. Os efeitos políticos do relatório de 73 foram, por um lado, uma inédita legislação à volta de assuntos ambientais - desde a proibição de pesticidas até à introdução de leis anti-poluição e o estabelecimento da *Environmental Protection Agency* (EPA), e, por outro lado, a reacção da nova direita, representada por Daniel Bell que acusou a equipa de ter trabalhado no interior de um modelo teórico comparável a um «sistema fechado», incapaz de ter em conta a «mudança qualitativa». A nova direita, a começar então, puxou para uma transformação da economia estadunidense com vista a assegurar o seu domínio mundial, uma reestruturação em sentido pós-industrial que, alicerçada na criatividade humana e na inovação tecnocientífica, teria continuamente ultrapassado as fronteiras do conhecido. Contra a cosmovisão de tipo termodinâmico proposta pelo Clube de Roma, os teóricos neoliberais idealizaram uma cosmologia dos sistemas complexos, sistemas abertos em que a temporalidade vital da criação, imanente à matéria e às suas formas transeuntes, seria de encarar como ilimitada…

Naquela altura, era de facto preciso responder ao pico do preço do petróleo, que tinha alcançado máximos históricos no fim dos anos 60, e à consequente crise financeira e dos rendimentos que tinha estourado nos E.U.A. durante os anos 70 e que teve um impacto particular em toda a arena da produção química, que se estendia desde aos plásticos, tecidos e mercadorias agrícolas, como fertilizantes e herbicidas – o material da indústria e da monocultura em massa fordista –, até à indústria farmacêutica. Houve ainda o despertar das denúncias a respeito de questões ambientais. A microbiologia e a química orgânica, protegidas por patentes químicas, haviam alimentado o *boom* pós-Segunda Guerra Mundial na inovação de drogas. Mas, no final da década de 70, os genéricos começaram a inundar o mercado. Foi em grande parte por iniciativa dessas indústrias, segundo a reconstrução de Cooper, que a biotecnologia nascera como empreendimento comercial.

Foi em 1973, pela primeira vez, que S. Cohen e H. Boyer desenvolveram um plasmídeo recombinante (pSC101) que, após usado como vector, se replicou com sucesso dentro de um hospedeiro bacteriano. A invenção do ADN recombinante (r-ADN), a técnica que é creditada por ter iniciado a revolução da engenharia genética, confere uma característica marcante às nascituras ciências da vida – eis a sua tendência a desafiar os limites estabelecidos pelo paradigma weismanniano--mendeliano e pelo modo industrial de reprodução biológica estandardizada. Na prática, o r--ADN, ou a bioengenharia, é um método que permite aos biólogos generalizar para toda a vida orgânica os processos de recombinação bacteriana. As bactérias são capazes de trocar elementos móveis de informação genética entre eles e são esses vectores que a biologia sintética explora para criar organismos quiméricos. Assim, enquanto os métodos tradicionais de produção e reprodução biológica estão limitados pela regra da compatibilidade sexual e da transmissão vertical da informação genética, o r-ADN constituiu a primeira tentativa de mobilizar os processos transversais de recombinação, e os processos reprodutivos específicos das bactérias, como modo de gerar formas de vida excedentes. O r-ADN permite aos biólogos moverem sequências de informação genética através das fronteiras de

espécies e géneros, transferindo ADN de plantas e animais para bactérias e vice-versa. Por isso, o r-ADN é uma técnica que se presta às exigências específicas da produção pós-fordista – flexibilidade e velocidade de mudança – sendo porventura o ícone paradigmático do processo de de-estandardização impingido pela biopolítica **H+**...

Outros cientistas ambientais vão ainda mais longe, recomendando a adoção de estratégias para incorporar o crescimento biológico na própria infraestrutura de produção. No seu trabalho, enormemente popular, *Natural Capitalism* (1999), Paul Hawken, Amory Lovins e L. Hunter Lovins descreveram a sua visão de um futuro económico em que a habilidade específica de a vida se auto-regenerar e de transformar «detritos numa nova vida» seria mobilizada como meio para a superação dos resíduos da produção industrial. A lógica a funcionar aqui era já evidente nos primeiros dias da biotecnologia recombinante, onde todos os tipos de tentativas foram feitas para biologizar a produção petroquímica e farmacêutica: desde o uso de microrganismos modificados para fabricar substâncias químicas até fábricas farmacêuticas de mamíferos, projetados para expressar proteínas humanas medicamente úteis em seu leite ou sangue; desde a produção vegetal de plásticos até à bioremediação (uso de microrganismos modificados para limpeza de derrames de óleo e conversão de resíduos tóxicos). O *Natural Capitalism*, no entanto, prevê um futuro em que esses exemplos específicos de bioprodução fazem parte de uma bioeconomia generalizada, em que «a *biomimicry* (...) informa não apenas o *design* de processos de fabricação específicos, mas também a estrutura e função de toda a economia». Aqui, as ideias da teoria da biosfera e da hipótese de Gaia, que James Lovelock propôs enquanto trabalhava na NASA, juntam-se com os imperativos do crescimento para sugerir que a bioeconomia nos levará além de todos os limites, transformando até os estragos industriais numa fonte de mais-valia. Como os autores do *Natural Capitalism* colocam sucintamente, a «palavra [recurso] vem do latim *resurgere*, ressurgir». Contudo, responde Cooper, a produção voluntária de resíduos é um imperativo capitalista comum às eras industriais e pós-industriais. A diferença reside apenas nas suas temporalidades: enquanto a produção industrial esgota as reservas da Terra da vida orgânica passada (combustíveis fósseis baseados em carbono), a bioprodução pós-industrial precisa despotenciar as possibilidades futuras da vida, mesmo que as mobilize para o trabalho. Esta contra-lógica talvez seja mais visível no uso de tecnologias patenteadas de esterilização, onde a capacidade de reprodução de uma planta é mobilizada como fonte de trabalho e para tal deliberadamente truncada, garantindo assim que ela não mais se reproduza «gratuitamente». Mas também é endémico – enfatiza Cooper – de toda a bioprodução capitalista.

A habilidade específica de a vida se auto-regenerar e de transformar «detritos numa nova vida» seria mobilizada como meio para a superação dos resíduos da produção industrial.

O que a biologia molecular compartilhava com a filosofia política da saúde pública do século XX era a crença de que a evolução futura da vida poderia ser predita e controlada. Esta utopia de um termo estacionário, de um ideal normativo, está sendo questionada cada vez mais, no entanto, com a pesquisa recente a apontar para os possíveis vínculos entre o ressurgimento de doenças infecciosas e o uso de tecnologias de r-ADN. À medida que a extensão total da transferência horizontal vem à luz, os biólogos têm começado a sugerir que não podemos mobilizar esses vetores de comunicação sem provocar e até acelerar o surgimento de todos os tipos de contra-resistência[1]. A produção de formas de vida «transgénicas», afinal, vai à boleia dos mesmos vetores de comunicação que são responsáveis pela resistência – vírus, transposões (elementos genéticos móveis) e plasmídeos (elementos genéticos extra-cromossómicos) – enquanto esses vetores são rotineiramente modificados para torná-los ainda mais propensos a circular e a recombinar-se. A saúde pública é convocada num estado de alerta permanente em que o discurso sobre doenças infecciosas ressoa com a política externa dos E.U.A. e com as relações internacionais baseadas nas «ameaças emergentes» que definiriam a era da Guerra pós-Guerra Fria. Sob a bandeira da nova agenda dos serviços secretos (muitas vezes com o apoio acrítico de ONGs e organizações humanitárias), o alcance da segurança nacional dever-se-ia estender para além da esfera militar convencional até incluir a «vida em si». Em questão, aqui, está a securitização da vida humana (daí o estranho conceito de «guerra humanitária»), com a defesa dos E.U.A. querendo incorporar toda a vida, desde o nível micro- ao nível ecossistémico, na sua estratégia[2]. A segurança nacional requer uma estratégia comum para enfrentar tanto as epidemias emergentes quanto o bioterrorismo. Eis quanto promete um relatório da CIA que em 2000 classificou a emergente «doença infecciosa global» como uma ameaça não convencional comparável ao novo terrorismo. Consequentemente, em 2002, o Congresso dos E.U.A. aprovou a lei *Public Health Security and Bioterrorism Preparedness and Response Act*, descrevendo as mesmas medidas de emergência para ataques bioterroristas e epidemias. Em 2003, o Pentágono publicou um relatório exortando o governo dos E.U.A. não só a despertar para a iminente ameaça das mudanças climáticas (assumindo-as agora como intimamente relacionadas com o ressurgimento de doenças infecciosas), mas também a tratá-las como uma ameaça à segurança nacional. Imperialismo económico, catástrofes humanitárias e conflitos militares, eis os eixos do campo de forças emanado pela biopolítica H+ do antropoceno. A evolução futura da vida, advertia o relatório, seria definida pela guerra permanente[3]. A nova estratégia, que tem ganhado forma durante os anos 90, tende a fundir guerra com intervenção humanitária, e crise de saúde pública com emergências militares. A Guerra pós-Guerra Fria não se encontraria em declarações formais entre estados soberanos, mas sim na irrupção das chamadas «emergências complexas» – de origem natural ou humana –, desastres caracterizados pela implosão do estado e pelo colapso das infraestruturas públicas essenciais (saneamento, água, energia e provisões alimentares), assim como a eclosão de doenças infecciosas[4]. Cooper escolhe o exemplo da SIDA e do *Pharmauceutical Empire*, caso no qual os E.U.A. têm feito os maiores esforços para «prevenir» que o governo da África do Sul designasse a epidemia em curso como um estado de emergência, dissuadindo-o assim de reivindicar a aplicação do Art. 31 da *World Trade Organization*, que autoriza o uso de medicamentos patenteados «em caso de emergência nacional ou outras circunstâncias de extrema urgência». 41 empresas farmacêuticas, com o suporte dos E.U.A. e de vários governos europeus, processaram a República da África do Sul pelo seu *African Medicines Act,* de 1997, que garantia ao ministro da saúde o acesso aos medicamentos por vias paralelas. A grande preocupação das farmacêuticas foi não deixar espalhar o vírus da violação dos direitos de propriedade, e sua potencial influência no surgir de um questionamento sobre os preços exorbitantes impostos no «interior» do seu mercado mais lucrativo – os E.U.A. Assim se vai determinando o preço da vida no mercado-guerra neoliberal, em que a macropolítica da dívida molda a micropolítica dos corpos, uma geografia humana cujas fronteiras são fractais, sem interior nem exterior, sendo desenhadas pelos corpos migrantes, pelo labor, pelo género, pelos contágios...

Enquanto a produção industrial esgota as reservas da Terra da vida orgânica passada (combustíveis fósseis baseados em carbono), a bioprodução pós-industrial precisa despotenciar as possibilidades futuras da vida, mesmo que as mobilize para o trabalho.

NOTAS

1 M.-W. Ho, *Genetic Engineering: Dream or Nightmare?*, Dublin: Gateway, 1999.

2 C. Chyba, *Biological Terrorism, Emerging Diseases, and National Security*, New York: Rockefeller Brothers Fund, 1998; *Conflict and Contagion: Health as a Global Security Challenge*, Washington, D.C.: CBACI / CSIS, 2000; "Toward Biological Security", Foreign Affairs 81, 2002, no. 3:122-36.

3 P. Schwartz, D. Randal. 2003. "An Abrupt Climate Change Scenario and Its Implications for United States National Security." Available online at http : / /www. gbn. com /ArticleDisplay Servlet. srv?aid=262 31 (accessed March 2006).

4 AS. Natsios, *U.S. Foreign Policy and the Four Horsemen of the Apocalypse: Humanitarian Relief in Complex Emergencies. With foreword by George Bush*, Westport, Conn., Praeger, 1997.

Os bons e os maus vírus da febre amarela

JORGE VALADAS
JOVALAD@CLUB-INTERNET.FR
IMAGENS: **CATARINA LEAL**

1.

É difícil dizer qual foi a gota de água que fez transbordar o copo da fúria social em França. Terá sido o anúncio dos sumptuosos trabalhos de renovação do palácio do Eliseu, o tom arrogante do presidente, ou, finalmente, o aumento de alguns cêntimos do preço do litro de gaasóleo? Tudo ao mesmo tempo, certamente. O copo estava quase cheio, mas os poderosos pensavam poder continuar a enchê-lo ainda por mais tempo. De súbito, as classes exploradas saíram da sombra, vestindo-se de amarelo fosforescente para se tornarem visíveis num sistema onde se tinham tornado invisíveis. E foi uma explosão de raivas e de frustrações acumuladas há anos, anos de greves perdidas, de movimentos esmagados, de resignações mal vividas, de direitos anulados, de uma lenta e contínua descida para o empobrecimento. Anos em que apenas se tenta sobreviver, enquanto a riqueza cresce e se ostenta e o bem-estar dos ricos empurra os pobres e os desvalidos para as margens da sociedade, em que tudo caminha no mesmo sentido: os salários baixam, os empregos tornam-se precários, as pensões de reforma são reduzidas, os serviços públicos degradam-se ou desaparecem, as magras prestações sociais (habitação, crianças) sofrem cortes, a gentrificação das grandes cidades força a mudança da massa dos trabalhadores para desertos periurbanos abandonados pelos transportes públicos.

É nas regiões e nos territórios em que os serviços públicos são mais deficientes que a dita mobilização se revela mais forte e mais determinada. E não é preciso ser especialista para perceber que, se não há transportes públicos, o carro se torna um instrumento indispensável para procurar qualquer trabalho, para aceder ao hospital mais próximo ainda aberto, para comparecer a uma convocatória da segurança social, para ir ao correio ou para levar os miúdos à escola. Assim, a ligação deste consumo de gasóleo a uma responsabilidade da destruição do planeta é sentida como mais uma agressão a um corpo já muito debilitado. A utilização de classe da fiscalidade é assim posta a nu: os trabalhadores pagam cada vez mais, enquanto obtêm menos retornos sob a forma de serviços públicos. Assim, por via da crítica do crescimento vertiginoso das desigualdades, chegamos à questão social.

Uma outra gota que também contou muito foi a da supressão do imposto sobre as grandes fortunas (ISF), primeira medida emblemática do jovem banqueiro de negócios presidente, base do seu compromisso com a classe capitalista.

Assiste-se então a algo completamente novo. Os cafés, restaurantes e hotéis de luxo tornam-se os alvos principais, sendo atacados e saqueados. Nas ruas dos bairros chiques, incendeiam-se ostensivamente os carros de gama alta. A revolta passa a ser dirigida contra a riqueza, contra a arrogância do luxo.

Este imposto, que já havia sido reduzido anteriormente à expressão mais simples, foi eliminado na sua totalidade. Esta medida foi aprovada ao abrigo de uma das ideias da propaganda neoliberal: quanto mais ricos forem os ricos, mais farão trabalhar os pobres. A isto, a experiência popular responde: quanto mais a riqueza se acumula, mais a pobreza de espalha.

2.

E depois, bruscamente, os «Coletes Amarelos» (CA)! Grupos bloqueiam as estradas, as portagens das auto-estradas, as entradas das cidades e das vilas, as rotundas, o acesso aos centros comerciais. Manifestantes concentram-se e desfilam, tentando aproximar-se das prefeituras, edifícios públicos, repartições de finanças. Em pouco tempo, o aumento do preço do gasóleo passa à história, as reivindicações alargam-se, cada vez mais centradas na desigualdade social. São os primeiros sinais de uma fúria contra as classes possidentes e contra o Estado, fúria esta que é acompanhada de uma profunda rejeição da classe política no seu conjunto, conducente a uma crítica das formas de representação.

Neste primeiro tempo da revolta, as análises a quente procuram, como é natural, referências na experiência histó-

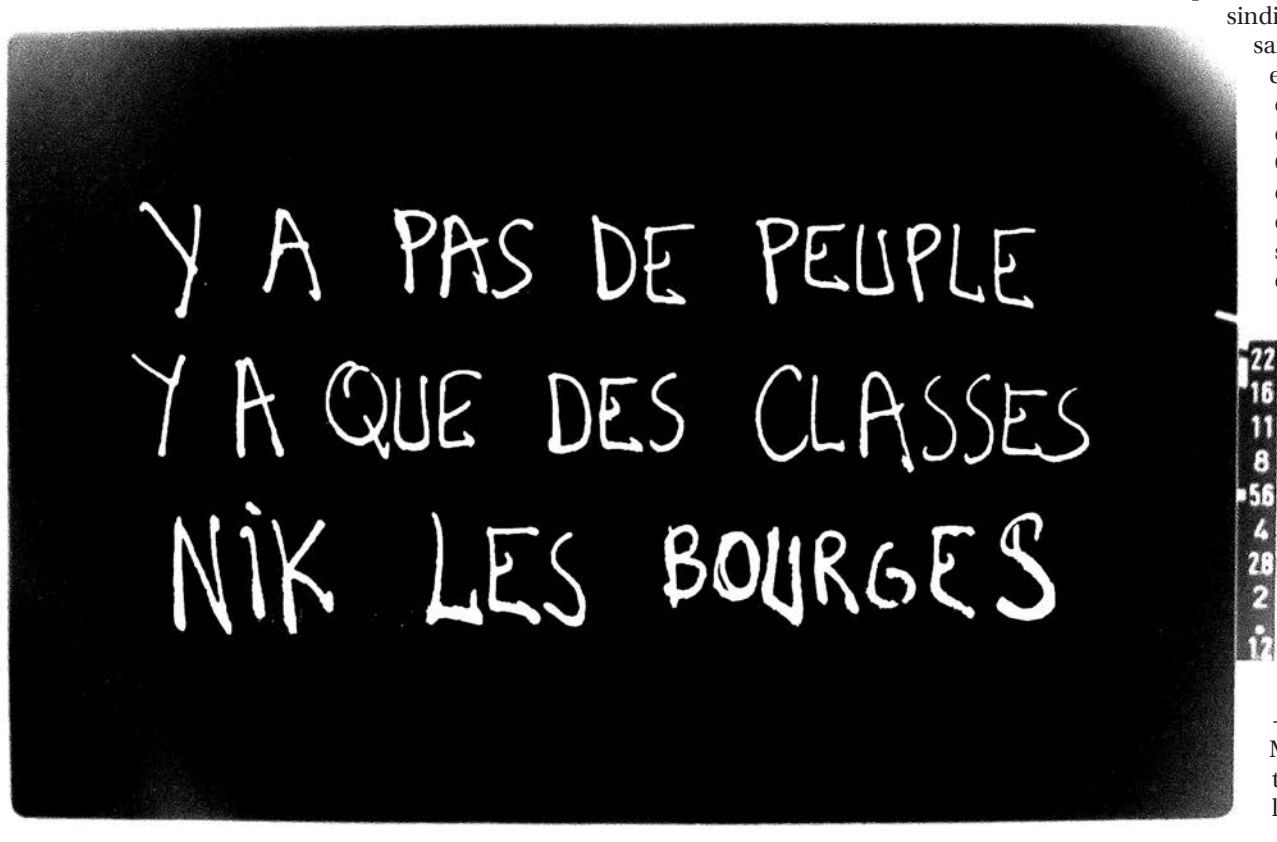
rica. Alguns falam nas *Jacqueries* de antes da revolução francesa, outros nos movimentos políticos de natureza popular fascista ou mesmo de defesa corporativa do pós-guerra. Mas rapidamente nos apercebemos de que estas grelhas de leitura não se aplicam aos acontecimentos em curso. Trata-se de um movimento essencialmente urbano e periurbano, em que o bloqueio das lojas e do movimento das mercadorias afasta inclusivamente qualquer solidariedade com as camadas comerciantes que estiveram na base dos movimentos corporativos do pós-guerra. A sociologia dos manifestantes, designadamente dos indivíduos presos pela polícia, mostra uma presença predominante de proletários, de desempregados, de reformados, com uma percentagem importante de mulheres de todas as idades. E também de jovens assalariados com trabalho precário. Na sua maioria, pessoas marcadas por uma vida esmagada pela violência do sistema capitalista, mulheres e homens deixados para trás pela economia moderna. Pessoas que «não constam das estatísticas», como dizia um manifestante. Trata-se claramente de uma população diversificada, onde encontramos também alguns artesãos e pequenos empresários perdidos no turbilhão da economia moderna. A relação com o sindicalismo está praticamente ausente, pois as direcções dos grandes aparelhos sindicais são em grande medida associados às instituições do sistema e à sua corrupção. Uma população marcada pela violência da exploração de classe mas sem referência política de classe e, na maior parte dos casos, sem experiência de luta. A maioria dos CA nunca tinha participado numa manifestação nem em acções colectivas. E no entanto não podemos dizer que as ocasiões tenham faltado nas últimas décadas…

3.

As grandes manifestações nacionais de 1 de Dezembro exprimem um endurecimento neste confronto com o Estado e as classes possidentes. Elas atingem todo o território, estendendo-se para Nordeste, à Valónia belga e, uma semana mais tarde, a Bruxelas. Mas será nas grandes cidades, e em particular em Paris, que irão assumir um cariz mais violento e desembocar nos maiores motins de rua desde 1968. Globalmente, o número de manifestantes não foi muito grande, 200.000 em toda a França e cerca de 10.000 em Paris, e aproximadamente o mesmo na semana seguinte. Estes números ficam muito aquém dos das manifestações dos anos anteriores e dos tradicionais desfiles sindicais. Mas a intensidade, a natureza e a força dos confrontos exprimem um conteúdo claramente mais radical e inquietam o poder e a burguesia. Em 1 de Dezembro, as forças policiais são desorientadas pela determinação dos manifestantes e pela raiva exprimida. A repressão está à medida da surpresa e subsequentemente irá em crescendo. Nesse dia, a polícia lançou milhares de granadas de gás e explosivas, de tal modo que se vê a breve trecho com falta de munições… Contam-se imensos feridos graves entre os CA e a polícia sente de perto o ódio dos manifestantes. Em Marselha, a manifestação começou com o grito «a polícia connosco!», mas rapidamente o mote passou para «polícias assassinos». Em Paris, a multidão aflui espontaneamente para os Campos Elísios e o Arco do Triunfo, que foi saqueado. Os manifestantes dirigem-se em seguida para as avenidas próximas e para os bairros ricos da capital. Assiste-se então a algo completamente novo. Os cafés, restaurantes e hotéis de luxo tornam-se os alvos principais, sendo atacados e saqueados. Nas ruas dos bairros chiques, incendeiam-se ostensivamente os carros de gama alta. A revolta passa a ser dirigida contra a riqueza, contra a arrogância do luxo. O Palácio da Bolsa é igualmente investido e os grandes armazéns do centro da capital, onde estava a ter início a cerimónia das compras de Natal, são rapidamente evacuados e encerrados pela polícia. Algumas esquadras são atacadas. Grupos de manifestantes tentam invadir o Eliseu, mas são violentamente repelidos pela polícia. Numa das avenidas mais ricas da capital, nas paredes dos hotéis de luxo, repletos de turistas barricados no interior, lê-se num *tag*: «A Babilónia está a Arder!». Os porteiros dos hotéis e dos restaurantes elegantes que pretendem opor-se aos manifestantes são tratados de «agentes do sistema, lacaios dos ricos». Em Bordéus, a câmara municipal é atacada, no Puy, a prefeitura é incendiada, e noutras cidades o cenário é idêntico, as sedes do poder são sistematicamente tomadas como alvo e por vezes invadidas e danificadas, os grandes servidores do Estado e os deputados são ameaçados. Na noite de 1 de Dezembro, o poder parece desorientado e inquieto. Os primeiros recuos políticos não acalmam a situação. Está-se cada vez mais longe da questão do aumento de alguns cêntimos do preço do gasóleo. Porém, apesar da amplitude da primeira explosão, a única coisa que o poder tem para oferecer aos manifestantes da semana seguinte, a 8 de Dezembro, é uma maior repressão, com a mobilização de cerca de 100.000 polícias, dos quais quase 10.000 em Paris, e a entrada em cena de uma dezena de blindados de rua.

Quando o fim-de-semana de 1 de Dezembro chega ao seu termo, o cenário é perturbador para o poder. À crise política acrescenta-se agora uma crise social, a popularidade do movimento mantém-se forte, a burguesia alarma-se e os capitalistas do comércio, sobretudo do comércio de luxo, dão sinais de pânico. São efectuadas centenas de detenções, inclusivamente de muitos menores; só em Paris foram assinalados mais de trezentos incêndios nos bairros burgueses e as esquadras ficaram atulhadas. A maioria dos manifestantes eram pessoas da província que foram à capital para exprimir a sua revolta, furiosas com a sua situação. Em 8 de Dezembro, o número de detenções ascende a 2.000 em toda a França e, só em Paris, são reservadas 12 esquadras para guardar os detidos… Centenas de pessoas «conhecidas» da polícia ficam em prisão preventiva, «acusadas» de «delito intencional». Tanto em 1 como em 8 de Dezembro, verifica-se uma junção com grupos de jovens radicais habituados a manifestações de rua e com pequenos grupos de jovens vindos dos subúrbios. Mas estes não determinam o carácter da revolta, integrando-se simplesmente na fúria popular que se exprime já nas ruas. Assinala-se igualmente a presença de grupos de extrema-direita, aspecto que analisaremos mais adiante. Embora a polícia francesa seja muito eficaz quando se trata de controlar manifestações de tipo clássico e possua uma técnica largamente reconhecida e vendida aos diversos poderes do planeta, as coisas tornam-se mais complicadas quando se está perante motins urbanos em que se exprime «a capacidade de revolta de uma população», como reconhece um responsável, que acrescenta ainda que, a este nível, a resposta policial, por si só, é insuficiente e perigosa para o poder, pois só uma resposta política pode ser determinante.

Os valores xenófobos e racistas, a rejeição dos refugiados e dos «assistidos», considerados como «responsáveis» pela miséria social, as teorias paranóicas da conspiração, tudo isto está muito disseminado na sociedade dos excluídos e, portanto, também existe no movimento.



4.

Num primeiro tempo, a economia produtora de mercadorias não é afectada directamente. As mobilizações, embora possam ter o apoio e a simpatia dos trabalhadores, ocorrem fora dos territórios da exploração. Não há um bloqueio da economia, mas a circulação de mercadorias e o sector do consumo sofrem um duro golpe. As consequências para a economia geral fazem-se rapidamente sentir.

No entanto, a questão do bloqueio da economia está em todos os espíritos. A ideia da greve geral esteve sempre presente em todos os movimentos e greves anteriores. Sem ter levado a nada, como se sabe. Hoje são os CA que tentam bloquear o sistema. Em 8 de Dezembro, viram-se os CA bloquear os depósitos de combustíveis e inclusivamente os centros de distribuição da *Amazon*, empresa conhecida pelas suas agressivas práticas de trabalho e pelas suas fugas ao fisco. Nos dois dias de manifestações, em 1 e 8 de Dezembro, os CA mantiveram em toda a França os bloqueios e as chamadas barragens filtrantes, nas estradas e diante dos centros comerciais. É verdade que só se pode bloquear a circulação das mercadorias se estas tiverem sido produzidas, mas as mercadorias produzidas só se realizam verdadeiramente se circularem e se realizarem pelo consumo. Isto constitui um todo. A mobilização dos CA é composta na sua maioria por reformados, desempregados e precários. Todos sabem que não têm controlo sobre o bloqueio da produção, mas sabem também que é aí o coração do sistema, que é aí que é preciso atacar. Procuram, às apalpadelas, um caminho para lá chegar. A sua acção inscreve-se na sequência de fracassos sucessivos dos movimentos grevistas dos anos anteriores, fosse contra a reforma das pensões ou a defesa dos serviços públicos, e cujo último episódio até à data foi a derrota dos ferroviários contra a continuação do desmantelamento dos caminhos-de-ferro. Subjacente a este movimento está a constatação da impotência das grandes organizações sindicais no período que atravessamos, a sua submissão às leis económicas do liberalismo em troca da sua sobrevivência subsidiada pelo Estado. Os recentes escândalos de desvio de fundos que mancharam os grandes aparelhos sindicais reforçam estas conclusões. Num ou noutro ponto, as mobilizações dos CA fizeram a junção com trabalhadores em luta ou solidários, por exemplo nos bloqueios de refinarias de petróleo. Localmente, militantes sindicais estão presentes individualmente nas barragens e nos bloqueios. Nas cidades onde a agitação popular é forte, os cortejos dos CA e dos trabalhadores juntaram-se. Foi o que aconteceu em Marselha com os manifestantes dos bairros pobres em luta contra a gentrificação da

cidade e a corrupção da câmara municipal. E também com os jovens das escolas secundárias, que iniciaram um movimento nacional de bloqueio das escolas onde se exprime uma solidariedade com os CA.

5.

O posicionamento dos CA relativamente aos valores patrióticos, xenófobos e racistas tem sido ambíguo desde o início. Esta ambiguidade traduz o espírito reaccionário e de fechamento em si mesmo partilhado por numerosos participantes. Este é o grande escolho do movimento e do seu futuro. Em certas regiões em que as forças da direita militante e xenófoba são fortes, o racismo, a rejeição xenófoba e o sexismo exprimem-se por vezes abertamente. Mas a sociedade francesa é o que é, um *melting pot* onde os proletários têm origens diversas. Testemunho disso é a composição de muitas barragens e bloqueios. Aqui e ali, observou-se a presença activa de jovens dos bairros pobres e, inclusivamente, o apoio material das mulheres dos bairros de imigrantes. Mas a presença de activistas da extrema-direita é insofismável, aglutinados em torno dos símbolos patrióticos. Isto suscita um debate nos meios radicais e libertários: deve participar-se nas mobilizações e barragens e nas discussões ou deixar o terreno livre à extrema-direita? Uma grande maioria de militantes e activistas libertários e de extrema-esquerda envolveu-se com toda a naturalidade nas barragens e nos bloqueios, e muitos vieram discutir o movimento, confrontando-se com os CA. Esta libertação da palavra, esta ideia da ocupação e da criação de territórios de discussão e de acção, remete de forma subterrânea para as práticas do *Nuit Debout*, mas também para a imagem deixada pela luta das ZAD.

Nos motins e confrontos de 1 de Dezembro, a presença dos radicais foi importante e os grupos de extrema-direita foram muitas vezes expulsos do terreno. Não é certo que a maioria dos CA tenha compreendido o que estava aqui em jogo, pois as suas preocupações encontravam-se noutro lado. E seria vanguardista pensar que foi a acção dos radicais que afastou por agora a extrema-direita organizada. O verdadeiro motivo é que as razões profundas deste movimento, contra a injustiça e a desigualdade social e contra os privilégios dos possidentes, são valores difíceis de defender pela extrema-direita. Dito isto, os valores xenófobos e racistas, a rejeição dos refugiados e dos «assistidos», considerados como «responsáveis» pela miséria social, as teorias paranóicas da conspiração, tudo isto está muito disseminado na sociedade dos excluídos e, portanto, também existe no movimento. É impossível saber em que medida o debate e a discussão, a intervenção de radicais e libertários no movimento, podem contribuir para o contrariar. A presença da bandeira e o recurso constante à Marselhesa são a expressão visível desta dimensão reaccionária. Sem dúvida, a bandeira vermelha e a Internacional encontram-se hoje muito esquecidas, e sobretudo permanecem associadas ao desastre dos antigos países de capitalismo de Estado. É verdade que a Marselhesa regressa nestas mobilizações como o símbolo do canto da revolução contra os privilégios e os senhores.

Para a grande maioria dos Coletes Amarelos, a responsabilidade do desastre ecológico global deve ser imputado aos mesmos que são responsáveis pelo empobrecimento geral. O que é rejeitado é simplesmente o método que consiste em atribuir o desastre ecológico aos «pobres», punindo-os através da fiscalidade.

6.

A questão da representação está igualmente no centro das mobilizações. É sobretudo a rejeição da representação como a vivemos no mundo moderno e que, para muitos dos presentes, não tem nada a ver com o ideal que têm da democracia. A classe política e as direcções dos grandes sindicatos perderam todo o crédito. Todas as tentativas para encerrar a mobilização num quadro institucional estão sistematicamente votadas ao fracasso. Num artigo incisivo na imprensa [«*Députés cherchent chef de rond-point*» (Deputados procuram chefe de rotunda), *Libération*, 8 de Dezembro 2018] alguns deputados desorientados explicam que procuram desesperadamente interlocutores no movimento. «Eles dizem: "Nós somos o povo". Rejeitam a própria ideia de representação. E isso é válido tanto para nós como para eles. Quando muito aceitam enviar um delegado. Mas nesse caso querem estar também presentes». Um outro acrescenta: «Pessoas de boa-fé param porque têm medo, outras radicalizam-se na sua ZAD de rotunda. (…) Basta que um tipo se destaque e aceite discutir para que seja imediatamente contestado pelos outros, que não querem que haja dirigentes».

Com efeito, os CA praticam a auto-organização mas não têm chefes e aqueles que se autoproclamarem chefes são imediatamente desautorizados, sobretudo a partir do momento em que utilizam a comunicação social. Nas barragens, os cartazes dizem «ninguém representa ninguém». Aliás, a maioria dos candidatos a chefes estão ligados aos partidos de direita e de extrema-direita que tentam assim, sem sucesso, assumir o controlo de uma situação difícil de entender no quadro tradicional. A nível local, os CA aceitam por vezes formar delegações para transmitir às autoridades as suas listas de queixas. Estas estabelecem um panorama da situação social, não incluem reivindicações negociáveis e têm uma ideia central: «É preciso dizer NÃO a tudo isso!» Encontramos também nessas listas exigências com conotações racistas ou xenófobas, designadamente a expulsão dos imigrantes ilegais.

A determinação que se observa na rejeição da representação actual dá uma medida da crise das instituições políticas e mostra a difícil tarefa dos políticos de enfrentarem a crise no quadro democrático parlamentar e sindical. Quando muito, os mais ousados propõem referendos ou a modificação do quadro constitucional. Os comentadores formatados para pensar nos limites do que existe têm dificuldade em apreender esta dimensão do movimento, e os «especialistas dos movimentos sociais», capazes de esmiuçar os contornos sociais e políticos da crise, insistem não obstante na proposta de uma tomada de controlo do movimento pelas forças da velha esquerda, tentando encerrar os revoltosos no quadro que eles acabaram de lançar borda fora.

Por seu lado, o Estado aposta em primeiro lugar na repressão maciça e no medo. As declarações alarmistas sobre uma situação de guerra civil introduzem de novo a velha ideia das «classes perigosas». Mas bloquear a fúria social militarizando Paris e as grandes cidades é dar um tiro no pé. É a paralisia da sociedade e da economia enquanto a raiva vai em crescendo. Impõe-se uma resposta política, mas, sem meios económicos, ela revela-se uma mão cheia de nada, ou de migalhas. Como foi com a resposta presidencial.

7.

Uma afirmação que corre nas barragens dos CA espalhou-se por todo o lado: «As elites preocupam-se com o fim do mundo, nós preocupamo-nos com o nosso fim do mês». Num primeiro tempo, esta afirmação foi interpretada como a prova de que os revoltosos rejeitavam as preocupações ecológicas, exprimindo uma cegueira egoísta perante o desastre, e que só se preocupavam com o aumento do preço da gasolina. Com a continuação do movimento e a insistência posta nas responsabilidades dos poderosos, viu-se que essa oposição não existe na realidade e que se pode estabelecer uma relação entre o empobrecimento social e o desastre ecológico. Nas manifestações de 8 de Dezembro, muitos CA desfilaram com a Marcha pelo Clima. Para a grande maioria dos CA, a responsabilidade do desastre ecológico global deve ser imputado aos mesmos que são responsáveis pelo empobrecimento geral. O que é rejeitado é simplesmente o método que consiste em atribuir o desastre ecológico aos «pobres», punindo-os através da fiscalidade. Enquanto muitos CA se mostram inquietos com a destruição do ambiente, de que os pobres são as primeiras vítimas, a propaganda do poder tende a explorar politicamente o «catastrofismo», colocando-o ao serviço de uma paralisia dos espíritos e de um reforço da passividade e da resignação perante o inelutável.

8.

Este poderoso movimento de fúria que atinge toda a sociedade é atravessado por valores, preocupações e desejos diversos, por vezes opostos, contraditórios. Trata-se de um movimento simultaneamente virado para o passado, incentivado pelo desespero e pelo medo da insegurança social e pela vontade de fechamento em si mesmo, e para o futuro, dado que estimulado por uma crítica profunda das desigualdades de classe. Como todo o movimento essencialmente negativo, de rejeição, transporta com ele uma perspectiva reaccionária e uma outra que aponta para um futuro diferente. Estas perspectivas não assumiram ainda uma forma concreta, organizada. Até agora, os valores da igualdade e da justiça social são dominantes, impedindo os valores reaccionários de se exprimirem de uma maneira que poderia ser violenta e dirigida contra o «Outro». A rejeição do sistema representativo tradicional pode também reforçar a tendência autoritária do poder se o movimento não conseguir estruturar-se e afirmar formas de democracia directa que estão já presentes nas mobilizações e que são as únicas que podem conduzir a uma dinâmica emancipadora do mundo actual. Como sempre, a via autoritária e reaccionária, alimentada pelos valores do soberanismo patriótico, da xenofobia e do racismo, do fechamento em si mesmo, é a mais fácil, pois assenta na confiança depositada em novos chefes, num retorno a um passado mítico e na preservação das mesmas relações sociais de domínio e de exploração. A perspectiva emancipadora é a mais difícil e não é possível conceber o seu amadurecimento fora de um contágio das mobilizações dos CA aos sectores assalariados que estão na raiz da reprodução da vida social. Só então a rejeição e o bloqueio «disto tudo» poderão começar a engendrar novas relações sociais, capazes de reorganizar a vida. Isso significaria a passagem para o momento positivo do movimento. Só então «a procura do tempo perdido» se tornaria «o veículo da libertação futura», como escrevia H. Marcuse.

13 de Dezembro de 2018

O Maio de 68 dos Vagabundos do Trabalho

Entrevista a Claire Auzias. Autora de diversos trabalhos sobre o povo cigano, publicou em 2017 a sua particular memória sobre o Maio de 68, contando a história dos *trimards*, o *lumpen* revolucionário cuja participação foi fundamental durante aquele ano agitado.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Filipe Nunes - O teu livro conta a história do Maio de 68 a partir de personagens inesperadas. Pelo menos ao olhar da história e memória oficial, mesmo aquela feita por s*oixante-huitard*s. Este era um livro em dívida por dois motivos: porque fora prometido aos seus participantes ser editado nesse final dos anos 60; e porque estes intervenientes permaneciam na sombra da memória. Quem são os *trimards*?

Claire Auzias - Essas pessoas, os *trimards*, são trabalhadores precários que trabalham de forma intermitente, de tempos a tempos, em trabalhos frequentemente qualificados, como electricistas, metalúrgicos, talhantes, por exemplo. São jovens, com menos de 20 anos, raramente 25 anos. Não têm encargos sociais, família a sustentar ou rendas a pagar. Como tal, encontram-se muito livres nos seus movimentos. Não são sindicalizados e vivem geralmente na casa dos pais, por vezes em casas partilhadas. O que eles preferem acima de tudo é encontrarem-se na rua com os seus amigos para viverem a sua vida em comum. Em Lyon o seu ponto de encontro era sob a ponte *La Feuillée*. Lá, havia alguns vagabundos de verdade, mais velhos (50 anos) e normalmente de nacionalidades estrangeiras, e muitos *trimards*. Essa palavra é uma gíria do século XIX e que se refere ao homem pobre que se arrasta pelas estradas em busca de trabalho. O *trimard* é um vagabundo do trabalho. Inicialmente *trimard* significa na gíria a estrada, e *trimardeur* aquele que toma a estrada. Corresponde aos *hoboes* americanos. É um trabalhador urbano da era industrial, que vai de cidade em cidade à procura de trabalho. Em Lyon, os jovens que se chamavam entre eles de *trimards* iam de fábrica em fábrica, mas geralmente na mesma cidade. De uma maneira mais moderna, chamavam-se igualmente entre eles de *beatnicks*, o que quer dizer que gostavam dessa liberdade de viagem (mesmo que um pouco imaginada). Eles bebiam muito vinho e álcool, drogavam-se voluntariamente com a droga dos pobres, o éter sobretudo, e lutavam entre si com muita frequência. Tinham o culto viril da violência. Gostavam de se vestir com blusões de couro e usavam correntes de bicicleta. A imprensa da época apelidava-os de «blusões negros». Entravam em confronto entre gangues e lutavam de forma violenta. E gostavam também muito dos primeiros concertos de *rock´n roll* no início dos anos 60, em que ficavam furiosos e partiam as cadeiras da sala de concertos. Essa cultura dos *trimards* definia a vida que eles gostavam de viver. Havia algumas mulheres entre eles, também drogadas e alcoólicas com os rapazes e também violentas, mas o seu retrato é mais difícil de fazer porque falta documentação.

LIBEREZ RATON ET MUNCH !..
???
Liberez Raton et Munch
RATON ET MUNCH SONT INNOCENTS MAIS POURTANT SONT EN PRISON !!! C'EST QU' ILS NE SONT PAS FILS DE PATRON. "SCANDALE"!
CA NE PEUT PLUS DURER COMME ÇA ! NOUS SOMMES RIDICULES !
CERTES !

Cartaz de apoio a Raton e Munch, dois jovens *trimards*, que foram acusados da morte de um comissário da polícia durante distúrbios em Lyon. Acabaram por ser absolvidos.

> Mesmo que os *trimards* sejam pessoas vulneráveis, frágeis, com pouca educação e que poderiam ser facilmente manipuláveis, nós vincámos a ideia que eles foram acusados por um facto muito político: as barricadas do Maio de 68.

FN - Há nessa história uma relação que se estabelece entre os «violentos» e os que não ousam assumir essa conduta nos acontecimentos, salvaguardando-se do juízo do dia seguinte ou, crédula ou ingenuamente, proclamando que semelhantes acontecimentos podem decorrer à luz de um pacifismo. Sabendo à partida que este nunca tem lugar quando a revolta enfrenta e responde à violência institucionalizada. Como era gerida essa relação e a sua discussão em 68?

CA - Em Maio de 1968 eu tinha 17 anos e era uma liceal. Juntei-me ao movimento do 22 de Março a título de liceal e organizamos a greve geral dos liceus da cidade sob o nome de «CAL, comité de acção dos liceus». Eu estava bastante envolvida e no centro dos acontecimentos, mas não no centro das decisões dos meus camaradas estudantes. Isso significa que não posso testemunhar os debates no centro de poder das decisões. Mas foi um dos nossos camaradas estudantes do movimento do 22 de Março que foi procurar esses *trimards* sob a ponte *La Feuillée* para os convidar a virem ocupar a universidade connosco. Porquê? Para lutar contra a polícia. No seu testemunho posterior em 1970, os *trimards* confirmaram esse facto. Mas o que eu posso dizer é que o desafio de os receber na faculdade ocupada causou muitos problemas a todos. A grande maioria dos ocupantes queria livrar-se deles, fazê-los sair. Porque eles metiam medo a toda a gente, pareciam selvagens, estavam sempre bêbados, drogados ou ambos, eram barulhentos, violentos e davam muito espectáculo. Partiam o mobiliário da universidade com facilidade, eram musculados e falavam alto. Para os ocupantes respeitáveis da universidade, o seu desafio era corporativista. Eles pensavam que a universidade deveria albergar unicamente as pessoas que trabalhavam na universidade, professores e estudantes. Mas os revolucionários e sobretudo o movimento do 22 de Março (ex-anarquistas, pro-situacionistas e ex-trotskistas) pensavam o contrário e que todas as forças revolucionárias podiam instalar-se na faculdade, que seria assim um centro da acção e das decisões das actividades revolucionárias. É por isso que não havia na faculdade apenas estudantes universitários, mas também pessoas que não o eram: liceais como eu, trabalhadores membros de grupos revolucionários e os *trimards*. Além disso, durante o dia, vinham visitantes de todo o lado, das fábricas sobretudo, que vinham participar nos ateliês de debates e de decisões. Daí que uma das grandes querelas que se jogou no interior da ocupação da faculdade foi: como expulsar os *trimards* da faculdade para a maioria, e como manter os *trimards* no seio da faculdade para a nossa minoria. Éramos muito poucos a defender os *trimards* no seu direito de insurgentes de corpo inteiro e tínhamos de enfrentar para isso o conjunto de forças mobilizadas à nossa volta, ou seja o sindicato estudantil, o sindicato dos professores,e os grupúsculos esquerdistas. Cada um pensava seja numa acção corporativista e reformista, seja que detinham o direito da vanguarda revolucionária de modo a decidir quem faz o quê, quando e como.

FN - A história que está na origem do livro – barricadas e enfrentamentos com a polícia que veio anunciar ter resultado na morte de um polícia e na acusação de três *trimards*, para depois ser provado que essa morte não passou de um ataque cardíaco – leva-nos a outra das constatações mais evidentes. A de que perante qualquer revolta de grandes proporções, não é a repressão policial violenta que mais importa ao Estado, mas a manipulação mediática que importa fabricar.

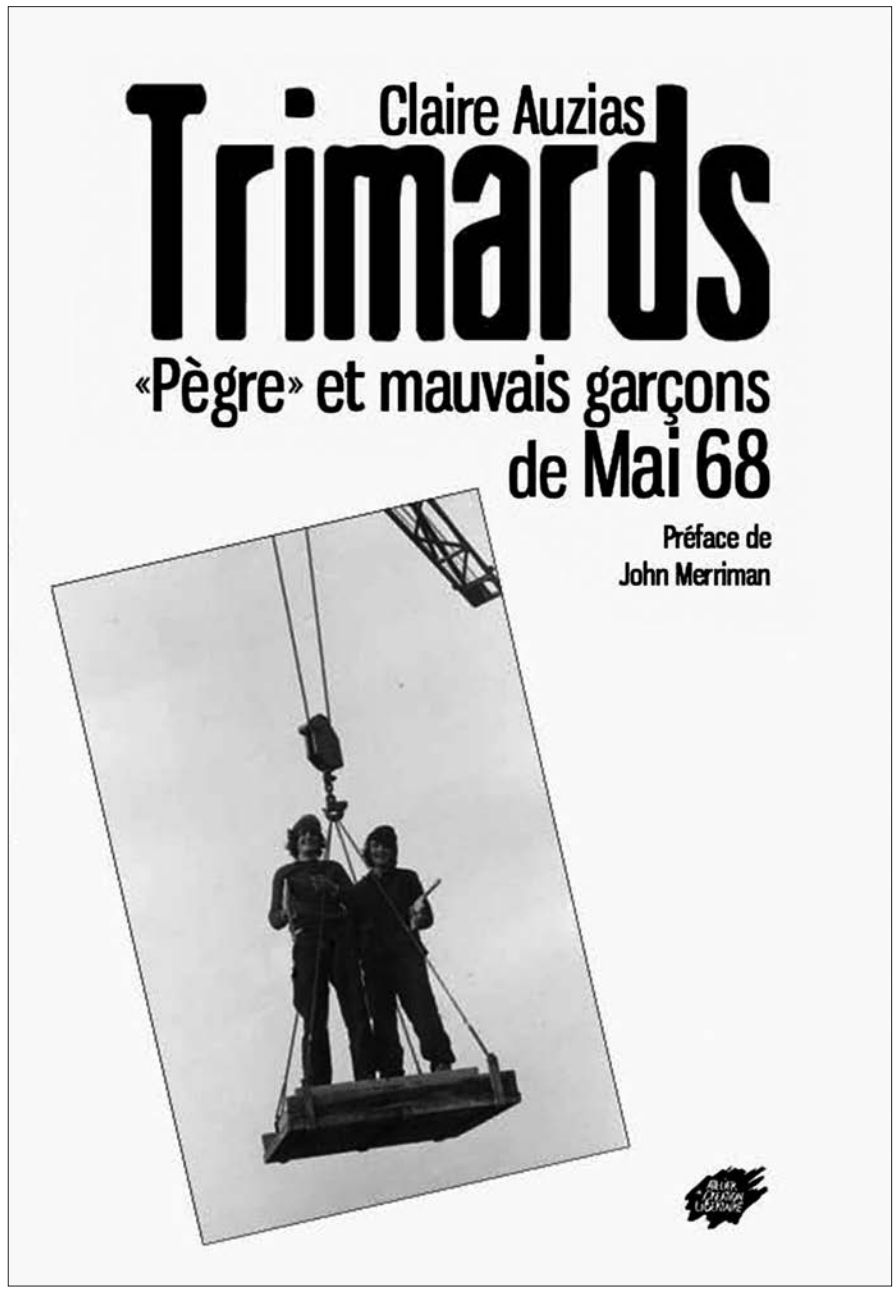
CA - Rapidamente compreendemos que os nossos camaradas *trimards* eram bodes expiatórios fáceis para o governo. Assim que nos apercebemos que eles estavam presos, acusados da morte de um comissário de polícia durante a noite de barricadas em Lyon, rapidamente tomámos a decisão de os defender. Ora a defesa principal consistia em dar a conhecer a sua detenção e dar a conhecer a sua inocência. Era impossível condenar três pessoas por um motim urbano inteiro. Todos participámos nesse motim e, se havia um responsável, era o motim colectivo. O essencial do trabalho consistia em demonstrar que os jornais e os media estavam a contar coisas falsas sobre eles ou que os media não diziam nada da realidade. Foi um longo trabalho a lutar contra a imprensa oficial e mesmo a imprensa de esquerda, e por fim alargar a questão do seu julgamento a um nível nacional. A extrema-direita policial queria culpados e vingar-se. Nós ganhámos essa batalha e os nossos camaradas *trimards* foram absolvidos e libertados.

O segundo argumento contra os *trimards* era que eles eram presos comuns e não presos políticos, oficialmente. O nosso comité de apoio dizia o contrário: mesmo que os *trimards* sejam pessoas vulneráveis, frágeis, com pouca educação e que poderiam ser facilmente manipuláveis, nós vincámos a ideia de que eles tinham sido acusados por um facto muito político: as barricadas do Maio de 68 e, como tal, haveria que atender à sua situação. E eu acrescentaria que nós quisemos apoiá-los precisamente porque eles estavam privados de toda a protecção militante normal. Era uma questão de honra colectiva para todos nós, os s*oixante--huitards*, de estender a solidariedade a pessoas como eles. Eles tinham combatido connosco, eles tinham vivido connosco na faculdade durante um mês de insurreição, estávamos ligados pelo acontecimento revolucionário e nós tivémos que continuar o caminho com eles na repressão.

FN - Mas não haverá lugar a um certo refreio ao elogio marginal do *trimard*? Tal, ontem e hoje, não nos coloca perante uma incómoda linha entre o defensável e o indefensável? Entre a partilha da linha da frente da revolta e do enfrentamento nas ruas e os preceitos éticos de quem se lança nesses enfrentamentos, não se escusando eles mesmos de condutas em si mesmo autoritárias e condenáveis?

CA - A linha que separa aquilo que é defensável daquilo que não é defensável, no Maio de 68 com os *trimards*, é a que separa os leninistas e os outros, isto é os anti-autoritários. Os leninistas consideravam os *trimards* como o proletariado *Lumpen* que havia que desterrar. Os anti-autoritários, anarquistas e marxistas conselhistas consideravam pelo contrário que esses proletários *Lumpen* eram nossos camaradas e que partilhávamos as mesmas lutas. Mas se eu me recuso a fazer um elogio massivo dos *trimards* é por outra razão. É porque os *trimards* eram pessoas reais, com muitos problemas de coexistência connosco. Estavam sempre bêbados, ou drogados ou as duas coisas, muito enervados, muito excitados, com muito espectáculo e muito violentos, repito--o. Eu fiz parte das pessoas que mantiveram contactos com os *trimards* depois do Maio de 68. Eles vinham às nossas casas, às nossas residências de estudantes; dormiam por lá alguns dias, ou mais. E há que dizer a verdade: os *trimards* eram pessoas psicologicamente danificadas, que tinham vivido vidas muito duras, com muita violência familiar, por vezes a dormir na rua. E viver com eles é difícil. Isso não pode ser negado. Eles não eram nenhuns anjos e eles não são nenhuma nova figura messiânica. Nós não somos padres, não temos responsabilidades sobre almas malditas e queremos combater juntos as opressões comuns e gerais, não fazer caridade. Eu gostaria por isso de sublinhar que abordarmos os *trimards* exige uma lucidez sem mentiras, pois poderemos deparar-nos com situações difíceis que teremos de enfrentar. A acção é evidentemente o espaço ideal para estabelecer uma causa comum com eles, mas poderão criar-se situações em que há que dizer: não, em nome da igualdade e do respeito aos próprios *trimards*.

Vagabundos, Gatunagem e Maus Rapazes de Maio de 68



Trimards, «pègre» et mauvais garçons de mai 68
Claire Auzias
Atelier de création libertaire
Outubro 2017, 492 pp

JOSÉ TAVARES

Claire Auzias nasceu em Lyon, França, em 1951. Autora de uma dúzia de livros, não é completamente desconhecida entre nós. Um deles, sobre o povo cigano, foi publicado em Portugal há uns anos atrás pela Antígona.

No seu último livro, *Trimards - "Pègre" et mauvaise garçons de Mai 68*, oferece uma excelente descrição de Maio de 1968, fundamentalmente em Lyon e principalmente sobre o papel que os «marginais», vagabundos, pedintes, gatunagem, desempenharam nos acontecimentos que comoveram esta sociedade estatal tecno-capitalista. Claire conhece muito bem os eventos de que fala, não somente porque neles participou, como graças a uma numerosa documentação inédita. Mostra a paixão de Maio de 68, a sua complexidade, não oculta as divisões que existiam nos diversos grupos políticos intervenientes e abona uma explicação diferente da difundida sobre a morte do comissário da polícia em Lyon, «episódio trágico e quase único na história de Maio de 68» (em *Trimards*, prefácio de Jonh Merriman).

Estes «marginais» sempre estiveram presentes em tumultos importantes (1848, 1871, 1890…) e foram celebrados. São reencontrados nos anos cinquenta do século vinte nos cafés da *rive gauche* de Paris pelos membros da Internacional letrista que simpatizaram com o seu niilismo, «só pela negativa podiam ser definidos, pela simples razão de não terem qualquer ofício, de não praticarem qualquer arte» (em *Panegírico*, Guy Debord). A sociedade «tinha momentaneamente deixado o terreno livre àquilo que amiúde é repelido e que no entanto sempre existiu: a intratável gatunagem; o sal da terra» (em In Girum, Guy Debord). «Muitos eram oriundos das guerras recentes, vindos de vários exércitos que entre si haviam disputado o continente: o alemão, o francês, o russo, o exército dos Estados Unidos, os dois exércitos espanhóis, e ainda outros. As restantes pessoas, cinco ou seis anos mais novas, tinham chegado directamente ali porque a ideia de família começava a dissolver-se, como todas as outras» (em *Panegírico*, Guy Debord).

Os vagabundos e gatunagem de Lyon descritos por Claire são os mesmos, com uma ou outra pequena diferença, dos de Paris. «Não eram estudantes, mas sobretudo desempregados, intermitentes, frequentemente com empregos instáveis e precários» (em *Trimards*). Na época, apogeu dos «gloriosos trinta anos», não eram muitos. Em Lyon, Claire contabiliza entre 50 e 300, no máximo. Talvez dissidentes por vontade própria, talvez atordoados pelas atrações consumistas e por bebedeiras hedonistas? A esta distância podemos ver os resultados. Hoje, desempregados, intermitentes, marginalizados, são produzidos todos os dias por um sistema mais em mutação do que em colapso, dispensando o humano e apostando em tudo inumano.

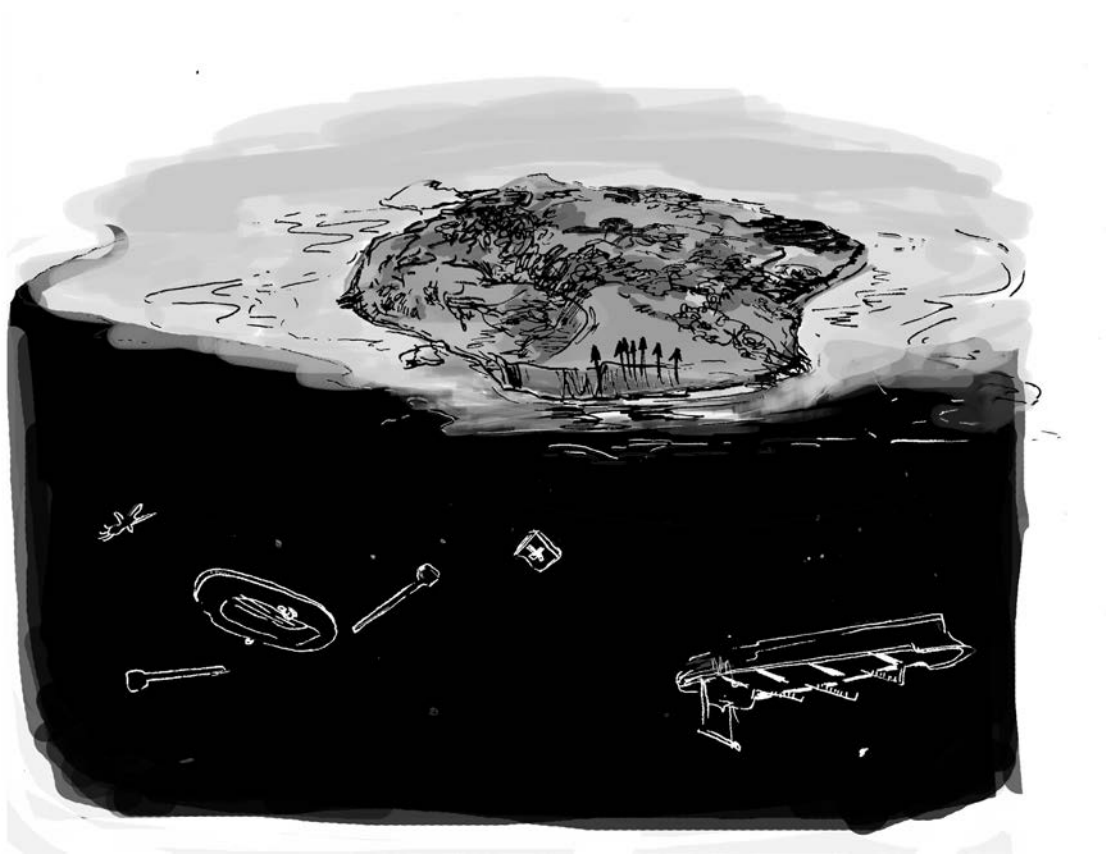
O livro de Claire está a ser traduzido para português, uma versão mais curta do que a edição francesa, e projeta-se a sua publicação para o próximo ano. Então, voltaremos a falar dele.

Uma excelente descrição de Maio de 1968, fundamentalmente em Lyon e principalmente sobre o papel que os «marginais», vagabundos, pedintes, gatunagem, desempenharam nos acontecimentos que comoveram esta sociedade estatal tecno-capitalista.

A propósito do incidente entre os bravos Sentinelenses e o missionário amalucado

Em meados de Novembro passado, a imprensa internacional noticiou o desaparecimento de um cidadão americano numa das ilhas do arquipélago Andamão, na baía de Bengala, no oceano Índico. John Chau, um missionário cristão obcecado com os indígenas de Sentinela do Norte, decidiu investir até à ilha com o intuito de evangelizar os seus habitantes, naquele que considerava ser «o último bastião de Satanás»[1].

JÚLIO SILVESTRE
JULIOSILVESTRE@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÃO: **BEATRIZ FONSECA**



Os Sentinelenses, que sempre viveram bem sem Cristo, sem dinheiro e sem doutrinas, responderam ao ultraje de arco e flecha, soçobrando o imprudente pregador. É bastante provável que, além da bíblia, este mártir do fanatismo cristão transportasse consigo agentes patogénicos, potenciadores de epidemias fatais para este povo caçador-recolector. A tribo já tinha dado sinais evidentes de não querer contacto com o exterior nem tolerar intrusos. Em 1974, um director de cinema que visitou o local foi atacado quando a sua equipa tentava filmar um documentário para a *National Geographic*. O mesmo aconteceu em 2006 a dois pescadores furtivos que se aproximaram demasiado dos recifes de coral que cercam a ilha; as águas circundantes são frequentemente invadidas por barcos de pesca ilegal, ameaçando a existência da tribo pela sua vulnerabilidade a doenças da «civilização».

Os Sentinelenses integram o grupo dos povos indígenas Andamaneses, composto pelos Jangil, extintos em 1920, os Jarawas, os Grandes Andamaneses e os Onge. Ao contrário das outras tribos, os Sentinelenses mantiveram-se sempre isolados, por sua vontade e ajudados pela localização geográfica da ilha – a Sentinela do Norte fica fora das principais rotas marítimas e é desprovida de portos naturais, cercada por recifes pouco profundos. O isolamento tem-lhes assegurado a sobrevivência, pois o contacto com «estrangeiros» é desde há muito um presságio de morte, com fundamento no longo historial de raptos, assassinatos, perseguições e epidemias que desde sempre dizimaram os indígenas da região. Durante séculos, expedições levadas a cabo por traficantes de escravos provenientes da Malásia, Birmânia e China, visitavam o arquipélago com o objectivo de capturar nativos para serem vendidos no sudoeste asiático.

Foi contudo a colonização britânica destas ilhas, iniciada no século XVIII, o prelúdio da decadência destes povos, sobretudo dos Jarawas e dos Grandes Andamaneses. As primeiras tentativas dos colonizadores em «pacificar» o arquipélago fracassaram, dada a hostilidade generalizada dos indígenas. No entanto, em 1858, foi construída uma colónia penal na ilha Andamão do Sul, inicialmente destinada a prisioneiros políticos indianos, trazendo consequências desastrosas para as tribos que aí viviam. A desflorestação massiva, a propagação de doenças e a desintegração social destas comunidades resultou num rápido declínio do número dos seus membros. Os Andamaneses resistiram à usurpação das suas terras, sendo massacrados em vários conflitos[2], ineficazes contra as armas de fogo dos invasores. Para conter as rebeliões e assegurar o controlo do território, além das medidas punitivas, os colonizadores empregaram estratégias «educativas» como as conhecidas «Casas Andamanesas», onde os reféns eram mantidos em cativeiro e aculturados com os valores coloniais[3], para que pudessem «ver os superiores confortos da civilização»[4]. Este processo de domesticação passou pelo encorajamento do consumo de álcool, ópio e medicamentos, bem como por mudanças na alimentação, dependente do cultivo, ou o uso de roupas, dependente do comércio. Durante esse período, muitas crianças indígenas foram enviadas para «orfanatos».

> Os colonizadores [britânicos] empregaram estratégias «educativas» como as conhecidas «Casas Andamanesas», onde os reféns eram mantidos em cativeiro e aculturados com os valores coloniais, para que pudessem «ver os superiores confortos da civilização».

Um dos poucos contactos dos colonizadores britânicos com os Sentinelenses deu-se quando Maurice Vidal, um oficial da marinha e administrador dessas colónias durante 20 anos, raptou um grupo de Sentinelenses para os «estudar» em nome do «interesse científico». Desse grupo de 6 pessoas, dois idosos morreram e quatro crianças foram devolvidas à ilha, levando consigo quantidades de presentes. Este nobre britânico era conhecido entre os seus comparsas por «pacificar» os povos indígenas da região e defender uma colonização «branda», o que não o impedia de açoitar quem lhe desobedecia, nem de incendiar as aldeias insubmissas. Durante anos, o antropólogo e bizarro fotógrafo raptou e manteve em cativeiro nativos de várias idades, para os fotografar em posições homoeróticas[5].

O império colonial Britânico não foi contudo o único responsável pelo declínio e possível extinção[6] dos povos nativos de Andamão e Nicobar. Durante a segunda guerra mundial, entre 1942 e 1945, a ocupação Japonesa administrou com total impunidade as maiores atrocidades contra os indígenas - foram massacrados, submetidos a trabalhos forçados e violações. O território habitado pelos Jarawas foi mesmo bombardeado pela aviação japonesa. Após a independência da Índia, em 1947, o plano de expansão colonial do país passou por enviar para estas ilhas milhares de colonos, continuando a devastação destas tribos.

A construção de uma estrada, na década de 70 do século passado, na floresta onde vivem os Jarawas, trouxe novas ameaças à sua sobrevivência - madeireiros, caçadores furtivos, turistas e outros intrusos invadem constantemente o território, resultando na pilhagem de recursos, exploração sexual, difusão do consumo de álcool e outros intoxicantes. Em 2010, a organização *Survival International* levou a cabo uma campanha contra a construção de um *resort* na zona, tendo o projecto sido cancelado. Apesar disso, os «safaris humanos» continuam a levar diariamente turistas à reserva. Outrora inflexíveis, esta terá sido a consequência de os Jarawa se terem tornado «amigáveis» e sido expostos ao modo de vida «moderno». O antropólogo T. Pandit referiu-se a este processo afirmando: «fomos capazes de transformar um povo livre em mendigos»[7].

A hostilidade dos Sentinelenses face aos «estrangeiros» não é apenas resultado da memória de violência que assolou os povos indígenas do arquipélago de Andamão e Nicobar durante séculos. Ela é uma afirmação actual do seu modo de vida, e uma resposta aos propósitos domesticadores do mundo «civilizado» que submete à sua matriz cada palmo de terra do planeta. A não ser que se assuma uma postura paternalista, de nada serve falar em direitos dos povos indigenas se não se comecar por questionar os fundamentos que sustentam a ideia de «civilização».

NOTAS

1 Diário de John Chau, cedido pela família ao *Washington Post*.

2 Nomeadamente na Batalha de Eberdeen, em 1859.

3 *Development and Ethnocide: Colonial Practices in the Andaman Islands*, Sita Venkateswar, IWGIA (2004).

4 Citação do coronel R.C. Tytler (1863).

5 *Savage bodies, civilized pleasures: M. V. Portman and the Andamanese*, Satadru Sen, Queens College (2009).

6 A tribo Jangil da ilha Rutland foi extinta em 1931. O último locutor da língua Bo, pertencente ao grupo dos «Grandes Andamaneses», faleceu em Fevereiro de 2010. Estima-se que este grupo contava com 5000 membros no início da colonização britânica, estando actualmente reduzido a menos de 50.

7 *A Season of Regret for an Aging Tribal Expert in India,* New York Times (2017).

MIL SÓIS

ia o sol ainda a pino e as cigarras coriscavam
não se importando elas do muito relento que estava por vir
batia-me a luz porque queria levar-me ao feno do verão
e ao feitiço das eiras
fragorando pelas serranias afora
até ao despertar da valsa das silvas
que faz o susto da estruga
certo é que uivou menos a Salvia por este estio
e foi o regato
sob as estrelas
que sussurrava aos meus ouvidos
tinham-se as cigarras calado à alba
quando se levantou esse ente do monte
galgando a azinhaga
para sozinho e no silente frescor da primeira luz
entrar no charco e se banhar,
como o flanco do cavalo que finca as patas todas
tem a magia dos seres que se deixam conduzir
pela energia que o vento faz correr
ou pelo zunido do berimbau
que sopra e vibra
bendito dia em que o primo do Campo fez a trouxa
e abalou do Luxemburgo
lugar difícil de soletrar e onde os indígenas
certamente não se desembaraçam
com duas cantigas
do nome malsão de luxuosoburgueses
que em sorte lhes coube
diferente veio o João
para malhar o grão-de-bico na eira grande
e abençoar o terreiro
para fazermos da biblioteca atabaques
na roda de capoeira
onde a menina chicana
fez parar o círculo uma e outra vez
saia rodada presa nas mãos,
olhos gigantes, cabelo mais preto e liso
que o próprio brilho das luas
a falar tão claro que o que dizia
só podia ser muito antigo,
uma oração marcada pelas estações
que se atiram às espigas e namoram o milho
como o vento lambe a roda do moinho
é o ciclo que devemos à terra
porque viemos de novo
para encher o lagar de mosto
e a aldeia do casamento das almas
para soltar os orixás
e salmear a cilada do tempo
ou a saloiada
que pelas festas do Agosto
vem exibir a miséria que amealhou
para lá dos Pirinéus

raso ao terreiro vinha o calor
instigar a metafísica
mesmo se de pouca monta me serviu
para instigar o meu gingado
mas sou da linha de umbanda
se o verso me não falha
porque o pó da estrada que comi é o meu transe
e o Sião faz rolar os seixos,
ou os dezasseis búzios de Ifá
na direcção do Atlântico
a fim de cheirar o sal da terra abandonada

saciado de mar, trazia o salitre no pescoço
tanto sal era
que pensei fundar uma salina na concha da minha clavícula
e dá-la ao povo insosso
se outro proveito não houver
que os lábios da sereia que partiu sem adeus

nesta paisagem milenar
contra a minha efemeridade
punha-se o sol detrás dos montes

cada vez mais trigueira, a Salomé
de óculos de mergulho mergulhava
para ver os girinos no regato
disse-me que eram as estrelas do céu pintadas de sol
o Lobo subia ao penedo e abria os braços para o sul
e tu,
por aqueles dias à jorna,
chegavas a tempo de abrir as valas do feijão-verde
com a água permacultural onde na primeira manhã
se banhara o meu moçoilo
e o sacho afagava a terra mole
sulcando um córrego
como um dia vi fazer à minha bisavó
lá na serra
onde mora toda a imortalidade que herdei
lembram-se?
ia a cavalo na burra
a Joana era mais mansa do que as pétalas da camomila
os jarretes besuntados de roxo permanganato
para que os moscardos a deixassem em paz
e lhe sarassem as feridas
na descida para o Barroco
onde germinavam as batatas e os bolbos da cebola
os melros
madraços
limpavam o abrunheiro bravo
enquanto o diabo esfrega um olho
corria ali a última bica d'água das Alhadas
que secou nas vésperas de muita colheita,
cabrões,
porque o diabo não esfrega só os olhos
e madraços não são os melros
é que os pássaros debicam a fruta por fora
já a passarada rói a alma por dentro
até à podridão
e a Joana começava a trotar no vazio
embridava o pescoço para o lombo
e a minha bisavó
"desmonta filho"
sacava-lhe a canga,
e a Joana olhava a minha bisavó
com os mesmos olhos muito azuis
porque o feijão-verde as esperava.

há já muito que não sei viver senão
suspenso no fio da navalha
de onde alcanço a aldeia que me sustenta
e que invento a cada ano que passa,
bela e nefasta como o rastro de fumo da celulose
que corre ao fundo
para lá das faldas,
Caceira, Carritos, Terra do Limonete depois
onde o mar continua imenso e azul

mas não
não inventei o sabor das papas de milho
onde as petingas do último lanço
é a Arte da Leirosa
acabadas de fritar
se incrustavam
apurando o gosto
da noite para o dia
e as papas não terminavam
porque muitas mulheres,
livrem-se de ignorá-lo,
se sentavam à roda da mesa,
e nem a roda e nem a mesa e nem as mulheres terminavam
quando a cozinha era mais quente
e a Natália,
descalça – sabia o peso da terra e a ela restituía
de pés nus o que ela vale –
vinha com um braçado das favas temporãs, mais tenras
que o canto do rouxinol,
e como a um filho as estendia,
eram muitas mulheres a refazerem o mundo,
mais fortes do que as canas da várzea
ou a figueira velha entrelaçada ao tempo
e que falam umas às outras
entre os tormentos
da terra em flor

para o ano,
ai jura que jura
voltarei a amar o lenço
coberto da espiga falsa
e a fazer-me ao mar alto
os pescadores, entre eles o Carola
que por três vezes se benzou
lembrar-se-ão
arrecadarei o peixe que já não como
mas que acalenta a boca da minha criação

maldito por renunciar ao regresso
entretanto,
era dia de partir para as terras doentes
Braga, Porto
igrejas e shoppings
enfim, indestrinçáveis cemitérios do progresso
fiz por arrastar o tempo
à espera da paella galega,
e não era a minha língua que produzia injúrias ao cozinheiro
mas a inutilidade dos meus saberes
frente a quem da terra cuida e vive.
no que restava do caldo,
ao de cima,
as chagas compunham uma mandala
por instantes salivei
a pensar nas urtigas que um dia colheste
em socalcos de vinho carrascão
as mãos fosforescentes
envoltas no colete em caso de acidente na estrada
para evitares a urticária
na estrada ou no carrefour a esbardajar as penas
numa partida de badminton,
aquela pena no ar suspensa mas que parece tão difícil de apanhar
só por outro jogo
por pirraça
eu voltava a por a cinta nos meus costados
derreado como a Joana a descer o ramal
para segar os cachos que dão a beberagem tóxica
água de sêmeas
do proletariado alemão,
às urtigas com eles!

ali estávamos, juntos, à roda da mesma mesa
que afinal cresce muito para lá da nossa fantasia
mesmo a abelha rainha com cara de motoqueira
mesmo se for geisha asiática,
em cima da cobra rateira ou da falsa víbora
para colher a seara da minha fome
o ano inteiro
para em dois dias colher mil sóis
e do luar
as estrelas cadentes
porque do torcicolo fizemos um planetário
para vermos o cosmos a espalhar-se
certo é que há muito sabemos dessa verdade –
de tanta mentira coberta ao entrar na atmosfera –
ao sabermos da sorte da nossa finitude
(olha, lá vai mais uma)
enquanto a minha sobrinha
chamava um figo às sobras de macarrão da ceia
sedenta como eu do sorriso das cantadeiras
falta ainda muito sol para fazer o Outubro
e com ele as festas da vindima
ganhe-se o olor do feno e do rosmaninho
a misturar-se com toda a sorte de fantasias
pensei nos medronhos, abraçados à alfarrobeira,
temporões mas que nos gostaram não sem que
a língua se encaracolasse
ao olharmos para a Rocha da Pena
vou dizer ao Outono
de há muito
não era tão cheio o verão
a tanto sul sabendo,
desde que um amor impossível se cravou em dois corações
que ensinaram à canícula o que era o calor

para agora já não saber tratar do pão e do mar,
do meu regresso e do amor que nos falta

queria ser o cardo que insiste em dar miúdas flores amarelas
e a que a planta do pé do Lobo afaga
porque o cardo irrompe nos vossos caminhos
e quero sê-lo e dizê-lo
porque estou cada vez mais pobre nesta cidade estrangeira
que embala o ridículo destes versos

quando voltar – eu parti? ou inventei este mundo? –
se por vós chamar e estiverdes alhures
ficarei mais só do que a acácia do deserto,
esperai um pouco, bitte
ou amaldiçoarei os montes da Amarela até terras Galegas
e se não escutardes o meu rogo
atentai no mínimo
na prova da vossa santidade
é que o fungo do mindinho
desapareceu com a prata coloidal,
pelo menos até para o ano

Júlio do Carmo Gomes (Berlim, Setembro 2018)Editor e tradutor, fundou a livraria Gato Vadio em 2007. Co-fundou a editora 7 Nós (Porto, 2010) e a revista Utopie - Magazin für Sinn und Verstand (Berlim, 2015). Vive presentemente em Berlim, com as duas crias. É vadio, mas pertence à Serra das Alhadas.

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 22
Janeiro-Março 2019

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

Morada da redacção/editor Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação A/C de Guilherme Luz
Registo ERC: 126329
Diretor: Guilherme Luz . gui.luz@jornalmapa.pt
Editor: Ana Guerra
Subdiretor: Frederico Lobo
Director adjunto: Inês Oliveira Santos

Estatutos editoriais do Jornal MAPA: https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M.Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, P.M*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Huma*, João Vinagre*, J. Martins*, Zita Moura*, Catarina Santos* , X. Espada, κοινωνία, Jorge Valadas, Francisco Colaço Pedro, Sara Moreira, José Tavares, Catarina Leal, Diogo Duarte, Jorge Leandro Rosa, Inês Xavier, Júlio Henriques, Mickaël Correia (CQFD), M. Ricardo de Sousa, Ricardo Noronha, Júlio do Carmo Gomes, Susana Baeta, Ricardo Ventura, Sofia Pereira, Diana Dionísio, Mariana Vieira, Bruno Borges; Luís Luz, Caracol, Beatriz Fonseca, Rede de Decrecemento Eo-Navia Galiza O Bierzo, Rui Garrido, Anselmo Canha, Ivan Castiñeiras, Val K., Jan Slangen, João Massano, Daniela Rodrigues, Tidi, Inês Carvalhal, Cartografia Noturna,
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Ilustração da capa: Bruno Borges

Periodicidade: trimestral
PVP: 1 euro
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa
Depósito legal: 357026/13

Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

País de ninguém

DIOGO DUARTE
DIOGO.MAINSELDUARTE@GMAIL.COM
ILUSTRAÇÃO **FREDERICO ARANHA**

As ideias predominantes sobre aquilo que entendemos por «Portugal» e sobre aqueles que o habitam, em particular aquelas veiculadas pela comunicação social, são a expressão duma fantasia (algo distópica, com fins obscuros, mas fantasia). No retrato que oferecem dificilmente há lugar para a maioria da população que habita o país e para as suas vivências quotidianas. É com dificuldade que a maioria encaixa a sua experiência nas estatísticas com que nos tentam dizer que as coisas estão a melhorar; e é com um misto de tédio e perplexidade que olhamos as grandes parangonas que anunciam, como uma novidade, o próximo cataclismo que se avizinha, como se não o vivêssemos todos os dias há tanto tempo.

Pensemos no seguinte: o país parece reduzir-se a Lisboa e, em parte, ao Porto, mas na realidade, a grande maioria da população vive amontada em selvas de prédios, situadas nas periferias, sem o arejamento glamouroso das grandes avenidas. Na literatura ou na comunicação social, o país que temos ora é urbano e cosmopolita, o palco de *Web Summits* que nos fazem sentir parte do pelotão de uma vanguarda qualquer, ora é, quando sentimos o apelo bucólico e nos cansamos do caos urbano, um longo rol de figuras típicas e castiças a compor as planícies alentejanas ou as aldeias de pedra da Beira Interior. O verdadeiro Portugal, dizem uns, é a juventude urbana, a caminhar em direcção ao futuro, com um arsenal de *apps* no bolso e que cria *startups* ao pequeno-almoço; o verdadeiro português, dizem outros, é aquele que veste à minhota, dança folclore e bebe minis na tasca, é uma versão qualquer do «povo simples» dos campos, perdido no Portugal ostracizado. Mas a grande maioria da população vive num lugar que não é campo nem cidade: o subúrbio. É daí que a população jovem avista os seus sonhos por um binóculo, lá, longe, no horizonte da grande cidade, a terra das oportunidades para onde ir viver implica vender um rim. Vive, em suma, num sítio demasiado feio e aborrecido para compor qualquer narrativa idealista.

Não por acaso, foi nessas terras de ninguém, onde vive quase toda a gente, que surgiram (e continuam a surgir) algumas das «cenas» musicais mais pujantes das últimas décadas, desde as ligadas ao *punk-hardcore* até ao *hip-hop*, passando pelo kuduro e pelo *afrohouse* («cenas» essas que foram uma das vias de acesso à cidade para essa gente e «cenas» essas, também, que apesar dessa pujança permaneceram fora dos radares mediáticos). Procurar um «Portugal» mais verdadeiro do que outros é um exercício fútil, para não dizer absurdo, mas, talvez por isso mesmo, nesses «meios» podemos certamente encontrar qualquer coisa mais aproximada da realidade do país. Nem que seja por nos permitir evitar o risco de cair em essencialismos ou em fórmulas vazias. O subúrbio, como lugar de sociabilidade e com um carácter formativo, imbuído de experiências e vivências que lhe são próprias, atravessa muito do imaginário dos artistas que por eles circulam. Mais importante, esse imaginário permite-nos pensar ideias tão em desuso como as de «classe social» (quem sabe se em desuso justamente por causa da invisibilidade da vida suburbana), mostrando-nos algo muito mais interessante e multifacetado do que o que vemos ser emitido pelos partidos ou movimentos que ainda usam tais conceitos, geralmente «focados» nas realidades dos grandes centros urbanos ou desse tal Portugal «perdido».

Estraca foi a minha última descoberta suburbana. As letras deste puto de 21 anos, nascido na Musgueira, são mais politizadas do que as da maioria dos artistas de hip-hop que têm ganho alguma visibilidade nos últimos tempos. Em *Suicídio Político* (que atira tanto ao «presidente dos afectos» como ao Mário Machado e ao PNR), *Bem-vindo* (homenagem a Zeca Afonso, em colaboração com Stereossauro e Charlie Beats), sobre um «Portugal da classe baixa refém do fim do mês», e «Planeta Novo» (a música do *rapper* com mais visualizações, aproximadamente 1,5 milhões) sobressai a vertente mais militante de **Estraca**. Mas as letras com maior interesse nem são as mais ostensivamente políticas. São antes aquelas em que nos abre a janela para a «rotina nos subúrbios» (rusgas, ausência de futuro, «vida sem cenário»), «onde o rico nunca pisa, onde o pobre tem pouca escolha» (in *Subúrbios*); ou aquelas que assumem uma perspectiva mais biográfica e dão vislumbres de um percurso «entre a porta do sucesso e a porta do tribunal» (in *Palavras*). Em *Trajectória* vemos, como é frequente nas letras de **Estraca**, o hip-hop e as «rimas numa batida» a surgirem como a escapatória encontrada «ao fracasso de que era refém» e a um destino de «bandido ou drogado». Sempre sem perder a noção da aleatoriedade ou mesmo da efemeridade das vitórias que podem alcançar aqueles sempre «demasiado próximos do fundo» (nas palavras dos *Modern Life is War*). A letra mostra a consciência do acaso que lhe permitiu não ser amarrado por rusgas policiais e delitos menores que condenam sempre os mais «fracos», presas fáceis do dinheiro do tráfico que promete uma fuga ao sufoco de casas sustentadas por trabalhos na «limpeza 400 euros/ 15 horas a trabalhar» (em referência à mãe, presença frequente nas suas letras).

O instrumental, ainda que bom, não é o que destaca o trabalho de **Estraca**, demasiado próximo das sonoridades do *hip-hop* tuga e das suas referências, como Valete, Chullage ou Sam the Kid (um mal menor para quem ainda agora dá os primeiros passos maduros). O que o distingue é o poderoso *flow* com que dispara do subúrbio para o mundo lá fora «que nós precisamos ir ver» mas que precisa muito mais de «vir ver o mundo aqui dentro» (in *Subúrbios*).

A Faircoin é uma criptomoeda criada pela Faircoop, uma cooperativa global dedicada a construir um novo ecossistema económico baseado na cooperação, ética, solidariedade e justiça. A Faircoop dinamiza o Fairmarket, um mercado online de produtos e serviços, que visa também ajudar a criar redes com outros projectos e pessoas solidárias com os mercados alternativos, as finanças éticas, as moedas sociais, as acções colectivas, a inclusão social e o comércio justo. O design da Faircoin, ao contrário de outras criptomoedas, como a Bitcoin, atribui-lhe maior estabilidade e desincentiva a especulação financeira, para além de não exigir altos consumos energéticos associados à sua emissão.
O Jornal MAPA é o primeiro jornal no mundo a aceitar pagamentos em Faircoin para todas as suas modalidades e por isso está no Fairmarket em **is.gd/jornalmapa**. Em alternativa, pode ser usado o endereço da nossa carteira, através do QR-CODE ao lado. Para quem desejar apoiar o projecto, donativos em Faircoin podem também ser enviados para o mesmo endereço.
Para mais informações ou dúvidas contactar **assinaturas@jornalmapa.pt**
ou visitar **market.fair.coop | fair-coin.org**

mapa : Jornal de Informação Crítica

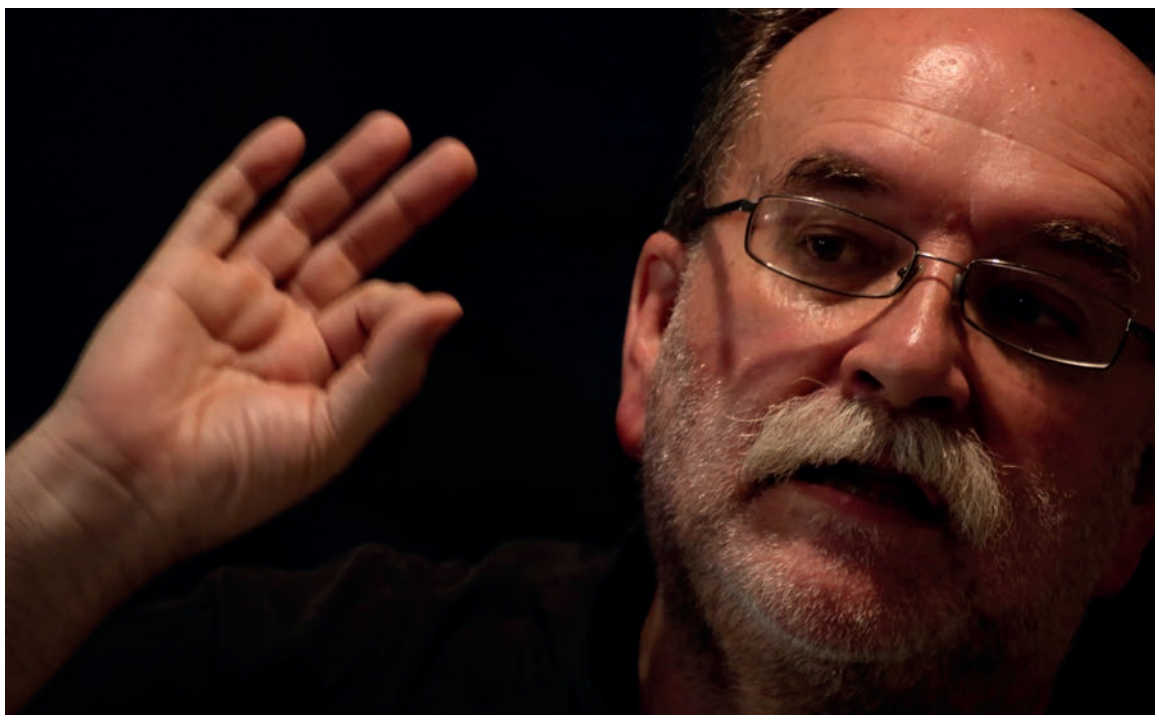
ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 22
JANEIRO-MARÇO 2019
3000 EXEMPLARES

A caminho do Colapso

Entrevista a Carlos Taibo

DANI LOGAR



Carlos Taibo é professor de ciências políticas na Universidade Autónoma de Madrid e autor de uma longa lista de livros sobre história, movimentos sociais, anarquismo ou decrescimento económico. Recentemente editou *Colapso*, uma lúcida análise das possíveis consequências do esgotamento dos combustíveis fósseis e dos caminhos que a atual sociedade tomará. A tradução e edição para português desta obra vê agora a luz do dia, numa colaboração entre o Jornal MAPA e a editora Letra Livre.

O momento que atravessamos é caracterizado por alterações climáticas, transformações profundas no sistema energético, falência dos ecossistemas e uma crise social a instalar-se de forma permanente. É isto o Colapso?

Todos estes elementos configuram o momento prévio ao colapso, mas com isso não se entende que eles sejam o colapso propriamente dito. O conceito de colapso representa uma realidade irreversível em virtude da qual as instituições sociais se quebram, juntamente com os seus mecanismos de controlo e de dominação, e onde se reduzem até níveis impensáveis a satisfação e as necessidades que se descrevem, erroneamente, como básicas. No fundo evidencia-se que quando as sociedades se vão tornando mais complexas necessitam de quantidades crescentes de energia para resolver muitos dos seus problemas, num momento em que a energia falta massivamente. Dito de outra forma, na realidade presente ainda não se tornaram visíveis todas as consequências dramáticas da mudança climática e do esgotamento das matérias-primas energéticas, enquanto as estruturas tradicionais de poder perduram. Se quisermos, o momento presente pode continuar a ser descrito como um momento de crise. Quando falamos de crise damos por entendido que é possível regressar ao cenário anterior, algo que parece impensável, no entanto, em caso de colapso.

(...) na realidade presente ainda não se tornaram visíveis todas as consequências dramáticas da mudança climática e do esgotamento das matérias-primas energéticas (...).

Os recentes protestos dos Coletes Amarelos em França começaram como um protesto contra o aumento do preço dos combustíveis, mas rapidamente evoluíram para colocar todo o sistema em xeque. São estes protestos uma parte desse colapso?

Não estou muito seguro. Haverá que aguardar para ver a futura deriva de um movimento como esse e outros parecidos. É certo, de qualquer forma, que uma interpretação legítima sugere que na origem de um movimento como o dos coletes amarelos está a lógica tradicional das crises, que conhecemos desde há tempos atrás. Era significativa a reivindicação principal que falava da redução do preço dos combustíveis, uma reivindicação que chocava com o pensamento de muitos daqueles que estimam que o sistema avança forçosamente para uma crise terminal que tem no esgotamento das matérias-primas energéticas o seu maior fundamento. Mas é verdade, como lembra a pergunta, que uma boa parte do movimento dos coletes amarelos está para além destas reivindicações parciais e equívocas, em proveito de uma contestação geral do sistema. De todas as maneiras, tivémos no caso espanhol, há poucos anos, um exemplo, o do 15M, que nos obriga a ser prudentes na hora de avaliar a dimensão contestatário-revolucionária de iniciativas desta natureza. Ainda assim, faríamos mal em desprezar as condições de movimentos de democracia de base, assembleária e horizontal, empenhadas numa rejeição sincera de lideranças, como exibe a dos coletes amarelos.

Quais as ações e ideias mais importantes para navegar nos tempos que correm?

Creio que haverá que buscar uma aproximação das pessoas e organizações que satisfaçam duas condições. A primeira sendo a aposta na autogestão em todos os âmbitos da vida. A segunda sendo a consciência dos reptos que derivam do colapso do sistema, reptos que nos obrigam a pôr sobre a mesa verbos como decrescer, desurbanizar, destecnologizar, despatriarcalizar, descolonizar e descomplexificar as nossas vidas. Creio que boa parte do nosso pensamento e da nossa ação deve surgir da firme convicção de que as pessoas comuns são muito mais conscientes do que significam estas coisas do que uma primeira leitura levaria a concluir. Se não partirmos desta convicção não estaremos a fazer outra coisa senão reproduzir velhos esquemas vanguardistas que, com tempo, têm vindo a demonstrar ter um alcance muito limitado.

MAPA BORRADO

AUTONOMIA
je t'aime encore...
SOBRE ESPAÇOS DE PENSAMENTO E AÇÃO CRÍTICA NOS CENTROS DAS CIDADES QUE SE ESVAZIAM
SINTO QUE GASTAMOS TODA A ENERGIA A TENTAR MANTER AUTONOMIA DO NOSSO ESPAÇO EM VEZ DE...
... EM VEZ DE FAZER AS CENAS QUE ESSA AUTONOMIA DEVIA VIABILIZAR?
SIM, EXACTO. LESTE-ME OS PENSAMENTOS.
É UM PROBLEMA CLÁSSICO. PORQUE É QUE NÃO PEDEM UM SUBSÍDIO OU UMA CEDÊNCIA DE UM ESPAÇO A UM ORGANISMO PÚBLICO?
EEERRRRR.... PARA COMEÇAR O FACTO DA PRÓPRIA AUTONOMIA FICAR COMPROMETIDA?
QUE NADA! TANTO PRECONCEITO. SE NÃO SOMOS NÓS A USAR ESSES RECURSOS, QUEM HAVERÁ DE SER?
VAI DAR AO MESMO. PERDEMOS MONTES DE TEMPO COM LOGÍSTICAS DE MERDA.
OH! OH! UM POUCO DE CONTRADIÇÃO É SINAL DE MATURIDADE!
MAS A AUTONOMIA ESTÁ NUM ESPAÇO? OU NAS PESSOAS QUE O POVOAM?
OU ENTÃO PODES SEMPRE DESAPARECER DE VEZ !!!!
ESTAMOS CONTINUAMENTE A DESAPARECER E A REAPARECER...
... POR ENTRE OS DELÍRIOS DA DESCOMPRESSÃO DO AZOTO...
José Smith Vargas